



CONGRESSO

Garantir Direitos | Combater a Exploração
Afirmar Abril por um Portugal com Futuro

23 | 24 Fevereiro 2024 • Seixal

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

(Mandato 2020-2024)

ÍNDICE

1. CONTEXTO POLÍTICO, ECONÓMICO E SOCIAL	4
1.1 O AUMENTO DA EXPLORAÇÃO, À BOLEIA DA PANDEMIA, DAS GUERRAS E DAS SANÇÕES E A RESISTÊNCIA E LUTA DOS TRABALHADORES E DOS POVOS	4
1.2. SITUAÇÃO NA EUROPA: UMA UNIÃO EUROPEIA PARA O CAPITAL, QUE NÃO SERVE AOS TRABALHADORES	5
1.3. INTENSIFICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO, AUMENTO DOS LUCROS E DOS PREÇOS E A DEGRADAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO. O PAPEL FUNDAMENTAL DA CGTP-IN E DO MSU NA DEFESA DOS DIREITOS E COMBATE À EXPLORAÇÃO	6
1.4. INICIATIVAS E ACÇÕES DE LUTA	10
2. ORGANIZAÇÃO, QUADROS SINDICAIS E FORMAÇÃO	12
2.1. A ORGANIZAÇÃO DE BASE	12
2.1.1. SINDICALIZAÇÃO.....	12
2.1.2. DELEGADOS SINDICAIS	12
2.1.3. REPRESENTANTES PARA A SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	13
2.1.4. COMISSÕES DE TRABALHADORES	15
2.2. ELEIÇÕES EM SINDICATOS	15
2.3. A ESTRUTURA E A REESTRUTURAÇÃO SINDICAL	15
2.3.1. SINDICATOS.....	15
2.3.2. UNIÕES DE SINDICATOS.....	17
2.3.3. FEDERAÇÕES DE SINDICATOS	17
2.4. AS ORGANIZAÇÕES ESPECÍFICAS.....	18
2.4.1. INTERJOVEM/CGTP-IN.....	18
2.4.2. COMISSÃO PARA A IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS/CGTP-IN.....	19
2.4.3. INTER-REFORMADOS/CGTP-IN.....	21

2.5. A GESTÃO FINANCEIRA E OS CONTRATOS-PROGRAMA.....	24
2.6. FORMAÇÃO SINDICAL.....	26
3. POLÍTICA REIVINDICATIVA, CONTRATAÇÃO COLECTIVA E PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL.....	28
3.1. ACÇÃO E LUTA REIVINDICATIVA.....	28
3.2. CONTRATAÇÃO COLECTIVA	31
3.3. PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL.....	32
4. EMPREGO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO	34
4.1. EMPREGO	34
4.2. FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	35
4.3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMBIENTE, CONSUMIDORES E ECONOMIA SOCIAL.....	37
5. POLÍTICAS SOCIAIS, DEFESA E REFORÇO DAS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO	38
5.1. PROTECÇÃO SOCIAL	38
5.2. REPARAÇÃO DAS DOENÇAS PROFISSIONAIS E ACIDENTES DE TRABALHO.....	40
5.3. POLÍTICA DE SAÚDE.....	41
5.4. PROJECTO EURÍDICE - PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS EM MEIO LABORAL	42
5.5. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	43
5.6. POLÍTICA FISCAL	43
6. A SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO, IGUALDADE, CULTURA E TEMPOS LIVRES.....	44
6.1. SEGURANÇA E SAÚDE NO LOCAL DE TRABALHO	44
6.2. IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS	45
6.3. IGUALDADE E COMBATE ÀS DISCRIMINAÇÕES.....	46
6.4. CULTURA E TEMPOS LIVRES E CENTRO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO	47
6.4.1. CENTRO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO (CAD).....	47
7. INFORMAÇÃO, PROPAGANDA SINDICAL; COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS.....	51
7.1. INFORMAÇÃO E PROPAGANDA SINDICAL	52
7.2. COMUNICAÇÃO SOCIAL	53
7.3. RELAÇÕES PÚBLICAS.....	54
8. RELAÇÕES INTERNACIONAIS, ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E MIGRAÇÕES.....	54
8.1. RELAÇÕES INTERNACIONAIS	55
8.2. ESPAÇO EUROMEDITERRÂNICO.....	57
8.3. AMÉRICA LATINA	57
8.4. ÁFRICA.....	57
8.5. OUTROS CONTINENTES	58
8.6. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)	58
8.7. SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL E PAZ	58
8.8. ASSUNTOS COMUNITÁRIOS.....	59
8.9. MIGRAÇÕES.....	59

9. ORGÃOS ESTATUÁRIOS E O CUMPRIMENTO DO MANDATO	61
9.1. PLENÁRIO DE SINDICATOS	61
9.2. CONSELHO FISCALIZADOR	61
9.3. CONSELHO NACIONAL.....	62
9.4. SECRETARIADO DO CONSELHO NACIONAL	62
9.5. COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL.....	62
9.5.1. SECRETÁRIA-GERAL	64
9.6. APRECIÇÃO GERAL.....	64
10. ANEXOS	66
10.1. LUTAS REALIZADAS NO PERÍODO DO MANDATO	66

1. CONTEXTO POLÍTICO, ECONÓMICO E SOCIAL

1.1 O aumento da exploração, à boleia da pandemia, das guerras e das sanções e a resistência e luta dos trabalhadores e dos povos

Os últimos quatro anos foram marcados pelo aumento da exploração, mas também pela resistência e luta dos trabalhadores e dos povos.

Aproveitando a situação sanitária decorrente da pandemia, o capital desenvolveu uma forte campanha para limitar as liberdades, dentro e fora dos locais de trabalho, ao mesmo tempo que, com particular incidência nos EUA e no Brasil, desvalorizou a situação, com consequências nefastas para as populações.

O comportamento da economia reflectiu esta situação, com uma queda no produto mundial em 2020, seguindo-se uma ligeira recuperação a partir de 2021. Ainda assim, à semelhança do que vem acontecendo, o crescimento económico não foi linear.

Na China e na Índia o crescimento foi superior aos 4% em média anual, enquanto que na UE e nos EUA foi de, respectivamente, 0,8% e 1,6% entre 2020 e 2023.

Esta tendência em que, principalmente a China, põe em causa a hegemonia dos EUA em cada vez mais áreas e sectores, expondo também de forma ainda mais visível a crise estrutural do capitalismo, tem conduzido a uma resposta cada vez mais “musculada” do imperialismo, seja no plano económico, seja mesmo no plano da militarização e belicismo, através da NATO e de outras organizações, como fica patente no apoio à Ucrânia e a Israel, mas também em África, na Síria e na América Latina, forçando milhares de seres humanos a ter de fugir da destruição, da guerra e da miséria, em condições que continuam a ser inaceitáveis, nomeadamente ao nível das barreiras colocadas no acolhimento.

O cerco económico e militar, as sanções e a guerra, a disrupção de algumas cadeias de abastecimento e a especulação dos grandes grupos monopolistas, a que se juntou recentemente a política dos principais Bancos Centrais ao nível da política monetária, trouxe de volta a inflação aos países capitalistas, nomeadamente aos do continente Europeu e Americano e, com ela, o aproveitamento para aumentar a exploração e a apropriação por parte do grande capital de uma parte crescente da riqueza produzida.

É neste contexto que 700 milhões de pessoas vive com menos de 2,15USD por dia e o desemprego atinge estimadamente 208 milhões de pessoas. Segundo um novo indicador da OIT que captura o número de pessoas que quer trabalhar, mas não encontra emprego, estima-se que, em 2022, seriam 473 milhões de trabalhadores nesta situação, mais 33 milhões que em 2019. Ao mesmo tempo, os mais ricos (1% da população mundial) acumula mais do dobro da riqueza que 6,9 mil milhões de seres humanos.

A resistência, a acção dos trabalhadores e dos povos, a luta pelos direitos que em todo o mundo, com diferentes graus e objectivos, se desenvolve, confirma que em tempos de incerteza e ataque, a acção organizada pode potenciar avanços e condicionar e travar a intensificação da exploração.

Foi neste complexo e desafiante quadro, que a CGTP-IN manteve a sua acção solidária com a luta dos povos e dos trabalhadores pelo avanço dos direitos de quem trabalha, bem como a organização e participação nas acções em defesa da paz, nomeadamente para a Palestina.

1.2. Situação na Europa: uma União Europeia para o capital, que não serve aos trabalhadores

Também na Europa se fizeram (e fazem) sentir os efeitos da crise do sistema e a ofensiva ideológica que lhe vem associada.

A situação foi marcada pela expressão das crescentes contradições da UE e das divisões que ficaram patentes na resposta à pandemia da Covid-19, bem como na crescente dependência em relação aos EUA, seja ao nível da energia, seja no plano da submissão aos interesses do grande capital que tem na NATO o braço armado que os defende e impõe. As grandes potências capitalistas europeias, com destaque para a Alemanha, ao mesmo tempo que procuram afirmar a UE como um bloco imperialista sob o seu domínio, alinham com a perigosa estratégia dos EUA de cerco à Rússia e à China.

A resposta da UE à situação pandémica, mais do que um “sucesso” conforme alguns tentam apresentar, revelou as debilidades causadas pela alienação da política monetária e os constrangimentos a nível orçamental em muitos dos países com situação económica mais frágil. Ao mesmo tempo, ainda no plano da pandemia, o descrédito da UE conheceu novos episódios com a submissão da UE aos lucros dos grandes grupos económicos na questão da vacinação, com milhares de milhões de euros a serem entregues às farmacêuticas para o desenvolvimento da investigação que conduziu a uma impressionante demonstração do poder da ciência a esbarrar na falta de planeamento e capacitação para a produção das vacinas.

As sucessivas suspensões do Pacto de Estabilidade confirmaram-se como uma medida de efeitos muito reduzidos na política orçamental do nosso país, com o Governo a optar por se manter amarrado à lógica da redução do défice e da dívida e do adiamento dos investimentos e despesa pública que o país necessita para se desenvolver, com graves consequências para a nossa soberania e independência, bem como para a qualidade dos serviços públicos e funções sociais do Estado, contribuindo ainda para a desvalorização dos trabalhadores.

A evolução da UE foi ainda marcada por crescentes desigualdades e assimetrias de desenvolvimento, por uma acelerada concentração e centralização de capital e pelo aumento da exploração e retrocesso social, mais uma vez expostas e agravadas com os impactos da pandemia da Covid-19, as sanções e a guerra.

É neste quadro que a UE, com Portugal na presidência do Conselho da União Europeia no 1º semestre de 2021, apresentou uma agenda marcada pelo “social”. Promoveu-se neste âmbito uma forte campanha ideológica, cuja realização de uma cimeira no Porto fez parte, mas que se revelou incapaz de contornar o papel de retrocesso da UE no que concerne aos direitos laborais e sociais.

A agenda apresentada, enquadrada no denominado “ pilar europeu dos direitos sociais”, não apresenta em qualquer dos pontos que aborda um único avanço em relação ao que a Constituição da República Portuguesa (CRP) já contempla. Seja nos direitos laborais, onde se avança para uma equiparação da situação entre o trabalho e o capital que a CRP diferencia a favor de quem trabalha, seja no direito à saúde, educação ou protecção social, aquilo que é vertido na “agenda” dá mais força ao capital e promove, desta forma, o crescimento das desigualdades e da exploração que lhe está associada. Na mesma linha de ingerência para o retrocesso se enquadra a directiva sobre os “salários mínimos adequados”.

Já no que diz respeito à “agenda verde”, verificou-se o aproveitamento das justas preocupações com os efeitos que o capitalismo provoca no meio ambiente, para promover o encerramento de unidades produtivas e o despedimento de trabalhadores e, desta forma, deixar o país ainda mais dependente do exterior.

Paradigmático, também, foram as ausências na área da denominada “transição digital”. Com meios de produção cada vez mais avançados, em que se produz mais em menos tempo, não há qualquer indicação da necessidade de reduzir, sem perda de retribuição, o tempo de trabalho, tentando assim que os ganhos dos avanços na ciência e tecnologia, em si fruto do trabalho, revertam por inteiro para o capital.

A UE, apresentada como a região mais desenvolvida do mundo, confirmou-se como instrumento para o retrocesso, com mais de 11 milhões de desempregados e a pobreza e exclusão social a afectar mais de um em cada cinco cidadãos dos 27 países que a compõem (95,3 milhões de pessoas em 2022).

A ruptura com as imposições e constrangimentos da União Europeia e a luta em defesa da soberania e independência nacionais são elementos centrais da construção de uma Europa dos trabalhadores e dos povos, que tenha no seu centro a valorização do trabalho e dos trabalhadores.

Foi este o elemento guia da acção da CGTP-IN, numa afirmação permanente da necessidade e urgência de se travar a continuação e escalar da guerra, construindo e promovendo a paz.

É de realçar a grande **Manifestação Nacional da CGTP-IN, realizada no Porto no dia 8 de Maio de 2021**, em defesa dos direitos dos trabalhadores e de denúncia das práticas da UE e da submissão do governo PS às mesmas, um momento de grande afirmação por ocasião da chamada cimeira social.

1.3. Intensificação da exploração, aumento dos lucros e dos preços e a degradação das condições de vida e de trabalho. O papel fundamental da CGTP-IN e do MSU na defesa dos direitos e combate à exploração

Num país marcado por décadas de política de direita, com os constrangimentos e desigualdades que desta resultam, a acção sindical desenvolveu-se num quadro em que deflagrou uma pandemia, subiu de escalada a guerra e as sanções, deu-se uma subida da inflação sem paralelo neste século, houve eleições legislativas, uma dissolução da Assembleia da República, novas eleições com uma maioria absoluta do PS e, mais recentemente, uma nova dissolução da Assembleia da República, com a marcação de eleições para 10 de Março.

Uma sucessão de acontecimentos que obrigou a uma acção tenaz e persistente, de não abdicação de nenhum direito ou dever do movimento sindical de classe em defesa dos interesses de quem trabalha e trabalhou.

Foi assim que, um mês após a realização do XIV Congresso, o Governo aplicou um confinamento face ao surto da Covid 19 e foram decretados sucessivos estados de emergência que limitaram direitos e liberdades, com sectores a tentarem, por esta via, eliminar o direito de manifestação, como aconteceu com o 1º de Maio de 2020 e toda a infame campanha do capital a propósito das acções desenvolvidas, por direito e por dever, pela CGTP-IN.

Os défices estruturais – produtivo, energético, tecnológico e de capital – agravados em consequência de décadas de política de direita, evidenciaram-se e agravaram-se com grande brutalidade em consequência do surto da Covid-19.

Num país marcado pelos baixos salários, a redução das retribuições por via do *layoff* e do desemprego, levou a que muitas famílias se vissem confrontadas com crescentes privações, numa situação parcialmente mitigada pela aplicação de moratórias bancárias, mas que não respondeu à questão central da necessidade de aumentar os salários e as pensões de quem trabalha e trabalhou no nosso país. A CGTP-IN desde a primeira hora denunciou e combateu os cortes dos salários

em resultado do regime do layoff, reivindicação que fruto da nossa acção e luta foi atendida e plasmada neste regime a partir de Janeiro de 2021.

Outra realidade há muito por nós denunciada que ficou bem patente foi a precariedade. A precariedade, que se generalizou em resultado das opções dos governos PS, PSD e CDS, foi mais uma vez o mecanismo usado para o patronato se descartar dos trabalhadores. Ao contrário do que desde o início da epidemia a CGTP-IN reivindicou – a proibição dos despedimentos – o governo PS optou por não acautelar integralmente o emprego, deixando os mais desprotegidos e com relações de trabalho mais precárias, à mercê do desemprego.

Neste quadro, a submissão aos interesses e ditames da UE revelou-se particularmente grave, com o Governo a condicionar o investimento e fortalecimento dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, em nome da redução do défice e da dívida.

Tudo isto agravado por uma resposta desequilibrada do Governo, que entregou ajudas de milhões de euros a grandes empresas que não só não os deviam ter recebido, como deveriam ter sido chamadas a contribuir de forma mais robusta para o esforço nacional, como a CGTP-IN reivindicou. Assim, tanto em 2020, como nos anos que se seguiram, os grandes grupos económicos e financeiros continuaram a acumular lucros e a distribuir milhões de euros entre os seus accionistas, provando a falsidade da tese então muito difundida de que “estamos todos no mesmo barco”.

A pandemia revelou ainda, apesar do desinvestimento crónico e ataque, a importância e o papel do Estado, seja no âmbito da protecção civil e de todos os organismos que a compõem, seja nos transportes, na educação e, sobretudo e neste contexto, do Serviço Nacional de Saúde (SNS). A resposta do sector público em particular do SNS e o papel central dos seus trabalhadores, foi essencial para responder à situação, num momento em que os agentes privados da saúde procuraram fazer negócio e encerraram serviços.

A par da resposta pública, milhões de trabalhadores continuaram a trabalhar e garantir a produção e fornecimento de serviços e bens essenciais à população, muitas vezes sem estarem garantidas as condições mínimas para trabalhar, seja por falta de equipamentos de protecção individual dos que se mantiveram em trabalho presencial, seja na transformação das casas de cada um numa extensão das empresas com o teletrabalho.

O contexto pandémico e as medidas que lhe foram associadas com recurso a sucessivos “estados de emergência” promovidos pelo governo PS e o Presidente da República, levantaram ainda problemas de banalização da limitação das liberdades individuais e colectivas, contribuindo para a intensificação dos ataques reaccionários que visam promover um ajuste de contas com os valores e conquistas de Abril, nomeadamente pela mão de PSD, CDS, Iniciativa Liberal e Chega, quando aquilo que se justificava era o reforço, de forma permanente, do SNS para responder eficazmente.

A CGTP-IN desde sempre combateu, com responsabilidade e garantindo todas as condições de segurança, as intenções patronais e do grande capital que procuravam inculcar o medo para intensificar a exploração.

O início do ano de 2021 ainda ficou marcado pelos efeitos da COVID no primeiro trimestre e terminou com a dissolução do Parlamento pelo Presidente da República. Pelo meio, os efeitos de uma política que não respondeu aos problemas dos trabalhadores ficou plasmada no crescimento das desigualdades na repartição da riqueza entre o trabalho e capital e da pobreza, nomeadamente entre os trabalhadores e aquela que continua a afectar as crianças no nosso país.

Perante o nível das desigualdades, o Governo continuou a optar por não resolver os problemas de fundo, apresentando iniciativas legislativas que passam a o lado dos problemas sentidos por quem trabalha e trabalhou, mantendo intocável a apropriação da riqueza pelo grande capital.

No quadro do já referido Pilar Europeu dos Direitos Sociais, foi apresentada uma Agenda com alterações na legislação laboral que não prevê a revogação da norma da caducidade ou a reintrodução do princípio do tratamento mais favorável, continua a negar o princípio que cada posto de trabalho permanente tem de ser ocupado por um trabalhador com vínculo efectivo, não contempla a necessidade de maior regulação dos horários de trabalho ou tão pouco a redução do tempo de trabalho, apesar de serem enaltecido os avanços na ciência e na tecnologia que permite produzir mais em menos tempo.

No final de 2021, perante o chumbo da Proposta de Orçamento do Estado, o Presidente da República optou por precipitar eleições antecipadas (em nome da estabilidade...), e inviabilizar novas rondas para apurar consensos e as alterações que o OE carecia.

O ano de 2022 ficou marcado pela maioria absoluta do PS obtida nas eleições, bem como pelos efeitos da guerra na Ucrânia e das sanções à Rússia, com o aproveitamento do grande capital para aumentar lucros e tirar partido da inflação para intensificar a exploração.

Enquanto os pensionistas em resultado das baixas pensões e reformas e os trabalhadores devido aos baixos salários perderam poder de compra em virtude do brutal aumento do custo de vida, o grande capital acelerou o ritmo de acumulação e centralização da riqueza, com o Governo a optar por não resolver os problemas de fundo, apresentando iniciativas legislativas que passam ao lado dos problemas sentidos por quem trabalha e trabalhou, mantendo intocável a apropriação da riqueza pelo grande capital. Recusou a introdução de preços máximos nos bens e serviços essenciais, mantendo os lucros e a especulação, recusou medidas na área da habitação, nomeadamente para fazer face ao aumento dos juros, garantidos resultados recorde para o sector financeiro.

Ao mesmo tempo, em sede de Concertação Social, o Governo, com o patronato e a UGT, firmou um Acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos Rendimentos, Salários e Competitividade (que seria revisto em 2023, sem o acordo da CIP e com a marginalização da CGTP-IN de todo o processo), que, na prática, impõe tectos salariais, mantém a caducidade das convenções colectivas e não repõe o princípio do tratamento mais favorável, cerceia o aumento real dos salários e garante chorudos apoios e benefícios fiscais às grandes empresas e ao grande capital. Na mesma linha, o Governo fez um Acordo com a UGT para os trabalhadores do sector público.

Uma política que mantém, e em alguns casos amplia, os instrumentos usados pelo capital para tentar impor a intensificação da exploração, desenvolvida num quadro de maioria absoluta onde não raras vezes, e quase sempre que se trata de matéria laboral, o PSD, Chega e IL votam ao lado do PS.

A falta de resposta aos problemas concretos dos trabalhadores e da população em geral, a continuação do desinvestimento e do ataque aos serviços públicos e funções sociais do Estado, são o principal combustível que alimenta as forças de extrema-direita e os seus projectos reaccionários. As soluções para melhorar as condições de trabalho e de vida, em que o aumento geral e significativo dos salários é um elemento central, marcaram a acção e luta desenvolvida pela CGTP-IN.

Já em 2023, mantiveram-se os traços identificados e a opção política do Governo PS, culminando com a demissão do Primeiro – ministro e a convocação de eleições antecipadas pelo Presidente da República. Estima-se que em 2023 o crescimento da economia seja de 2,5%, depois dos 6,7% de 2022, e de um aumento de 4,9% em 2021 que contrariou a quebra de 8,1% de 2021. Ao nível do emprego, 70% dos empregos criados ao longo do período foram com vínculo precário, mais de 2 em cada 3 assalariados têm um salário base inferior a 1.000€, mantém-se a desregulação dos horários de trabalho. A contratação colectiva continuou em níveis historicamente baixos, devido aos bloqueios patronais.

Ao mesmo tempo, perante a degradação da situação social, o governo PS optou pela implementação de medidas caritativas e de carácter pontual, colocando o assistencialismo no centro da sua acção

Durante todo o mandato, a CGTP-IN lutou pela concretização da reivindicação do aumento geral e significativo dos salários. Uma reivindicação presente nos milhares de acções e intervenção nas empresas e locais de trabalho, na apresentação de cadernos reivindicativos, na mobilização e esclarecimento dos trabalhadores para a necessidade de intensificar a luta.

As reivindicações apresentadas pela CGTP-IN, os objectivos traçados e a forma de os alcançar, demonstraram ter um amplo acolhimento junto dos trabalhadores. Para além das questões já referidas para romper com o modelo assente em baixos salários, na precariedade, na desregulação e longo tempo de trabalho, ganhou relevância a exigência de melhoria dos serviços públicos e do SNS (que levou a CGTP-IN a iniciar uma Campanha em Defesa e pelo Reforço do SNS), da Escola Pública, do direito à habitação, da protecção social, da Justiça, ou do conjunto de bens e serviços que são garante de direitos sociais conquistados por Abril e que são prestados pelo Estado. O combate às assimetrias regionais e a defesa do Poder Local Democrático, a par de uma política fiscal mais justa que incida sobre os rendimentos do capital e alivie os do trabalho, são parte do novo rumo pelo qual os trabalhadores lutaram ao longo deste período.

Neste plano, a revogação das normas gravosas da legislação laboral, nomeadamente daquelas que fragilizam o direito de contratação colectiva, mas também as que perpetuam os vínculos precários, as que impedem a redução do tempo de trabalho e as que desregulam os horários, continuaram a estar no centro da nossa acção.

Uma luta e acção reivindicativa essencial para fortalecer a unidade, mobilização e o esclarecimento dos trabalhadores, factores que foram e continuarão a ser determinantes na resposta a todas e quaisquer medidas de ataque ao trabalho e os instrumentos mais eficazes que os assalariados têm à sua disposição para avançar nos direitos, organizados na CGTP-IN, Central que nunca pactuou nem pactuará com a redução das condições de vida daqueles que representa.

As acções de luta e os resultados alcançados foram determinantes para demonstrar aos trabalhadores que a sua central e os sindicatos de classe que a compõe não se confinaram perante o aumento da ofensiva do capital à boleia de uma fortíssima campanha de manipulação e mentira, fazendo assim jus ao legado de mais de 50 anos que marcam a fundação da CGTP-IN.

O mandato fica ainda marcado pelas comemorações dos 50 anos da CGTP-IN.

O amplo programa de comemorações do cinquentenário sofreu algumas alterações em virtude do surto pandémico, mas a CGTP-IN realizou um vasto conjunto de iniciativas, nomeadamente a Exposição Central, a apresentação do III Volume do Livro para a História do Movimento Sindical, o Jantar do Aniversário, a Exposição de Artes Plásticas e comemorações em vários distritos e sectores, levando para os locais de trabalho e para junto dos trabalhadores e da restante sociedade, as comemorações que passaram ainda pela realização de muitas e diversificadas iniciativas, destacando-se os três debates

realizados, sob o mote "CGTP-IN - Das Raízes á Actualidade, Sindicalismo do Presente Para o Futuro", "Serviços Públicos e Funções Sociais do Estado num Portugal de Progresso e Justiça Social" e "A Efectivação dos Direitos, Liberdades e Garantias". As comemorações fecharam em grande com um Encontro Sindical "50 Anos com os Trabalhadores Acção e Luta, por um Portugal Com Futuro" no qual se reafirmaram os princípios e natureza de classe da CGTP-IN, se lembrou o passado e projectou o futuro da acção desta que é a maior organização social em Portugal.

As comemorações foram feitas com um olhar para o futuro, com a confiança dada pelos trabalhadores, pelos exemplos da luta, da resistência, da coragem com que, frente à exploração, a CGTP-IN e os trabalhadores respondem com a acção, frente à injustiça contrapomos com a proposta e alternativa, face à pressão para aceitação das inevitabilidades e acentuação do individualismo afirmamos a solidariedade e a união.

Um projecto sindical que é enriquecido na acção de todos os dias, valorizando-se os importantes resultados da sindicalização e da eleição de delegados sindicais e representantes dos trabalhadores nas Comissões de Saúde e Segurança no Trabalho, que os sindicatos da CGTP-IN obtiveram neste mandato, o aumento do número de Casas Sindicais, assim como a renovação, rejuvenescimento e a responsabilização de mais mulheres, homens e jovens nas diversas frentes da intervenção sindical. Estes são elementos estruturantes para a consolidação e alargamento deste projecto sindical de classe, resistência, proposta e luta que a CGTP-IN corporiza. Um reforço que, para além dos novos dirigentes eleitos nos sindicatos, federações e uniões, onde houve eleições, teve o contributo da 9ª Conferência da InterJovem, da 9ª Conferência da Inter-Reformados e da 8ª Conferência da CIMH.

Dando expressão concreta aos princípios de democracia no seu funcionamento, a CGTP-IN realizou XX reuniões da CECO, XX reuniões do Conselho Nacional e X Plenários de Sindicatos.

1.4. Iniciativas e acções de Luta

A intervenção nos locais de trabalho e o desenvolvimento da acção reivindicativa em torno da valorização do trabalho e dos trabalhadores, combinada com a luta nas ruas e uma intensa intervenção no plano institucional, constituiu a referência central da acção da CGTP-IN, para encontrar respostas e obter resultados no plano social e laboral. A preparação de quadros sindicais, num quadro de uma profunda ofensiva ideológica, constituiu outra das frentes de trabalho empreendidas.

Pelo seu significado, pela força demonstrada em avançar com acções com expressão de rua, apesar de uma vil, caluniosa e manipulatória campanha desencadeada pelo grande capital, as Comemorações do Dia Internacional do Trabalhador, dia **1 de Maio de 2020**, sob o lema "**Defender a saúde e os direitos dos trabalhadores! Garantir emprego, salários e serviços públicos**", que saiu à rua em 24 localidades, assumiu um papel central na reafirmação da vontade, mobilização e envolvimento dos trabalhadores para o desenvolvimento da luta que se intensificou a partir desta poderosa acção de luta.

Ainda 2020, num quadro político, económico, social e sanitário especialmente exigente, a CGTP-IN diversificou a sua acção ao longo do ano, destacando-se, entre as inúmeras iniciativas e lutas nas empresas e serviços, nos sectores e regiões, a Semana da Igualdade, sob o lema "*Emprego de qualidade – Viver e Lutar pela igualdade*", entre 2 e de Março; o Grande Piquenique da Interjovem, no dia 4 de Julho, em Lisboa; a **Semana Nacional de Luta, de 22 a 26 de Junho e a Acção Acção Nacional de Luta de 26 de Setembro, pelo aumento dos salários, pelo emprego com direitos, contra a precariedade, pelo desbloqueamento da negociação colectiva, por melhores condições de vida e de trabalho, contra a falta de condições de saúde e segurança no trabalho**, com a realização de centenas de acções e o envolvimento de

milhares de trabalhadores; entre **7 e 11 de Dezembro** realizaram-se **lutas em todos os sectores e todo o país com o mote “Proteger os trabalhadores | Aumentar os salários! Garantir direitos;** as comemorações do **50º Aniversário da CGTP-IN**, no Dia 1 de Outubro, com um grande jantar comemorativo, bem como a **inauguração da Exposição do Cinquentenário em Lisboa**, tendo esta seguido para outras regiões e cidades do país. O ano de 2020 foi ainda marcado pelo lançamento do **III Volume do Livro “Contributos para a história do movimento operário e sindical”**.

O ano de 2021 foi ainda o culminar das comemorações do centenário da CGTP-IN, com a realização de muitas e diversificadas iniciativas, destacando-se os três debates realizados. Em Lisboa, no dia 16 de Março, sob o mote "**CGTP-IN - Das Raízes á Actualidade, Sindicalismo do Presente Para o Futuro**", em Coimbra, no dia 16 de Setembro, sobre "**Serviços Públicos e Funções Sociais do Estado num Portugal de Progresso e Justiça Social**" e no Porto a 08 de Julho abordando as questões da "**A Efectivação dos Direitos, Liberdades e Garantias**". As comemorações fecharam, como já referimos, com um Encontro Sindical "**50 Anos com os Trabalhadores Acção e Luta, por um Portugal Com Futuro**" no qual se reafirmaram os princípios e natureza de classe da CGTP-IN, se lembrou o passado e projectou o futuro da acção desta que é a maior organização social em Portugal. Entre as inúmeras iniciativas e lutas nas empresas e serviços, nos sectores e regiões, destacou-se a Semana da Igualdade, de 8 a 12 de Março, sob o lema "**Defender a Saúde - Dignificar o Trabalho - Avançar na Igualdade!**" e a manifestação da Interjovem, no dia 25 de Março, em Lisboa e no Porto e a **Acção Nacional de Luta** de 21 de Junho a 15 de Julho.; Pelo seu significado, pela força demonstrada em avançar nas soluções, destaca-se ainda a Jornada de Luta do Dia Internacional do Trabalhador, dia **1 de Maio**, com dezenas de iniciativas em outras tantas cidades, sob o lema "**Lutar pelos direitos, combater a exploração! Emprego | Salários | 35 horas | Contratação Colectiva | Serviços Públicos**" e, a **20 de Novembro em Lisboa, a grande Manifestação Nacional** do Marquês de Pombal para os Restauradores a exigir avanços e o aumento geral dos salários, a fixação das 35 horas como limite máximo para a duração semanal do trabalho, o fim da precariedade e a defesa da contratação colectiva.

Em 2022, a luta convergiu a nível sectorial e nacional, onde destacamos a Semana pela Igualdade de 7 a 11 de Março e que também teve acções no Dia Internacional da Mulher, o 28 Março, Dia Nacional da Juventude Trabalhadora, a Acção de Luta Nacional no mês de Junho em todos os sectores, o Dia de Luta no dia 7 de Julho com manifestação nacional em Lisboa, o mês de Mobilização e Luta de 15 de Setembro a 15 de Outubro com Manifestações em Lisboa e Porto, a Concentração na AR no dia 25 de Novembro e a Semana de Luta nas empresas e serviços de 10 a 17 de Dezembro. Pelo seu significado, pela força demonstrada em avançar nas soluções, destaca-se ainda a Jornada de Luta do Dia Internacional do Trabalhador, dia 1 de Maio, com dezenas de iniciativas em outras tantas cidades, sob o lema "**Lutar e conquistar Para o país avançar! | REJEITAR O ATAQUE AO PODER DE COMPRA E AOS DIREITOS | Mais salário | 35 horas | Emprego dom direitos | Contratação colectiva | Serviços públicos**".

O ano de 2023 contou com uma acção de denúncia e reivindicação da Inter-Reformados (em conjunto com o MURPI) a 24 de Janeiro, seguindo-se uma grande acção Nacional no **dia 9 de Fevereiro com o Dia Nacional de Indignação, Protesto e Luta, pelo Aumento geral dos Salários, contra o Aumento do Custo de Vida e pelo Controlo dos Preços**, com greves e paralisações em todos os sectores e por todo o país, a Semana pela Igualdade de 6 a 10 de Março e que também teve acções no Dia Internacional da Mulher, a **18 de Março uma Grande Manifestação Nacional em Lisboa pelo Aumento dos Salários e Pensões**, a **20 de Maio a Marcha pelo Direito à Saúde** sob o lema: **Mais SNS, Melhor Saúde! Em Lisboa, no Porto e em Coimbra; O dia Nacional de Luta de 28 de Junho; a Jornada em defesa do SNS de 16 de Setembro; a Jornada Nacional de Luta** em todos os sectores e todo o país, entre os dias 25 de Outubro e 11 de Novembro, **Pelo Aumento Geral dos Salários e das Pensões, Contra o Aumento do Custo de Vida, Pelo Direito à habitação e à Saúde**, que culminou com **duas Grandes Manifestações** em Lisboa e no Porto no dia 11, bem como, no dia 29 de Novembro, com a concentração

em Frente da Assembleia da República, **Pelo Aumento dos Salários e das Pensões | Contra o aumento do custo de vida | Mudar de rumo!**

2. ORGANIZAÇÃO, QUADROS SINDICAIS E FORMAÇÃO

2.1. A Organização de Base

Durante o mandato, realizou-se entre outros, o Encontro Nacional “Intensificar a luta e a Acção Reivindicativa | Afirmar o Direito de Contratação Colectiva”, Encontro onde se aprofundou a discussão sobre a Acção Sindical Integrada, estratégia que nos permite superar dificuldades e responder aos desafios, problemas e expectativas dos trabalhadores. A partir da acção e intervenção regular nos locais de trabalho, do envolvimento dos trabalhadores na acção e luta reivindicativas e do reforço da organização sindical, através da sindicalização e da eleição de delegados sindicais.

2.1.1. Sindicalização

Apesar das condições difíceis impostas aos trabalhadores, desde logo, pela epidemia Covid19 e as diversas obstaculizações impostas pelas entidades patronais, foi possível uma forte ligação aos trabalhadores, aos seus problemas e aspirações, aos seus direitos e interesses de classe o que permitiu o reforço da organização sindical, confirmando que a resposta a um só tempo, no quadro da acção sindical integrada, de uma forte acção reivindicativa e de luta intensa a partir dos locais de trabalho, permitiu alcançar importantes resultados, também, no que se refere à sindicalização.

Assim, se bem que dispondo, à data, apenas de dados parciais (por ausência de informação total ou parcial de alguns sindicatos), estão contabilizadas **102.501**, até ao 4º trimestre de 2023.

No âmbito das novas sindicalizações, **58.151** (57%) são mulheres e **15.282 (14,9%)** são jovens no escalão etário até 30 anos, conforme consta no **Quadro I**, sendo que, do total, existem **9.630** novas sindicalizações que os Sindicatos não desagregaram por sexo e por idade.

De salientar o avanço na sindicalização em locais de trabalho onde não existiam trabalhadores sindicalizados, assim como, a eleição de delegados sindicais em empresas e serviços onde não existia organização de base.

2.1.2. Delegados Sindicais

Até ao momento, e igualmente com dados parciais, registam-se já, na eleição e reeleição de delegados sindicais, **9.536 novos mandatos**, o que representa uma evolução positiva e uma significativa renovação da organização de base dos Sindicatos.

Dos **9.536 novos mandatos** de delegados sindicais, pode constatar-se, no **Quadro I**, que **5.973** são mulheres (**62,6%**) e que, pelo menos **340 (3,6%)** são jovens até 30 anos. (dado que nem todos os sindicatos desagregam a informação).

2.1.3. Representantes para a Segurança e Saúde no Trabalho

Apesar do número ainda limitado de sindicatos que dinamizam a eleição de representantes dos trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho (SST) - facto a que não é alheia a complexa carga burocrática, imposta por lei, aos respectivos processos eleitorais -, a verdade é que os resultados apurados no mandato **são de 1.103 novos mandatos**.

Acresce que o número de processos eleitorais concluídos e de trabalhadores eleitos (**Quadro I**), até ao momento, se encontra subestimado, uma vez que foram efectuadas eleições e eleitos representantes que não foram registados centralmente, devido a não ter sido prestada a necessária informação pelos sindicatos.

QUADRO I – Sindicalização apurada entre Janeiro de 2020 e 4º trimestre de 2023

(dados parciais) *

SECTORES	SINDICALIZAÇÃO				DELEGADOS SINDICAIS				SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO			
	Novas Entradas / Readmissões				H	M	J	Total	H	M	J	Total
	H	M	J	Total								
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	7.905	18.047	2 895	26 944	684	2 042	59	2 870	193	96	6	289
AGRICULTURA, ALIMENTAÇÃO, HOTELARIA, BEBIDAS E TABACOS	3 764	7 516	2 540	11 284	384	497	95	888	7	5	0	28
BANCA E SEGUROS	176	334	46	1 055	19	28	1	47	0	0	0	0
COMÉRCIO, ESCRITÓRIOS E SERVIÇOS	4 668	13 725	3 753	18 861	182	541	54	766	0	0	0	0
CONSTRUÇÃO, CERÂMICA E VIDRO	1 121	358	229	4 346	122	23	5	224	20	0	1	20
DIVERSOS	201	173	63	783	3	1	0	44	0	0	0	0
MAR	338	86	64	426	9	2	2	16	0	0	0	0
METALURGIA, QUÍMICAS, ELÉTRICAS, FARMACÊUTICA, CELULOSE, PAPEL, GRÁFICA, IMPRENSA, ENERGIA E MINAS	7 215	3 210	1 978	11 148	484	158	57	642	481	150	17	631
PESCA	80	6	1	131	0	0	0	14	0	0	0	0
PROFESSORES	1 277	5 043	434	6 576	691	2 197	6	3 003	0	0	0	0
QUADRO TÉCNICOS	34	120	28	284	1	1	0	2	0	0	0	0
SAÚDE	769	4 853	1 114	7 140	113	350	35	512	101	0	0	101
TÊXTIL, VESTUÁRIO E CALÇADO	644	2 416	277	4 017	30	55	3	113	2	14	4	16
TRANSPORTES; COMUNICAÇÕES E TELECOMUNICAÇÕES	6 526	2 264	1 860	9 506	299	78	23	395	12	7	0	19
TOTAL	34 720	58 151	15 282	102 501	3 021	5 973	340	9 536	816	272	28	1 103

* Tal como atrás mencionado, o Quadro I regista resultados parciais e os números referentes a homens, mulheres e, de entre eles, jovens, que apresentam discrepâncias relativamente ao total, porque alguns Sindicatos não indicam os números desagregados, somando estes casos 9. 630 novas sindicalizações. O mesmo se passa em relação a 542 delegados sindicais e 15 representantes de SST.

2.1.4. Comissões de Trabalhadores

Ainda que não sendo organizações sindicais, as Comissões de Trabalhadores (CT's) são estruturas de base e, na sua maioria, cooperam com as organizações do MSU, num quadro de respeito pela autonomia própria de cada uma das estruturas.

A CGTP-IN tem o registo de **1.591** de empresas, locais de trabalho e serviços com estatutos publicados, sendo que nem todas estão activas. No decorrer do mandato, foram publicados **40** novos estatutos, alguns também no âmbito do sector público e **39** alterações a estatutos. Foi também publicada a identificação dos membros que compõem **270** CT's, representando **2.138** membros, dos quais **539 (25,2%)** são mulheres.

Num levantamento relativo à eleição das CT's até Dezembro de 2023, em 28 empresas e serviços (podendo apenas comparar os dados apurados em 26), representando **40.780** trabalhadores, votaram **20.331 (49,9%)** do total dos trabalhadores. Destes, **12.516 (61,6%)** votaram em listas unitárias identificadas com a CGTP-IN e **7.403 (36,4%)** votaram noutras listas.

2.2. Eleições em Sindicatos

Entre Janeiro de 2020 e Novembro de 2023, realizaram-se **110** actos eleitorais em Sindicatos do MSU, tendo sido eleitos **3.289** dirigentes, dos quais **1.388 (42,2%)** são mulheres e **34 (1,03%)** são jovens.

Foram recolhidos e tratados dados relativos às eleições em **50** Sindicatos, nos quais votaram **45.450** trabalhadores, do total de **220.054** inscritos nos cadernos eleitorais. Destes, votaram nas listas identificadas com a CGTP-IN **43.217** trabalhadores, o que corresponde a **95,08%** dos eleitores que exerceram o seu direito de voto.

No estudo efectuado, verificou-se que, em **34** Sindicatos, existem **1.204** dirigentes (publicados em BTE), **477** são mulheres e 32 são jovens. A média etária geral é de 48,2 anos, sendo a dos homens de 48,5 anos, a das mulheres de **45,3** anos e a dos jovens com menos de **30** anos, de **27,4** anos.

Assim, no universo de Sindicatos do MSU, regista-se um total de **5.654** dirigentes, sendo **2.362 (41,8%)** mulheres e 47 (0,8%) jovens do escalão etário até 30 anos.

2.3. A Estrutura e a Reestruturação Sindical

2.3.1. Sindicatos

No período decorrido entre o último Congresso e Dezembro de 2023, verificaram-se alterações em diversos Sindicatos. Actualmente, referenciamos **124** Sindicatos activos, **79** dos quais são filiados, **18** não filiados, mas que cooperam de forma regular com a CGTP-IN e os restantes **27** Sindicatos não filiados, que cooperam de forma pontual.

No mandato, foram estabelecidos **3 protocolos de cooperação**, com os seguintes Sindicatos e Associações:

- SERAM - Sindicato dos Enfermeiros da Região Autónoma da Madeira;
- Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica;
- Associação Sindical de Chefias do Corpo da Guarda Prisional – ASCCGP.

Constituiu-se o SINTARQ - Sindicato dos Trabalhadores em Arquitectura, com quem estamos a estabelecer cooperação e extinguiram-se **3** Sindicatos, que não eram filiados na CGTP-IN:

- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias e Comércio de Panificação, Moagens, Confeitaria, Pastelaria e Similares do Minho;
- Sindicato Português dos Engenheiros Graduados na União Europeia – SPEUE;
- Sindicato do Comércio, Escritórios, Serviços, Alimentação, Hotelaria e Turismo (SinCESAHT).

Refira-se, ainda, o **cancelamento dos estatutos de organizações já extintas na prática** e que já não constavam da lista do universo do MSU:

- Associação Nacional de Dentistas Portugueses – ANDEP que já não constava da lista de organizações do Universo do MSU por ter sido retirado no 9º Congresso.
- União dos Sindicatos de Tomar / CGTP-Intersindical Nacional

Constituíram-se, ao longo do mandato, **27** Sindicatos, 2 Federações e **1** Confederação, na sua maioria de identidade indefinida.

Relativamente ao âmbito geográfico, os Sindicatos do MSU repartem-se da seguinte forma:

- 61 têm âmbito nacional
- 35 têm âmbito pluridistrital
- 10 têm âmbito distrital;
- 13 têm âmbito regional;
- 1 tem âmbito ao concelho;
- 2 têm âmbito ao estrangeiro;
- 2 têm âmbito às Ilhas de São Miguel e Santa Maria.

Quanto ao âmbito pessoal dos Sindicatos:

- 37 têm âmbito profissional
- 81 têm âmbito sectorial vertical
- 3 têm, simultaneamente, âmbitos de actividade vertical e profissional;
- 3 têm âmbito profissional, numa parte, e vertical, noutra.

Durante o mandato, alteraram os seus estatutos (rectificações / denominação / âmbito / nulidade ou outros motivos) **34** Sindicatos, **1** União Distrital e **2** Federações do MSU.

Alteraram estatutos, entre outros, os seguintes Sindicatos:

- Associação Nacional de Dentistas – ANDEP;
- Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Alta;
- Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação e Bebidas – STIANOR;
- Sindicato dos Quadros Técnico de Desenho – SQTD;
- Associação Sindical dos Profissionais da Polícia – ASPP/PSP;
- Sindicato dos Trabalhadores Consulares, das Missões Diplomáticas e dos Serviços Centrais do Ministério dos Negócios Estrangeiros – STCDE;
- Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins – SINAPSA;

- Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria Alimentar;
- Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Mármore, Pedreiras, Cerâmica e Materiais de Construção de Portugal;
- Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional;
- Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte (STRUN);
- SINTARQ – Sindicato dos Trabalhadores em Arquitectura;
- Sindicato dos Capitães, Oficiais Pilotos, Comissários e Engenheiros da Marinha Mercante – OFICIAISMAR;
- Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e Notariado;
- Associação Sindical de Chefias do Corpo da Guarda Prisional – ASCCGP;
- Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social – STSSSS;
- Associação Sindical dos Juizes Portugueses- ASJP;
- Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria e Comércio de Alimentação, Bebidas e Afins;
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil, Vestuário, Calçado e Curtumes - SINTEVCC – AVG
- Sindicato dos Magistrados do Ministério Público;
- Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes de Portugal – STTAMP;
- Sindicato dos Professores da Madeira;
- SITACEHT/Açores – Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Alimentação, Bebidas e Similares, Comércio, Escritórios e Serviços, Hotelaria e Turismo, Transportes e Outros Serviços dos Açores.

Alteraram estatutos, as seguintes Uniões Distritais e Regionais:

- União dos Sindicatos do Distrito de Évora

Alteraram estatutos, as seguintes Federações:

- FENPROF – Federação Nacional dos Professores;
- Federação dos Sindicatos de Transportes e Telecomunicações – FECTRANS.

2.3.2. Uniões de Sindicatos

As Uniões Distritais e Regionais, estruturas intermédias da CGTP-IN, são vinte e duas (**22**). Durante o mandato, registaram-se **22** Congressos / Plenários Eleitorais em **22** Uniões Distritais e Regionais. Foram eleitos **547** dirigentes, dos quais **206 (37,7%)** são mulheres e **13 (2,4%)** são jovens. A média etária geral apurada é de **49,8** anos, sendo a dos homens de **50,5** anos, a das mulheres de **48,4** anos e a dos jovens de **27,6** anos.

Das **3** Uniões Locais existentes, reuniram, durante o mandato, **3** em Plenários Eleitorais, tendo sido eleitos **47** dirigentes, dos quais **16 (34%)** são mulheres. Destes **47** dirigentes só foi possível apurar a média etária de **32**, que é de **52** anos, em relação às mulheres, são 12, e a média etária é de 52,5 anos

2.3.3. Federações de Sindicatos

As Federações, também estruturas intermédias da CGTP-IN, são **10**. Durante o mandato, registaram-se **10** Congressos / Plenários Eleitorais em **10** Federações. Foram eleitos **324** dirigentes, dos quais **90 (27,8%)** são mulheres e **6 (1,9%)** são

jovens. A média etária geral apurada em 6 das 10 federações é de 49,6 anos, sendo a dos homens de 50,8 anos, a das mulheres de 48,8 anos e a dos jovens de 26,2 anos.

2.4. As Organizações Específicas

2.4.1. Interjovem/CGTP-IN

A Interjovem/CGTP-IN, durante o mandato, dinamizou várias iniciativas de âmbito nacional, articuladas com os sindicatos, a partir dos locais de trabalho das empresas e serviços, apesar dos constrangimentos do COVID19.

Participou e mobilizou os jovens trabalhadores para, em torno das suas reivindicações, participarem nas iniciativas centrais da CGTP-IN. Afirmou, junto dos jovens trabalhadores, com propaganda própria e iniciativas específicas, as manifestações nacionais e distritais convocadas, garantindo uma participação organizada e com espaço próprio em todas as acções de luta, expressando nas ruas as reivindicações por melhores salários, pelo fim do desemprego e da precariedade.

Durante estes 4 anos esteve sempre presente no 1º de Maio, com um espaço próprio de participação nas iniciativas de rua dos vários distritos, com intervenção de jovens trabalhadores nas manifestações e afirmando as reivindicações e exigências da juventude.

Para assinalar o Dia Nacional da Juventude (28 de Março), desenvolveram-se várias iniciativas de denúncia e acções de luta em cada ano do mandato, culminando sempre numa manifestação nacional que, nos últimos anos, assumiu diferentes datas em torno da celebração do dia. Estas manifestações tiveram sempre uma significativa e crescente participação de jovens trabalhadores organizados a partir dos locais de trabalho das empresas e serviços.

No ano de 2020 realizou-se a 9ª Conferência Nacional da Interjovem/CGTP-IN, sob o lema “*Valorizar o Emprego Jovem || Salários, Estabilidade, Direitos || Sindicalizar, Organizar, Lutar*”, em condições de pandemia, mas que, apesar disso, contou com a presença de centenas de jovens que discutiram os problemas da juventude trabalhadora e linhas de trabalho para reforçar a sindicalização e organização desta camada e elegeram uma nova direcção da Interjovem.

A Interjovem/CGTP-IN participou em iniciativas regionais, em particular, no Festival da Liberdade, organizado pela Associação de Municípios da Região de Setúbal, onde foi possível o contacto com milhares de jovens durante o festival, e em acções em várias escolas, a convite de câmaras municipais e agrupamentos escolares.

Participou, ainda, activamente na Plataforma pela Paz e pelo Desarmamento, afirmando os valores da Paz e da Solidariedade, tanto através de debates e sessões de cinema no período pandémico, mas, também, com a organização dos Acampamentos pela Paz, em 2022 e 2023.

No plano organizativo, concretizaram-se novas linhas de trabalho específico para a juventude em comissões de jovens dos Sindicatos, Federações e Uniões. Apesar disso, a regularidade pretendida para a reunião das comissões de jovens e o trabalho específico e regular em várias dessas estruturas não está ainda garantida.

Conseguiu-se assegurar propaganda específica, em particular em torno do Dia Nacional da Juventude, mas não só, tanto a nível nacional central, como de alguns sectores.

Identificaram-se e responsabilizaram-se dezenas de dirigentes, delegados e activistas sindicais jovens, ficando-se ainda aquém do potencial existente. Reforçaram-se frentes de trabalho, em particular, nos sectores da FIEQUIMETAL, com a realização de encontros nacionais de jovens trabalhadores com linhas próprias de intervenção em cada um dos sindicatos;

no CESP, STAL, na FESAHT e na FECTRANS foram responsabilizados novos quadros e realizadas actividades específicas. Conseguiu-se manter actividade mais regular em Lisboa, Porto e Braga, com esforços em Aveiro, Leiria, Santarém e Algarve. No âmbito do Conselho Nacional de Juventude, a Interjovem/CGTP-IN participou nas respectivas iniciativas e Assembleias Gerais, mantendo, ainda, relações com o movimento juvenil em Portugal, com organizações filiadas e não filiadas no CNJ. No plano europeu e internacional participou na CesJovem.

2.4.2. Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens/CGTP-IN

O balanço da actividade da CIMH neste quadriénio, apesar dos constrangimentos causados pela pandemia, reflectiu um **elevado grau de execução dos planos de actividade anuais**, sustentado na reflexão, discussão e intervenção colectiva, no funcionamento regular dos órgãos, com um total de 43 reuniões realizadas, para além da participação em reuniões das Comissões para a Igualdade sectoriais e regionais e nos plenários em diversos locais de trabalho.

Em 2 de Junho 2021 realizou-se a **8.ª Conferência Nacional da CIMH**, em Lisboa, sob o lema: *“Dignificar o Trabalho – Defender a Saúde – Avançar na Igualdade”*, que contou com mais de 200 participantes, 44 intervenções e aprovação dos documentos de suporte à intervenção sindical específica. Foi editado o livro respectivo, contendo todas as intervenções, documentos aprovados e a composição da Direcção Nacional eleita.

Foram editados diversos materiais de informação e propaganda específicos e **impulsionada a participação organizada das Comissões para a Igualdade e das trabalhadoras de diversos sectores e regiões** nas lutas sectoriais, regionais e nacionais, dando expressão pública às suas reivindicações concretas.

A realização anual da **Semana da Igualdade** para assinalar o **Dia Internacional da Mulher Trabalhadora - 8 de Março**, decorreu de forma crescente ao longo do mandato:

- **Entre 2 e 6 de Março de 2020**, em todo o país, sob o lema *“Emprego de Qualidade – Viver e Lutar pela Igualdade”*, no quadro das comemorações do Dia Internacional da Mulher (8 de Março), integrando acções e iniciativas diversas em mais de um milhar de locais de trabalho, na rua e junto das instituições, destacando-se as propostas, reivindicações e lutas pela defesa e avanços nos direitos das mulheres trabalhadoras no trabalho e na vida.

- **Entre 8 e 12 de Março de 2021**, no plano nacional, sob o lema *“Defender a Saúde – Dignificar o Trabalho – Avançar na Igualdade”*, integrando acções e iniciativas em 1.151 de locais de trabalho identificados, na rua e junto das instituições, dando relevo às propostas, reivindicações e lutas pela defesa e reforço dos direitos das mulheres trabalhadoras no trabalho e na vida.

- **Entre 7 e 11 de Março de 2022**, em todos os distritos e regiões autónomas, sob o lema *“A Igualdade tem de existir | Para o País evoluir!”*, integrando acções e iniciativas diversas (plenários, marchas, concentrações, greves, tribunas públicas, debates, etc.) em 1.502 locais de trabalho, na rua e junto das instituições.

- **Entre 6 e 10 Março de 2023**, em todo o país, sob o lema *“Salários a aumentar | Para a vida mudar | E a igualdade avançar!”*, com iniciativas diversificadas e plenários em 1.561 locais de trabalho, para além de acções públicas em várias cidades.

Em 2020, no âmbito das candidaturas aprovadas (Apoio Financeiro às ONG da CIG), finalizou-se o **Projecto Combate às Doenças Profissionais das Mulheres Trabalhadoras** (Outubro.2018 / Setembro.2020), com edição de um *Guia de Apoio* (10.000 exemplares) e um *Folheto tríptico* (20.000 exemplares) e com a realização de uma *Acção de Sensibilização Nacional*, com a participação de 40 activistas, em Lisboa (Setembro), que encerrou o Projecto.

Foi iniciado um novo **Projecto de 21 Acções de Sensibilização-Formação, descentralizadas** (Janeiro.2020/Junho.2021), dirigidas a dirigentes, delegados/as e activistas sindicais, com a concretização de 9 Acções presenciais, em 2020, com base nas temáticas do *Guia Sindical para a Igualdade entre Mulheres e Homens* e as restantes 12 Acções presenciais, em 2021 (Viana do Castelo, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Horta, Portalegre, Braga, Vila Real, Funchal, Aveiro, Guarda, Coimbra e Setúbal).

No ano de 2022 realizou-se uma **Tribuna Pública**, sob o lema **“Pelo Fim da Violência Laboral e Social contra as Mulheres”**, em 6 de Dezembro, em Lisboa (Rua do Carmo), em conjunto com a PpDM – Plataforma Portuguesa dos Direitos das Mulheres.

Ainda em 2022, realizaram-se três **Debates Temáticos**, com significativas participações de representantes sindicais: o primeiro, **“As mulheres trabalham mais e ganham menos – porquê?”**, em 23 de Fevereiro, em Lisboa; o segundo, **“Menos Tempo no Trabalho. Mais Vida para Viver”**, em 12 de Maio, em Torres Novas e o terceiro, **“Elogiadas no Apoio Social / Esquecidas na Valorização Profissional”**, em 10 de Novembro, no Porto.

Foi lançado o **Projecto “Valorizar a Contratação Colectiva. Efectivar a Igualdade. No trabalho e na vida”** (Setembro.2022 a Agosto.2023), que integrou cinco Acções de Sensibilização-Formação dirigidas a um total de 100 dirigentes sindicais com responsabilidades na contratação colectiva. Todas as Acções se realizaram em 2023 e incidiram sobre três temas: Igualdade salarial (Lisboa, 26 de Janeiro), Conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e pessoal (Faro, 13 de Abril; Coimbra, 5 de Julho e Beja, 7 de Julho) e Doenças Profissionais (Porto, 9 de Maio). O Projecto contou ainda com a realização de um Diagnóstico sobre as cláusulas específicas nas convenções colectivas e com cinco publicações bimestrais digitais sobre as temáticas de cada Acção.

Celebrou-se um **Acordo de Parceria com a FPCEUP** – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, promotora do Projecto **“HomeWork – des/igualdades de género na conciliação de teletrabalho e coabitação”**, iniciado em 2022. O projecto pretende avaliar o impacto da pandemia provocada pela COVID-19 na conciliação familiar e profissional, e integrando uma perspectiva de género, pretende contribuir para a melhoria do sistema jurídico português e/ou políticas públicas na promoção da igualdade entre mulheres e homens.

Em 2023 realizou-se o **Encontro “Conciliação e parentalidade na PSP: realidade ou ficção?”**, no dia 21 de Outubro, no Porto, numa organização conjunta entre a CIMH e a ASPP/PSP e dirigida a dirigentes sindicais da PSP.

Ainda em 2023, no dia 7 Dezembro, em Lisboa, realizou-se o **Seminário “Igualdade na lei – Desigualdades no trabalho e na vida”**, com a participação de mais de 70 dirigentes sindicais de todo o país.

Durante o quadriénio, a CIMH participou em todas as reuniões tripartidas da **CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego**, tendo analisado e votado os milhares de pareceres emitidos, na sua esmagadora maioria (cerca de 80%) no sentido favorável às/aos trabalhadoras/es (horário flexível e outros direitos de maternidade e paternidade).

Também participou nas reuniões da **CRITE – Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, nos Açores e na Madeira**.

Participou também, de forma activa, proponente e reivindicativa, ao nível institucional, nas reuniões do **Conselho Consultivo do CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género**.

Manteve uma ligação regular com o desenvolvimento do trabalho no **Comité de Mulheres da CES**.

Foram divulgadas diversas **Posições Públicas** ao longo do quadriénio, designadamente no dia 1 de Junho – Dia Internacional da Criança; em Novembro (data móvel) por ocasião do Dia Nacional da Igualdade Salarial e no dia 25 de Novembro – Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, identificando-se no plano social e laboral, as causas e responsáveis pelas situações de desigualdades e injustiças sociais.

Ao longo deste quadriénio, a CIMH prosseguiu e aprofundou a ligação regular às diversas estruturas sindicais – Sindicatos, Federação e Uniões – no esclarecimento e apoio à resolução de problemas concretos relacionados com a violação de direitos da igualdade de oportunidades e de tratamento nos locais de trabalho, com resultados positivos para as trabalhadoras, contribuindo para a acção sindical mais geral da CGTP-IN.

2.4.3. Inter-Reformados/CGTP-IN

O Mandato foi marcado por variadas formas a intervenção activa e solidária da nossa Central Sindical, tendo como guia sindical a luta por melhores condições de vida dos trabalhadores e do povo, mas também para a reposição do poder de compra dos reformados/aposentados, essencial para efectivar o direito a envelhecer com direitos.

Vivemos as desastrosas políticas de direita assentes na exploração e empobrecimento dos trabalhadores do activo, insistindo na política de baixos salários, que implicam no futuro reformas de valor muito baixo mas, também, nas várias investidas de desmantelamento dos serviços públicos e funções sociais do Estado, práticas herdadas do Governo PSD/CDS 2011 - 2015, que afligem de forma significativa a vida dos reformados/aposentados.

Em 2020 o mundo e em particular Portugal, foi assolado pelo Covid 19 que afectou, em muito, a vida e o emprego dos trabalhadores do activo, mas também dos reformados. Foi muito mau para quem produz ou produziu riqueza, mas serviu para encher os bolsos dos grandes grupos económicos, em especial os da Indústria Farmacêutica.

Como não bastasse, foi a Segurança Social que assegurou as indemnizações dos despedimentos dos trabalhadores, bem como as percentagens salariais que deviam ser pagas pelos patrões.

Fruto da política imperialista/belicista assistimos a duas guerras, Rússia-Ucrânia e Palestina-Israel, das quais os prejudicados maiores são os povos, enquanto os complexos industriais militares enchem as suas contas bancárias.

A todas estas situações a CGTP-IN respondeu de forma heróica, digna de uma Central Sindical de classe.

A IR/CGTP-IN durante o período em análise, deu continuidade aos compromissos anteriormente assumidos tentando dar resposta sindical às velhas e novas reivindicações e aspirações dos reformados:

- Aumento de todas as pensões de reforma atribuídas pelo Sistema de Segurança Social e pela Caixa Geral de Aposentações e de outras prestações sociais;

- Revisão da legislação que assegure a actualização anual das pensões de reforma e o aumento do seu poder de compra;
- Revogação do factor de sustentabilidade;
- Garantia dos Serviços Públicos Universais e de Qualidade;
- Defesa e Reforço do Serviço Nacional de Saúde com garantia de acesso à saúde a toda a população;
- Expansão e valorização da Rede de Cuidados de Saúde Primários para que todos tenham médico e enfermeiros de família, para além de outros técnicos, tais como, nutricionista, fisioterapeuta, psicólogo, médico dentista, oftalmologista entre outros;
- Reforço da Rede de Cuidados Continuados Integrados e fiscalização eficaz dos prestadores de serviços;
- Reposição da idade legal de acesso à pensão de reforma aos 65 anos;
- Direito à reforma voluntária sem qualquer penalização para todos os trabalhadores com 40 anos ou mais de carreira contributiva, independentemente da idade;
- Criação de uma Rede Pública de Lares, pondo fim às listas de espera, com mensalidades compatíveis com os rendimentos dos reformados/aposentados, pensionistas e idosos com garantia de qualidade nos serviços prestados e por outro, o reforço das diversas valências de Rede de Equipamentos e Serviços de apoio à “Terceira Idade”.

A IR/CGTP-IN, reuniu regularmente os seus órgãos, excepto num período muito curto devido à Pandemia, retomando o seu trabalho normal de primordial importância para a intervenção sindical dos Reformados/Aposentados em iniciativas nacionais, regionais e sectoriais, durante o mandato:

- 9ª Conferência Nacional para o Quadriénio 2021-2025 IR/CGTP-IN – 16 Abril 2021;
- 28 reuniões da Comissão Permanente;
- 18 reuniões da Direcção Nacional da IR/CGTP-IN;
- Constituição de Comissões de Reformados nos Sindicatos até Dezembro 2023;
- 6 Boletins Inter-Reformados;
- Entrega do Abaixo-Assinado referente ao aumento das pensões e reformas, promovido pela Inter-Reformados/ CGTP-IN - 30 de Setembro de 2022 - Grupos Parlamentares do PS, PCP, Bloco de Esquerda;
- Participámos, ainda, em todas as reuniões do CN e Plenário de Sindicatos da CGTP-IN durante o mandato, assim como, no 1ª de Maio em todos os distritos;
- Participámos nas reuniões do Comité Executivo da FERPA (CES) e em reuniões europeias e mundiais da UIS-RP da FSM.

• INICIATIVAS EM QUE PARTICIPAMOS

- Manifestação Nacional – Por uma Europa dos trabalhadores e dos Povos | Afirmar a soberania. Lutar pelos direitos | Mais emprego, produção nacional, salários, serviços públicos - 8 Maio – Porto – 2021;
- Dia Internacional Idosos – 1 Outubro e Aniversário da CGTP-IN (todos os anos);
- Encontro Sindical – Acção e luta por um Portugal com futuro - 7 Outubro 2021–Lisboa;
- Acção Conjunta com o MURPI – 22 Outubro 2021 - tribuna pública sob o lema “Retomar o Direito a Viver com Segurança e Confiança”;
- Manifestação Nacional – Avançar é preciso! | Aumento geral dos salários|35 horas para todos|erradicar a precariedade|defender a contratação colectiva - 20 Novembro 2021 – Lisboa;
- Debate da Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens - CIMH – 23 Fevereiro 2022– CGTP-IN – Lisboa;
- Visita Museu Aljube – 14 Abril 2022- Lisboa;

- Iniciativa conjunta IR – MURPI – 10 Maio 2022 – descentralizada;
 - Petição conjunta IR – MURPI – Repor o Poder de Compra das Pensões - entrega a 31 Outubro 2022;
 - Manifestação Nacional – Aumento dos salários e pensões – emergência nacional! | Contra o aumento do custo de vida e o ataque aos direitos - 15 de Outubro 2022– Lisboa e Porto;
 - Concentração na Assembleia da República - Mais salário! Melhores pensões! | Repor e melhorar o poder de compra - valorizar quem trabalha e trabalhou - 25 Novembro 2022 – Lisboa;
 - Acção de luta descentralizada da IR/CGTP-IN e MURPI - Contra o aumento do custo de vida | Pelo aumento real das reformas e salários – 24 Janeiro 2023;
 - Dia Nacional de Indignação, Protesto e Luta | greves e paralisações em todos os sectores e em todo o País – 9 de Fevereiro 2023;
 - Manifestação Nacional – “Todos a Lisboa! Aumento Geral dos Salários e Pensões - Emergência Nacional - Lisboa - 18 Março 2023;
 - Concentração de Reformados/Aposentados e Pensionistas - Assembleia da República – Lisboa - 12 Abril 2023;
 - Marcha pelo direito à saúde – Mais SNS, Melhor Saúde – Lisboa - 20 Maio 2023;
 - Dia Nacional de Luta - “Aumentar salários | Garantir direitos | Contra o aumento do custo e vida – Pelo direito à saúde e à habitação” – em todos os sectores e em todo o País – 28 Junho 2023;
 - Recebemos a delegação brasileira do Sindicato Nacional dos Aposentados Pensionistas e Idosos – Força Sindical/SINDNAPI – Lisboa - 13 de Outubro 2023;
 - Manifestação Nacional – Pelo Aumento dos Salários e Pensões | Contra o aumento do custo de vida - Porto e Lisboa – 11 Novembro 2023;
 - Concentração Assembleia da República – dia da votação final do Orçamento do Estado - 29 Novembro 2023;
 - Petição IR – MURPI – Rede Pública de Lares – a decorrer até ao 1º de Maio 2024.
- **REUNIÕES COM ESTRUTURAS** – Reunimos com a Comissão da IR/USDE e com a Direcção da IR/US Coimbra.
 - **COMISSÕES DE REFORMADOS** - Foram eleitas ou reeleitas a Comissão da Inter-Reformados do Distrito de Évora, Sindicato da Hotelaria do Sul, Site-Norte, STML e do distrito do Porto, SIESI, Sindicato dos Enfermeiros, Sindicato da Cerâmica e Construção do Sul, IR-Guarda, IR-Algarve e STAL Lisboa.
 - **INICIATIVAS EM QUE FOMOS CONVIDADOS A PARTICIPAR:**
 - Comemoração do 48º Aniversário do 25 de Abril/almoço, 13 de Abril 2022– IR/US Lisboa;
 - 10º Congresso Nacional do MURPI, 14 de Junho de 2022;
 - Passeio dos Reformados, 31 de Maio 2022 – US Évora;
 - XI Congresso da União dos Sindicatos do Distrito de Leiria, 28 de Outubro 2022;
 - 9º Encontro da Inter-Reformados de Castelo Branco, 27 de Outubro 2022;
 - MAGUSTO/Castanhada da Inter-Reformados, 19 de Novembro 2022 – US Coimbra;
 - Assembleia Geral Ordinária do MURPI, 23 de Novembro de 2022;
 - 3ª Conferência Nacional de Professores Aposentados, 29 de Novembro 2022 – FENPROF;
 - “À conversa com o Prof. Avelãs Nunes”, de Novembro - Casa do Alentejo – 2022;
 - Tomada de Posse dos Corpos Gerentes do SNTSF – CGTP-IN - 11 de Março 2023;

- Debate sobre o tema” Em Defesa da Constituição da República – Pela Paz e o Desarmamento” - em Alcácer do Sal - 15 de Abril 2023;
- Comemoração do 49º Aniversário do 25 de Abril/almoço, 15 de Abril 2023– IR/US Lisboa
- 26º Piquenício Nacional do MURPI - Benavente - 7 Maio 2023;
- Passeio dos Reformados a Setúbal - US Évora - 23 de Maio 2023;
- Comemoração do 45º aniversário do MURPI – Beja - 27 de Maio 2023;
- X Congresso da União dos Sindicatos de Vila Real e Comemorações do 53º Aniversário da CGTP-IN 2023;
- XII Congresso da União dos Sindicatos do Distrito de Santarém/CGTP-IN, dia 31 de Outubro 2023;
- 13º Congresso da USL-CGTP-IN, dias 17 e 18 de Novembro 2023 - Fórum Lisboa.

2.5. A Gestão Financeira e os Contratos-Programa

Ao longo do mandato, para garantir, no mínimo, o equilíbrio com os rendimentos auferidos, a contenção dos gastos, sem afectar a actividade sindical, foi uma preocupação permanente. Para este objectivo, contribuiu o controlo permanente da quotização recebida e a receber.

A quotização recebida em 2019 atingiu 2.016.183 euros, prevendo-se que, em 2023, se venha a cifrar em 2.042.531 euros, o que representa um acréscimo, neste período, de cerca de 1,31 %.

Em 2020, os rendimentos provenientes de quotização totalizavam 2.016.871 euros, representando cerca de 65,56% dos rendimentos totais. Em 2022, esta tipologia de rendimentos totalizou 2.034.420 euros, representando cerca de 69,59% dos rendimentos totais.

No ano de 2020, as despesas de funcionamento da Central (fornecimentos e serviços externos + remunerações de pessoal e dirigentes) totalizaram 2.117.250 euros. Em 2022, os mesmos gastos totalizaram 1.764.531 euros.

A verba destinada às Uniões Distritais, 318.360 euros anuais, manteve-se inalterada, no período compreendido entre 2020 e 2023.

Quanto à posição financeira da Central, da análise comparativa das principais rubricas dos balanços de 2020 e 2022, são de realçar os seguintes aspectos:

- O total do Activo era de 16.424.222 euros em 2020, sendo de 16.534.788 euros no final de 2022;
- Os Fundos Patrimoniais aumentaram, no mesmo período, cerca de 232.342 euros, apresentando-se, em 2020, com 14.388.753 euros, e, em 2022, com 14.621.095 euros;
- O Passivo, por seu lado, registou, no mesmo período, uma diminuição de 121.776 euros, passando de 2.035.469 euros, em 2020, para 1.913.693 euros, em 2022. Esta componente representava, em 2020, cerca de 12,39% do Activo, enquanto no final de 2022 esta relação se situou nos 11,57%.

Relativamente ao **Fundo Central de Solidariedade e Reestruturação** - constituído em Julho de 2000, e que, em termos regulamentares, pode ser utilizado pelas estruturas sindicais filiadas no caso de insuficiência económica e no âmbito de processos de reestruturação sindical, administrativa e financeira - prevê-se que o seu saldo, em 31 de Dezembro de 2023, venha a ser de 109.599 euros.

No âmbito do respectivo regulamento, foram efectuadas diversas transferências reembolsáveis e a fundo perdido, nomeadamente, participações para processos de reestruturação sindical, administrativa e financeira e aquisição de instalações para instalação de casas sindicais.

A esse propósito, refira-se a constituição, ao longo do mandato, de novas **casas sindicais** com serviços comuns, designadamente, em Évora, Coimbra, Algarve (Faro e Portimão), Fundão e Portalegre. Para garantindo melhores condições para o seu funcionamento e registaram-se novas integrações de sindicatos em casas sindicais e novos desenvolvimentos em processos de discussão para casas sindicais, nomeadamente em Santarém.

No quadriénio em referência, foram executados vários **projectos financiados**. Destacam-se, designadamente, pelos montantes envolvidos, os projectos inseridos no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), no âmbito das tipologias 1.16 Reforço da Capacitação Institucional dos Parceiros Sociais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social, que contemplaram, entre outras, as seguintes actividades: “Capacitar e otimizar para melhor comunicar – A inovação do parque informático”; “Capacitar e otimizar para melhor comunicar – A requalificação do auditório”; “Património documental e museológico da CGTP-IN e do Movimento Sindical Unitário: contributo para a sua preservação, organização e valorização”; “50.º aniversário da CGTP-IN: Exposição Central”; “50º aniversário da CGTP-IN: Exposições Distritais”; “50.º aniversário da CGTP-IN: Ciclo de debates”; “50.º aniversário da CGTP-IN: Exposição de Artes Plásticas”; “Itinerário sindical para o trabalho do futuro: Prevenir+Viver melhor”; “Qualificar para uma organização, acção e gestão sindical mais eficaz”; “Mais e melhor formação sindical”; “Mais e melhor informação sindical”; “Espaço Memória: Centro de arquivo, documentação e audiovisual da CGTP-IN”; “Capacitar a CGTP-IN no distrito de Portalegre” e “Trabalhadores migrantes com direitos mais efectivos”.

Relativamente aos **Contratos-Programa**, foram celebrados (pela primeira vez ou renovados e actualizados), durante o mandato, **33** contratos, referentes a 21 sindicatos.

- Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas;
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul;
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro;
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Algarve;
- Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos de Portugal – SINTAB;

- Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação e Bebidas – STIANOR;
- Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Alimentação, Serviços e Similares da Região Autónoma da Madeira;
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio de Carnes do Sul;
- Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Financeira – SINTAF;
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal – CESP;
- Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual – STT;
- Sindicato dos Professores da Madeira;
- Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Agências de Viagens, Transitários e Pesca – SIMAMEVIP;
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira;
- Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos de Portugal – STRUP;
- Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários e Actividades Metalúrgicas da Região Autónoma da Madeira;
- Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil de Aveiro;
- Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Curtumes do Sul;
- Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas;
- Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversas – STAD.
- STIAC – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria Alimentar.

Estando consagrados nos Estatutos da CGTP-IN desde o seu 8º Congresso, os contratos-programa continuam a revelar-se uma medida responsabilizadora dos sindicatos, relativamente à definição e concretização de objectivos de reforço da acção reivindicativa, de sindicalização, de organização de base e de reestruturação, bem como do dever de quotização. Em resultado, verificou-se um aumento do número de sindicatos a estabelecer metas concretas de reforço da organização e medidas de contenção de gastos e de reestruturação sindical, administrativa e financeira, registando-se, ainda, evolução em ordem à regularização da quotização perante a CGTP-IN e as estruturas intermédias. Registam-se, contudo, alguns incumprimentos, nomeadamente, ao nível da prestação de informação trimestral à CGTP-IN, que urge superar, faltando, ainda, regularizar a situação de alguns sindicatos.

2.6. Formação Sindical

O início do mandato ficou marcado pela pandemia, impedindo de algum modo, a principal actividade do departamento – a formação sindical. No entanto, respeitando as regras de segurança, ainda se realizaram duas acções de formação presenciais, em 2020.

Também nesse ano, foi actualizada e finalizada a candidatura à subactividade 4 do POISE “Mais e Melhor Formação Sindical”.

A partir de 2021, apesar de alguns condicionalismos, dando cumprimento ao Programa de Acção do XIV Congresso da CGTP-IN, o DFS realizou as seguintes actividades:

- Executou a subactividade 4, do projecto POISE “Mais e Melhor Formação Sindical”. No âmbito da mesma:

- Realizou 44 reuniões do grupo coordenador;
- Realizou 18 entrevistas presenciais às Uniões distritais do continente, para efectuar um diagnóstico de necessidades formativas;
- Elaborou e enviou 1 questionário online, dirigido ao MSU, como complemento das entrevistas presenciais;
- Actualizou 5 manuais formativos, sendo um deles editado e reproduzido em formato de papel, e os restantes, em formato digital;
- Realizou um curso de formação pedagógica inicial de formadores e um de formação para E-formadores, em parceria com o INOVINTER;
- Adquiriu equipamentos e um software destinados à formação (presencial e à distância);
- Equipou 3 Uniões, por forma a adaptá-las a pessoas com mobilidade reduzida;
- Realizou uma acção de preparação específica para os pólos locais
- Organizou uma acção de reciclagem para formadores/as sindicais
- Programou e realizou 3 encontros de Formação Sindical – Lisboa, Beja e Porto;
- De acordo com as necessidades de cada União, procedeu à realização de 17 acções
- Piloto (uma delas, dirigida a 2 uniões). Estas acções foram realizadas em 3 modalidades – Presencial, a distância e híbrida;
- Procedeu à elaboração e envio de uma candidatura à DGERT, para certificação da CGTP-IN como entidade formadora, tendo logrado o seu deferimento.

- Correspondeu às solicitações de diversas estruturas, para realização de formação Sindical, nomeadamente: US Algarve, US Castelo Branco, US Porto, US Lisboa, US Santarém, Interjovem de Lisboa, Hotelaria Algarve, FEVICOM, Hotelaria Sul, STEC, STIM, STML, SINTARQ e FECTRANS;

- Participou em projectos/Cooperação com outros departamentos:

- EURÍDICE- Prevenção das Dependências em Meio Laboral – Participámos em algumas sessões dinamizadas pelo SICAD e dinamizámos o projecto na autarquia do Seixal (ainda que num curto espaço de tempo), em colaboração com o Departamento de Políticas Sociais;

- CIMH/CGTP-IN - Colaborámos com a Comissão, na candidatura e execução de projectos e actividades como o “Apoio Técnico e Financeiro ONG (CIG)”, contribuindo, principalmente, na componente formativa que os integra;

SST - Realizámos, com este departamento, em várias sessões, uma “acção de formação interna”, com quadros sindicais, capacitação para que possam replicar essa formação junto das várias estruturas sindicais;

Migrações – Nesta área de trabalho, colaborámos na execução da Sub-actividade 8 “*Trabalhadores migrantes com direitos mais efectivos*” do POISE e demos apoio técnico no desenvolvimento de diversas actividades, no âmbito do departamento;

- ETUI (Instituto de formação da CES – Confederação Europeia de Sindicatos) Acompanhámos e participámos essencialmente de forma remota, em acções de formação e capacitação na área de formação sindical, técnicas e temáticas actualizadas, e também na área do ambiente, clima e desenvolvimento sustentável. Participamos na elaboração do guia “Green Competences for trade unionists: a case-based approach”, do ETUI.

3. POLÍTICA REIVINDICATIVA, CONTRATAÇÃO COLECTIVA E PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL

3.1. Acção e Luta Reivindicativa

O mandato iniciou com uma resposta dos trabalhadores e do movimento sindical unitário muito positiva à necessidade de intensificação da acção e luta reivindicativa, considerando a importância e urgência do aumento dos salários, a luta pela garantia e efectivação dos direitos e a necessidade de resposta aos problemas concretos no local de trabalho, às questões sectoriais (muito ligadas ao combate aos bloqueios na contratação colectiva) e às opções do governo do PS no que diz respeito aos trabalhadores.

Em Março de 2020 o quadro altera-se profundamente devido à pandemia e aos riscos e impactos que teve na vida dos trabalhadores e das famílias, mas também devido aos aproveitamentos do patronato das medidas desequilibradas do governo a seu favor.

Num país marcado por profundas fragilidades na sua estrutura produtiva e cada vez mais dependente do exterior, comprando fora o que cá não produz, sofremos de forma acrescida os efeitos da pandemia.

Velhos problemas são deixados a nu e agigantam-se – desemprego, precariedade, leis laborais que não protegem os trabalhadores, baixos salários, pobreza – enquanto o patronato tenta fazer tábua rasa dos direitos e avançar para atropelar direitos e paralisar toda a contratação colectiva e negociação salarial.

O ataque às condições de trabalho desenvolve-se não só no plano da segurança e saúde dos trabalhadores nos locais de trabalho e nas deslocações para os mesmos, mas também nos demais domínios. É um ataque alicerçado numa campanha ideológica que procura apresentar como natural e inevitável a perda de retribuições e direitos laborais e sociais, justificando-a, agora, com os argumentos da pandemia e das suas consequências; é um ataque que procura silenciar a voz de quem trabalha e defende os interesses dos trabalhadores e, neste quadro, cercear a intervenção da CGTP-IN e dos sindicatos.

Os trabalhadores, os seus sindicatos de classe e a CGTP-IN deram uma extraordinária resposta, apesar das muitas dificuldades que encontraram no caminho, nunca aceitando a suspensão dos direitos sindicais, nunca deixando de lutar. Respondemos à tentativa de instrumentalização da situação para intensificar a exploração e onde procuraram atacar salários, acelerar ritmos de trabalho, substituir trabalhadores com vínculos permanentes por outros com vínculos precários, fazendo uso dos mecanismos que o Governo lhes colocou à disposição.

A luta foi determinante para garantir avanços, ainda que limitados e insuficientes, como o pagamento a 100% dos trabalhadores em layoff ou a subida do SMN e das pensões de reforma, que teriam sido impossíveis se nos tivéssemos resignado e confinado às inevitabilidades e não tivéssemos lutado.

Apesar das limitações, promoveu-se luta convergente, sectorial e nacional, onde destacamos à cabeça a realização do 1º de Maio, jornada de luta gloriosa pelos seus objectivos mas também pela coragem, resistência e persistência que todo o colectivo sindical teve de ter, para contrariar as inúmeras ofensivas a que fomos sujeitos.

O 1º de Maio de 2020 e a sua realização nas condições que conhecemos, foram alavanca para todas as lutas que se seguiram e prova de que os direitos dos trabalhadores não estavam suspensos. Assume por isso, um marco histórico na nossa vida democrática.

O ano de 2021 é marcado pelo ataque aos direitos, aos salários, aos horários, à contratação colectiva e à liberdade sindical, é um ataque alicerçado numa campanha ideológica que procura apresentar como natural e inevitável a perda de retribuições e direitos laborais e sociais, justificando-a, a cada momento, com o argumento que melhor servir ao capital. O que antes aparecia como “travão” pela “necessidade de recuperação da economia”, aparece agora pela “necessidade de resposta à pandemia”. O objectivo é sempre o mesmo: aumentar a exploração - os trabalhadores a empobrecer e as multinacionais a arrecadar cada vez mais lucros.

Foi um ano marcado de forma profunda pela pandemia e seus impactos, pelos aproveitamentos do patronato para aumentar a exploração, pelas medidas desequilibradas do governo em seu favor, mas também pela luta e resistência dos trabalhadores.

No ano de 2022, os trabalhadores, os jovens, os reformados e pensionistas, sentiram o impacto do aumento do custo de vida, degradação do seu poder de compra, o ataque aos direitos, enquanto os lucros dos grupos económicos não pararam de aumentar. Esta realidade veio agravar as já difíceis condições de vida e de trabalho da larga maioria, por via do modelo de baixos de precariedade e baixos salários que procuram manter.

As eleições legislativas de 30 de Janeiro acontecem num contexto marcado pela bipolarização, falsa ideia do voto útil e desinformação, condicionando a campanha eleitoral. Os resultados das eleições, indissociáveis dos factores referidos, dão a maioria absoluta ao PS. Essa maioria elevou a resistência do PS na resolução de problemas estruturais já há muito identificados, com que os trabalhadores e as suas famílias estão confrontados, nomeadamente: os baixos salários, a precariedade, os bloqueios à contratação colectiva, o acentuar das desigualdades, as normas gravosas da legislação laboral, os horários longos e desregulados, o desinvestimento nos serviços públicos e funções sociais do Estado, entre outros.

O Governo da maioria absoluta, não respondeu aos problemas estruturais que o País enfrenta e avançou com medidas muito insuficientes para resolver as dificuldades do dia-a-dia com que os trabalhadores, reformados e pensionistas estão confrontados e, ao mesmo tempo, deixou intocados os lucros das grandes empresas e dos grupos económicos e financeiros.

Os acordos negociados, tanto para o sector privado como para a Administração Pública, foram um engano. Em vez do tão propagandeado aumento, traduzem-se em empobrecimento garantido, benefícios fiscais para as grandes empresas e grupos económicos e aumento das desigualdades.

Num quadro de dificuldades agravadas, os trabalhadores, organizados nos sindicatos de classe da CGTP-IN, responderam à necessidade de intensificação da acção reivindicativa e da luta a partir dos locais de trabalho e empresas, em torno das suas reivindicações concretas, exigindo respostas aos problemas e anseios.

A luta foi determinante para resistir aos ataques contra os direitos e fundamental para garantir avanços como o aumento de salários por via dos cadernos reivindicativos e contratação colectiva, resposta a problemas concretos dos trabalhadores nos locais de trabalho e empresas ou a subida do SMN (ainda que insuficiente).

O ano de 2023 caracteriza-se pelo acentuar da ofensiva exploradora do patronato e as opções de sucessivos governos, onde se inclui a maioria absoluta do governo PS, que contou com o apoio do PSD, CDS, CH e IL em matérias fundamentais, e que têm traçado um rumo de crescentes dificuldades a quem trabalha e trabalhou, não dando resposta às reivindicações centrais dos trabalhadores e às necessidades do País, permitindo a degradação das condições de trabalho e de vida da maioria da população.

O patronato, aproveitando as oportunidades e caminhos abertos por sucessivos governos, nomeadamente por via da legislação laboral, mantém e aprofunda o ataque a direitos fundamentais e conquistas históricas dos trabalhadores, como o direito de contratação colectiva, e diversifica linhas de exploração e insegurança no emprego e desregulação e aumento do tempo de trabalho. Aprofunda mecanismos de exploração e repressão, persegue e despede, e procura ao mesmo tempo condicionar a liberdade de organização e funcionamento das organizações sindicais de classe e obstaculizar ao exercício de direitos.

À boleia da crise do momento, aproveitando todos os pretextos - da pandemia à guerra e sanções, e agora, da inflação - o capital aumenta a acumulação de lucros potenciada pela exploração e especulação, deixando à vista de todos o ultrajante contraste entre as difíceis condições de vida da maioria da população e os imensos lucros de sectores como a grande distribuição, a banca, a energia, entre outros.

Os graves problemas do País e as justas reivindicações dos trabalhadores não encontraram respostas nas opções do Governo, que se manteve amarrado aos constrangimentos da UE e do Euro, e optou por manter intocados os interesses das grandes empresas e grupos económicos. É a falta de respostas que abre a porta a retrocessos e a projectos reaccionários e antidemocráticos promovidos pelo grande capital, que se aproveita dessas mesmas opções, visando a continuação e o agravamento do ataque aos direitos dos trabalhadores.

Ainda assim, e num quadro de complexos obstáculos que se colocam aos trabalhadores e à sua participação, onde se destacam as enormes dificuldades por via do brutal aumento do custo de vida, mas também a violenta ofensiva contra os trabalhadores e os sindicatos, foi e é possível mobilizar os trabalhadores, tanto nos processos reivindicativos como na luta convergente, como se tem demonstrado pelas muitas lutas realizadas e em curso e pela realização de importantes acções convergentes.

Foi com a luta dos trabalhadores que foi possível defender e conquistar direitos, aumentar salários, reduzir horários de trabalho e combater a sua desregulação, rejeitar bancos de horas e adaptabilidades, combater a precariedade e exigir a aplicação dos direitos da contratação colectiva. Foi com a luta que se resistiu às tentativas de limitação à liberdade sindical e ao direito à greve. Resistência, luta e resultados que é preciso valorizar e divulgar, comprovando, pelos exemplos concretos, que é possível avançar e que vale a pena lutar.

3.2. Contratação Colectiva

O governo do PS manteve a posição de não revogar da legislação laboral as normas gravosas – nomeadamente a norma da caducidade – e de não reintroduzir o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador na sua plenitude. Podia, se assim quisesse, ter aproveitado a correlação de forças na AR para o fazer. Optou e opta, com maioria absoluta ou sem ela, por manter e em alguns casos agravar, matérias relativas à precariedade, desregulação dos horários de trabalho e contratação colectiva, convergindo nestas matérias com a direita, patrões e UGT.

A chamada “Agenda para o trabalho digno e valorização dos jovens no mercado de trabalho” transformada em lei, é um exemplo claro dessas opções políticas. O Governo não teve qualquer intenção de devolver aos trabalhadores os direitos que lhes foram retirados sob a égide da tróica durante o período da governação PSD/CDS-PP.

Mais uma vez, o governo do PS optou por convergir com PSD, CDS, CH e IL naquilo que são matérias fundamentais na legislação laboral, não revogando as normas gravosas da legislação laboral no que diz respeito, nomeadamente, à precariedade, horários de trabalho, caducidade, facilitação e embaratecimento dos despedimentos e não repondo o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador e a renovação automática das convenções colectivas.

Em vez disso optou por medidas que apenas servem de paliativo e não resolvem os problemas estruturais que sustentam a ofensiva com a qual os trabalhadores têm sido confrontados e que se agravam. As recentes alterações ao Código do Trabalho, constituem uma oportunidade perdida no sentido de equilibrar as relações laborais, não restituindo direitos fundamentais e não garantindo a aquisição de novos direitos.

É inegável que a norma da caducidade é profundamente lesiva dos direitos dos trabalhadores e como se comprovou, não foi por via dos paliativos de suspensão dos prazos de sobrevivência que conduzem à caducidade por 24 meses ou pela criação de novos mecanismos no processo da caducidade que o problema do bloqueio da contratação colectiva se resolve.

Os números são reveladores disso mesmo, bem como o impacto do aproveitamento dos patrões deste quadro geral para bloquear e obstaculizar ainda mais a negociação dos salários e a renovação da contratação colectiva. No ano de 2023, o número de trabalhadores potencialmente abrangidos por Instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho (IRCT) actualizados (novos ou revistos) foi de 825 mil, menos 30,7 mil do que em 2022 (-3,6%)¹.

Destes, 669 mil foram potencialmente abrangidos por alterações salariais, estando também abaixo de 2022, com menos 6,2 mil trabalhadores (-0,9%).

Isso significa que os trabalhadores abrangidos por IRCT actualizados representam apenas 25,6% dos trabalhadores do sector privado², percentagem muito baixa e muito inferior aos 72% alcançados em 2008, o ano com maior percentagem desde 2005 (quando esta estimativa se iniciou).

As alterações salariais abrangeram ainda menos trabalhadores – apenas 20,7% - percentagem também muito baixa e muito aquém dos 59% alcançados em 2008.

¹ Inclui 93,9 mil trabalhadores abrangidos pela Portaria de Condições de Trabalho dos trabalhadores administrativos (um instrumento de regulamentação colectiva de trabalho não negocial).

² Cálculo da CGTP-IN com base nos Quadros de Pessoal de 2022 e crescimento dos TCO apurado no Inquérito ao Emprego do INE entre 2022 e os primeiros três trimestres de 2023.

Em 2023 a média das valorizações salariais reais na contratação colectiva terá sido de apenas 0,1%.

Manteve-se, em termos gerais, a postura patronal de bloqueio e chantagem nas mesas negociais, com a ameaça da caducidade e tentando impor a desregulação dos horários de trabalho, nomeadamente as adaptabilidades e os bancos de horas, bem como propostas de redução de rendimentos através da desvalorização do trabalho extraordinário e nocturno, ao mesmo tempo que pressionam para a laboração contínua e o trabalho por turnos.

A acção e a luta reivindicativa nos locais de trabalho, empresas e serviços, foi a resposta dos trabalhadores e dos seus sindicatos de classe, combatendo o aprofundamento da exploração e a degradação das suas condições de vida e de trabalho.

3.3. Participação Institucional

No exercício da participação a que a CGTP-IN tem direito, interviemos nos mais diversos fóruns na defesa dos direitos e reivindicações dos trabalhadores, designadamente, no âmbito do Conselho Económico e Social e nas suas várias comissões, participando e tomando posição nos diversos pareceres, reunimos com o Presidente da República e com os diversos grupos parlamentares com assento na Assembleia da República, nas audições que promoveram sobre questões laborais e sociais e, também, no Centro de Relações Laborais.

2020

Participámos nas reuniões plenárias da Comissão Permanente de Concertação Social, com temas variados, tais como “Acordo de médio prazo sobre salários, rendimentos e competitividade”, “Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional”, “Plano de estabilização económica e social”, “Medidas de apoio às empresas e emprego”, “Apoio à retoma progressiva”, “Retribuição Mensal Mínima Garantida”, “Plano de recuperação e resiliência”, “Agenda da presidência portuguesa da EU”, “Livro verde sobre o futuro do trabalho” e nas muitas reuniões que se fizeram no ano de 2020 para acompanhamento da situação epidemiológica e das medidas económicas e sociais.

Participámos na reunião técnico-política sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e em conferências sobre “Administração Pública e Interesse Público: dos últimos, aos próximos 20 anos”, “O SNS e a vigilância epidemiológica”, “Emprego e medidas de apoio social”, “Economia”, “Análise territorial da pandemia”.

2021

Participámos nas reuniões plenárias da Comissão Permanente de Concertação Social, com temas variados, tais como “Formação profissional”, “Quadro Financeiro Plurianual”, “Plano de Recuperação e Resiliência”, “Plano de vacinação”, “Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho”, “Plano de Acção do Pilar Europeu dos Direitos Sociais”, “Agenda para o trabalho digno”, “Acordos mobilidade Índia e CPLP”, “Retribuição Mínima Mensal Garantida para 2022”, “Acordo de Parceria PT2030” e nas muitas reuniões que se fizeram no ano de 2021 para acompanhamento da situação epidemiológica e das medidas económicas e sociais.

Participámos na reunião técnico-política sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e em conferências sobre o Futuro da Europa, no XIII Congresso Regional Europeu da Sociedade Internacional do Direito do Trabalho e da Segurança Social e no Webinar CRL/OIT “Dados sobre as relações laborais: critérios, parâmetros e finalidade”.

2022

Participámos nas reuniões plenárias da Comissão Permanente de Concertação Social com temas variados, tais como: "Acordo Parceria 2030", "Agenda do Trabalho Digno", "Acordo de médio prazo de melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade", "Acordos de mobilidade de trabalhadores", "Simplificação do regime jurídico de entrada, permanência e afastamento de estrangeiros", "Transformação digital da segurança social", "Implementação do acordo de formação profissional e qualificações", "Apresentação do Projecto Piloto Semana de 4 dias", "Fundo de Compensação do Trabalho", "Apresentação da Comissão de Sustentabilidade da Segurança Social".

Participámos em conferências sobre os temas: "De Brangança a Bruxelas: por uma Europa mais coesa e mais social", "O desafio da produtividade na economia portuguesa", "Novo aeroporto: tempo de decidir" e no estudo e debate do CRL sobre "Economia verde e a evolução do mercado de trabalho em Portugal".

2023

Participámos nas reuniões plenárias da Comissão Permanente de Concertação Social com temas variados, tais como: "Programa de Trabalhos da Comissão Europeia para 2023", "Fundo de Compensação do Trabalho", "Incentivo de Regresso ao Mercado de Trabalho", "Prioridades europeias para o Emprego e Pilar europeu dos direitos sociais", "Habitação", "Acordo de Rendimentos", "Reprogramação PRR", "Acordo de médio prazo de melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade", "Conselho EPSCO", "Fórum Social do Porto", "Incentivo Fiscal à Valorização Salarial", "Prioridades nacionais a incluir no Programa de Trabalho da Comissão Europeia para o ano de 2024", "Contributos para Orçamento de Estado de 2024 no âmbito do Acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade", "Audição sobre OE2024", "PT2030: COMPETE 2030 e PESSOAS 2030", "plano de avisos em curso"; "Apresentação do Plano de Ação do Envelhecimento Ativo e Saudável".

Participámos em conferências sobre os temas: "O futuro das relações UE-ACP: contributo da sociedade civil". "Colóquio APODIT - Agenda do Trabalho Digno - A Reforma da Legislação Laboral", "Novas Formas de Participação Democrática", "Evento PESSOAS 2030 | Ano Europeu das Competências".

Participámos na reunião técnico-política sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, no Seminário sobre o Estudo "A Economia Verde e a Evolução do Mercado de Trabalho em Portugal" e no encontro com a Comissão Consultiva Nacional das Convenções Colectivas (CCNCC - Espanha).

Na CPCS não subscrevemos o "**Acordo para a Competitividade, Salários e Rendimentos**", assinado pelo Governo, Confederações Patronais e Ugt, em 2022, que é bem esclarecedor sobre a quem serve e para que tem servido a tão propagandeada concertação. As intenções que denunciámos aquando do início da sua discussão em 2019, confirmam-se: é um acordo que visa estabelecer tectos salariais, estagnação salarial e, ao mesmo tempo, distribuir mais milhões de euros para as empresas. O proclamado acordo do seu reforço em 2023, confirmou esse conteúdo.

De acordo com a posição assumida aquando da criação do CRL, os órgãos da CGTP-IN, decidiram, em coerência, não assumir a presidência rotativa deste programa.

4. EMPREGO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO

4.1. Emprego

A evolução do emprego desde 2020 foi marcada na sua fase inicial pelas consequências da pandemia da Covid 19 e pela insuficiência e desadequação das medidas do Governo, resultando na destruição de milhares de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com vínculos precários.

Durante esse período a CGTP-IN lutou para que os postos de trabalho fossem preservados, denunciou o corte de 1/3 nas remunerações de mais de um milhão e quatrocentos mil trabalhadores abrangidos pelo *layoff* simplificado (ao mesmo tempo que eram canalizados milhares de euros em apoios às empresas) e exigiu o seu fim, o que foi concretizado no início de 2021; exigiu a protecção sanitária de todos os trabalhadores que não ficaram em teletrabalho; denunciou as condições em que o teletrabalho estava a ser prestado, exigindo o cumprimento da lei; exigiu a contratação de mais trabalhadores para a Administração Pública da área da saúde e apoio social, denunciando a precariedade e as más condições de trabalho.

A retoma da actividade económica após a pandemia permitiu uma recuperação do emprego, que aumentou 4,2% entre 2019 - ano anterior à pandemia - e os três primeiros trimestres de 2023, mas a exploração acentuou-se, continuando a imperar os baixos salários, uma cada vez maior desregulação do tempo de trabalho e a precariedade, que cresceu no período mais recente.

Os salários reais perderam poder de compra desde 2022 num país onde mais de 1/5 dos trabalhadores recebe apenas o salário mínimo nacional e 2/3 recebem no máximo 1.000 euros de salário bruto. Um em cada dez trabalhadores é pobre, o que evidencia que não basta ter um trabalho e um salário para não se ser pobre.

A precariedade e os baixos salários a ela associados contribuem significativamente para o aprofundar das desigualdades, mais de 70% do emprego criado faz-se com recurso a vínculos de trabalho precários, o que resultou no aumento da precariedade. No 3º trimestre de 2023 mais de 752 mil trabalhadores tinham vínculos precários, numa estimativa que peca por defeito, tendo o seu peso no total aumentado para 17,5% face aos 16,6% um ano antes. Atinge os 34% entre os jovens com menos de 35 anos, sendo particularmente elevado entre os menores de 25 anos (57%).

A criação de emprego deu-se em grande parte nos serviços (81% do crescimento face a 2019) e menos na agricultura, tendo diminuído na indústria transformadora, confirmando os alertas e propostas que temos feito, no sentido da urgência na aposta na produção nacional, questão central para o desenvolvimento do país, nomeadamente para o emprego e o reequilíbrio da localização da actividade produtiva no território e para a soberania e independência nacionais.

Entre os trabalhadores desempregados a situação é dramática. A protecção social no desemprego não chega a cerca de dois terços do desemprego real, sendo os jovens os principais afectados, e o valor médio das prestações pagas é de apenas 584 euros, abaixo do limiar da pobreza (591 euros). Mais de 44% dos desempregados que têm acesso a prestações de desemprego recebem no máximo 500 euros por mês. A insuficiente protecção social no desemprego, quer ao nível da cobertura das prestações, quer dos seus montantes, não só permite agravar a incidência da pobreza entre os desempregados, como não impediu o seu aumento (de 40,6% no ano antes da pandemia para 46,4% em 2022).

A CGTP-IN pautou a sua intervenção de forma activa no combate a estes problemas, apresentando reivindicações e propostas no sentido de os resolver, lutando contra o modelo de precariedade e baixos salários que nos tem sido imposto e pela exigência de um modelo de desenvolvimento onde a valorização do trabalho e dos trabalhadores seja uma

prioridade bem como o investimento na produção nacional, crescimento económico e a concretização de políticas que assegurem emprego com direitos, cumprindo o estabelecido na Constituição da República Portuguesa.

As alterações à legislação laboral efectuadas pelo Governo do PS ao abrigo da chamada Agenda do Trabalho Digno não só não resolveram o problema da precariedade generalizada, da desregulação dos horários de trabalho, do bloqueamento da contratação colectiva e do acentuar do desequilíbrio da distribuição da riqueza com prejuízo do trabalho face ao reforço da parte que vai para o capital, como permitiram o seu agravamento, conforme a CGTP-IN denunciou.

Neste período:

- Tomámos posição sobre a evolução das estatísticas de emprego, apontando causas e responsáveis e exigindo soluções e o reforço da protecção no desemprego.
- Pronunciámo-nos sobre todos os projectos relativos às políticas activas de emprego e formação profissional.
- Intervimos nas reuniões do Conselho de Administração e nos conselhos consultivos regionais e locais do IEFP onde denunciámos a falta de qualidade das colocações em que predominam os vínculos precários e os baixos salários e fizemos propostas para melhoria da resposta e funcionamento do IEFP e dos centros de emprego e formação profissional.
- Apoiámos as uniões de sindicatos na caracterização socio-económica dos territórios onde intervêm.
- Acompanhámos a execução do Portugal 2020 e dos seus diferentes programas operacionais, bem como a transição para o Portugal 2030, e o Plano de Recuperação e Resiliência.

Destaca-se a luta do conjunto do movimento sindical, pela acção desenvolvida, de forma consistente e continuada, na denúncia de injustiças, na defesa do emprego com direitos, por um Portugal com futuro.

4.2. Formação e Qualificação Profissional

No último mandato, e no que respeita à Formação Profissional, o departamento continuou a sua actividade de coordenação regular do trabalho de acompanhamento, intervenção e apresentação de propostas e reivindicações nos mais diversos domínios e contextos, seja ao nível nacional ou europeu.

Tratou-se de um período particularmente exigente em matéria de acompanhamento, porquanto terem entrado em funcionamento novas fontes de financiamento comunitário, como o PRR e PT 2030 (início), ainda coincidindo como a fase final da execução do PT 2030. Em todos estes a CGTP-IN foi chamada a participar em comissões de acompanhamento regionais e nacionais, como o caso do Pessoas 2030 ou Compete 2030. Por outro lado, ao mesmo tempo, garantimos a participação nas comissões de acompanhamento do PT 2020, como o Compete 2020, o POISE ou o POSEUR, entre os diversos comités regionais nos quais também nos fizemos representar. Em matéria de PRR, a CGTP-IN está também presente nas comissões de acompanhamento, como a Comissão Nacional de Acompanhamento, a Comissão para a transição digital ou para o desenvolvimento territorial.

Esta intervenção obrigou a uma recolha contínua de informação sobre operações aprovadas e a uma atenção redobrada no âmbito das comissões de acompanhamento dos programas e do comité consultivo da comissão europeia para o fundo social europeu.

A nível nacional, a CGTP-IN continuou a intervir na ANQEP I.P., mais concretamente no seu Conselho Geral, quer nas reuniões, quer participando em grupos de trabalho ou nos conselhos sectoriais de qualificação em que a CGTP-IN tem representante. A este respeito importa referir que a CGTP-IN realizou em 2021 um encontro nacional sobre questões ligadas à Formação e Qualificação dos Trabalhadores.

No domínio da execução das políticas formativas e de qualificação ao longo da vida, o departamento desenvolveu a actividade no Conselho de Administração do IEFP I.P, tendo fiscalizado a defesa dos interesses dos trabalhadores utentes, bem como dos trabalhadores do próprio IEFP. Também no âmbito do IEFP, foi neste mandato que passámos a incluir um representante na comissão de acompanhamento do Emprego Mais Digital do IEFP.

Continuámos a participar no domínio da certificação da actividade dos centros de formação profissional, através do Conselho de Acompanhamento que funciona no âmbito da DGERT, sendo que, nesta matéria, a CGTP-IN denunciou a importância do reforço humano desta direcção geral. Também junto da DGERT, continuámos a participar na rede REFERNET ligada ao CEDEFOP.

No âmbito da CPCS, o departamento assegurou a presença na única reunião do Grupo de Trabalho de acompanhamento ao acordo para a formação e qualificação profissional, não subscrito pela CGTP-IN, mas cuja implementação exige o nosso escrutínio e atenção.

Ao nível Europeu, interviemos no âmbito do Comité Consultivo da EU para o ensino e formação profissional e, já no âmbito da Confederação Europeia de Sindicatos, no Comité de Formação, Qualificação e Ensino Profissional, o Comité de Direitos Fundamentais e de Mercado Interno da União Europeia, entre outros. Iniciámos, também, a nossa participação no Conselho de Administração do CEDEFOP e nas actividades relacionadas com este centro.

Ao nível da própria comissão europeia, a CGTP-IN participou regulamentemente, como efectiva, no ACVT (Comité Europeu consultivo para a Formação e Ensino profissional) e como suplente no Comité consultivo do Fundo Social Europeu Mais.

Ainda durante este mandato participámos no Comité de diálogo social da União Europeia e no acompanhamento das negociações de um acordo europeu de Teletrabalho e Direito a desconectar, o qual não se concluiu. Participámos também em diversas reuniões de consulta aos parceiros sindicais por parte da União europeia, em matérias sobre tempo de trabalho e formação e qualificação profissional.

Foi também neste mandato que a CGTP-IN, a propósito das grandes mudanças que se estão a operar a nível tecnológico, realizou um encontro sobre Automação e Teletrabalho e a influência destes processos no trabalho e na vida dos trabalhadores, este encontro foi dirigido a todo o movimento sindical, visando aprofundar e reforçar posições e fundamentação nestas áreas.

A participação da CGTP-IN nestes órgãos caracterizou-se pelo seu nível interventivo e participativo, virado para a apresentação de propostas e soluções que melhorem as políticas de formação e qualificação profissional, bem como o acesso às mesmas. Exemplos desta actividade podem encontrar-se nos pareceres sobre a actividade do IEFP I.P, nomeadamente no que respeita aos relatórios e planos de actividade.

Internamente, procedemos ao acompanhamento e monitorização constante da actividade, prestando-se atenção especial às opções políticas governativas em matéria de formação profissional, com impacto sindical.

O departamento acompanhou ainda, de forma atenta, a actividade do Inovinter e da EPBJC, entidades que operam no domínio da formação profissional e que prestam um importante contributo, quer para a intervenção da CGTP-IN nesse domínio, quer para o conhecimento prático da situação real relativa à matéria da formação profissional.

4.3. Desenvolvimento sustentável, Ambiente, Consumidores e Economia Social

Este Departamento da CGTP-IN, para o mandato que agora finda, registou dificuldades de funcionamento pela dispersão por diferentes responsáveis de cada um dos temas que engloba. Para este cenário contribuiu também o surgimento da pandemia em 2020 em Portugal, que resultou assim em menores resultados na nossa dinamização. Foram encetados contactos com Federações e Sindicatos nacionais com vista a integrar camaradas em vários espaços de discussão, economia social, cooperativismo, ambiente, clima, consumidores, digitalização e economia verde, áreas indissociáveis da nossa ação na luta pela melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

Os interesses e o controlo da economia e da tecnologia nas mãos de uns poucos, facilmente desabrocham numa ideia de crescimento infinito e ilimitado. A crise climática e o colapso da biodiversidade, colocam-nos desafios muito sérios à sociedade e a todos os trabalhadores. Foi perante estes cenários que fomos refletindo ao longo destes anos e precisamos de ir mais longe na nossa luta por uma sociedade mais justa e solidária, sem exploradores e sem explorados.

Assim, do que foi desenvolvido neste período, destacamos:

- Participação no Comité Europeu do Desenvolvimento Sustentável, integrando um projecto da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) sobre a “Adaptação às alterações climáticas e o mundo do trabalho”. Neste âmbito foi elaborado um guia para os sindicatos, cuja publicação (em 2020) contou com a participação activa da CGTP-IN. Refira-se, ainda, a participação em alguns webinars sobre o clima, promovidos pelo ETUI;
- Divulgação, de forma esporádica, de algumas tomadas de posição através do sítio da CGTP-IN;
- Participação regular no Conselho Nacional Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS), através do representante da CGTP-IN, dando contributos para a reflexão e questionando sobre os desafios que se colocam à sociedade e afetam os trabalhadores nesta área. Participação do representante no Grupo de Trabalho da Biodiversidade da rede EEAC (European Environment and Sustainable Development Advisory Councils Network), rede europeia dos concelhos de ambiente e desenvolvimento sustentável.
- Emissão de parecer e participação na discussão sobre a “Proposta de Recomendação do Conselho sobre garantir uma transição justa para a neutralidade climática”;
- Participação nos trabalhos com vista à elaboração do parecer dos “Projectos de Lei sobre a Lei de Bases do Clima”, assim como intervindo na audição pública para discussão do Projeto, confrontando a nossa análise e propostas do parecer elaborado pelo Gabinete de Estudos com os Projetos de Lei;
- Realização de um seminário, de âmbito nacional, intitulado “Digitalização e Economia Verde – Consequências para quem trabalha”, encerrado pela Secretária-Geral da CGTP-IN. Esta iniciativa contou, ainda, com a participação do presidente do

CNADS sobre as questões económicas e climáticas e a apresentação de casos concretos de experiências no âmbito dos sectores mais atingidos por estas problemáticas;

- Manutenção de contactos com organizações da área da defesa do ambiente e pela justiça climática, participando em iniciativas de âmbito nacional e internacional, destacando a 12ª edição da Academia de economia social e solidária, promovida pela OIT (em linha, de 15 a 26 de novembro, 21), muito voltada para o desenvolvimento sustentável, os ODS e a economia verde;

- Participação nas reuniões do Conselho Nacional de Consumo (CNC). Contribuímos com a elaboração de pareceres sobre vários temas de interesse para os trabalhadores consumidores, que estiveram em debate, afirmamos as nossas posições, nomeadamente no respeitante à escalada inflacionista;

- Realização de um debate no âmbito da Economia social, com o título “Salários, Emprego, Precariedade - Pobreza de Quem Trabalha”, com o foco no tema do empobrecimento dos trabalhadores, assunto que resultava de discussão e reflexão no Conselho Nacional e na sua Comissão Executiva;

- Participação na Conferência dos Oceanos da ONU com o objectivo de contribuir para a implementação do objectivo de desenvolvimento sustentável (Nº-14) “Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos para a desenvolvimento sustentável”.

- ETUI (Instituto de formação da CES – Confederação Europeia de Sindicatos) – acompanhámos e participámos, essencialmente de forma remota, em acções de formação e capacitação na área de formação sindical, técnicas e temáticas actualizadas e também na área do ambiente, clima e desenvolvimento sustentável. Participamos, ainda, na elaboração do guia “Green Competences for trade unionists: a case-based approach”.

5. POLÍTICAS SOCIAIS, DEFESA E REFORÇO DAS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO

5.1. Protecção Social

Em 11 de Março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a infecção por SARS-CoV-2 - COVID-19 — “síndrome respiratória aguda grave — coronavírus 2” uma Pandemia, e, a Direcção Geral de Saúde activou o dispositivo de Saúde Pública do País. A entrada progressiva na situação epidemiológica, foi provocando todo um conjunto de abruptas alterações na vivência em sociedade, na vida dos trabalhadores e no funcionamento de empresas e outras entidades.

Relativamente à protecção social, as medidas mais significativas dirigiram-se exclusivamente as empresas; as supostas medidas de apoio à manutenção de postos de trabalho comportaram lacunas que permitiram a despedimento indiscriminado sobretudo dos trabalhadores com vínculos precários; as medidas para as famílias centraram-se demasiado na facilitação do crédito, a que correspondeu ao endividamento, logo, a dificuldades financeiras acrescidas no futuro.

A resposta Governamental a estas e outras situações, pautou-se por insuficiente. As medidas COVID-19 tiveram um impacto directo na diminuição de contribuições para a segurança social (584 M€). A execução orçamental indicou que,

pela primeira vez desde 2012, houve uma redução no valor das contribuições (-144 M€ ou -0,8%). Sem estas medidas, as contribuições teriam crescido 2,4%, embora num valor inferior ao de 2019 (8,6%). Estes valores são demonstrativos de como errado, é usar a segurança social como instrumento de política económica.

É certo que existia a obrigação legal, por transferências do Orçamento de Estado para compensação destes encargos, o que terá acontecido pois a execução orçamental indica uma transferência nas receitas de 2492 M€ o que excede a despesa (1897,4 M€), devendo a diferença ser explicada pela compensação da diminuição das contribuições sociais. No entanto, a compensação através de impostos pode criar na opinião pública a percepção errada de financiamento por impostos do Sistema Previdencial da segurança social, além de que as transferências se concretizaram com atrasos, o que provocou saldos orçamentais negativos nalguns meses.

Reconhecendo que algumas empresas necessitavam de ser apoiadas. Contudo, não o deviam ser à custa da segurança social. Fomos e somos contra a isenção de contribuições para a segurança social no caso de lay-off. O que exige rigor e transparência, no sentido de quantificar o impacto das medidas, e, garantir que todos os apoios extraordinários atribuídos no quadro do combate à epidemia eram financiados por transferências do Orçamento do Estado, e não a desvio de verbas do sistema previdencial para esse efeito.

A CGTP-IN pugnou pela eliminação de todas as isenções totais ou parciais de pagamento das contribuições para a segurança social da responsabilidade das entidades empregadoras, bem como o diferimento de pagamento das mesmas.

A CGTP-IN não deixa de valorizar alguns avanços obtidos, mesmo sendo insuficientes, para os quais foi fundamental a luta dos trabalhadores e a acção da CGTP-IN, nomeadamente: o pagamento do subsídio de doença a 100% da remuneração de referência, durante 28 dias, em caso de doença COVID 19; o pagamento da remuneração a 100% aos trabalhadores abrangidos pelos regimes de lay-off e da retoma progressiva (embora esta medida peque por tardia e por não considerar o total da remuneração efectivamente recebida pelo trabalhador); o aumento do salário mínimo nacional; o aumento das reformas; a redução dos prazos de garantia para acesso ao subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego durante o ano de 2020; a criação de apoios sociais específicos para trabalhadores independentes, empresários em nome individual, gerentes de micro e pequenas empresas e membros de órgãos estatutários com funções equivalentes e para trabalhadores com actividade informal em situação de desprotecção económica.

Para a CGTP-IN, os números da pobreza entre os trabalhadores e os desempregados fazem prova da insuficiência e fragilidade e ineficácia das políticas laborais e salariais e remetem para a justeza das reivindicações que exigem a valorização do trabalho e dos trabalhadores, a alteração das normas gravosas da legislação laboral e o aumento geral dos salários a par da melhoria dos níveis de protecção social, em particular dos desempregados.

Neste quadro, o sistema público de segurança social continuou a desempenhar um papel fundamental na garantia da segurança económica dos cidadãos, contribuindo decisivamente para atenuar muitas das nefastas consequências da pandemia. Porém, para que o sistema de segurança social possa dar as respostas necessárias, na hora e na medida certas, a todos os que carecem de protecção, é necessário em primeiro lugar que a sua sustentabilidade financeira seja garantida.

A epidemia evidenciou o papel insubstituível do Estado, neste caso na resposta à situação de emergência em todos os planos, em particular: na resposta e combate à epidemia através do Serviço Nacional de Saúde (SNS); no apoio social

através da Segurança Social pública; na adaptação do Ensino, através da Escola Pública; na provisão de serviços públicos; nos apoios às pequenas e médias empresas, entre outros.

O Despacho nº 9126/2022, de 26 de julho, veio criar a Comissão para a Sustentabilidade da Segurança Social. O objectivo desta Comissão técnica é a elaboração de um livro verde para a sustentabilidade do sistema previdencial no que respeita à vertente das pensões. O relatório final da Comissão deveria ser apresentado até junho de 2023, precedido da apresentação de um relatório preliminar no final do primeiro trimestre de 2023, entretanto, o prazo foi prorrogado para Janeiro de 2024.

Para a CGTP-IN, o reforço do financiamento da segurança social passa pela criação de emprego com direitos e pela melhoria dos salários e também por uma diversificação das fontes de financiamento que, preservando o modo de financiamento baseado nos salários, permita o alargamento a outros elementos do valor acrescentado líquido das empresas, sempre mantendo as características básicas do sistema previdencial na relação entre salários, contribuições e prestações.

A CGTP-IN reafirma a defesa do sistema de segurança social público, universal e solidário e dos regimes públicos de pensões geridos em regime de repartição, porque só estes garantem o direito de todos a uma pensão condigna na base da solidariedade entre gerações; rejeita qualquer redução das contribuições sociais (TSU) e o financiamento do sistema por impostos; o plafonamento e a privatização, total ou parcial, da segurança social; e qualquer corte ou redução de direitos, exigindo igualdade de tratamento para todas as gerações de trabalhadores, designadamente o direito a uma pensão digna após uma vida de trabalho.

5.2. Reparação das doenças profissionais e acidentes de trabalho

O mandato que agora termina, ficou fortemente marcado pela pandemia de COVID-19 e entre muitas perturbações que esta causou, a realização do trabalho fora dos locais habituais, em regime de teletrabalho, também afectou o funcionamento do Departamento de Prevenção contra Riscos Profissionais – (DPRP). No entanto a CGTP-IN continua a exigir que este seja reforçado com mais meios humanos, para diminuir o tempo para a certificação de Doença Profissional.

Um tema que foi controverso no seio do Conselho de Apoio para Assuntos de Protecção contra os Riscos Profissionais - CAAPRP, foi o assédio e as consequências do mesmo serem (ou não) consideradas como doença profissional. Os argumentos apresentados por um médico do DPRP e dos representantes patronais são impensáveis e absurdos, e a CGTP-IN sempre tomou posição contra as tentativas de não considerar o assédio como factor de risco e os efeitos do assédio como DP. Apenas a CGTP-IN votou favoravelmente para que o assédio seja considerado factor de risco. Ficando à consideração da Comissão Nacional das Doenças Profissionais, se os efeitos do mesmo podem ser considerados como DP.

Foi apresentada uma proposta de Mapa DPs por CAE, mas que na opinião da CGTP-IN é muito redutor! Nesse sentido a CGTP-IN sugeriu por mais de uma vez, que no mapa, para além da Secção (letra), também deve-se constar a Divisão (01-99), para uma melhor percepção de que sector de actividade provêm mais DPs.

Após grande insistência da CGTP-IN para a reactivação da Comissão Nacional de Revisão da Lista das Doenças Profissionais e para a revisão da mesma, a mesma foi concretizada.

5.3. Política de Saúde

O SNS, apoiado no esforço e dedicação inabaláveis dos seus profissionais, não fechou portas, no quadro geral deu provas de grande resiliência, mostrando uma capacidade de resposta acima das expectativas, tendo em conta os sucessivos anos de desinvestimento e subfinanciamento sofridos. Ficou demonstrada, a enorme importância que tem para as populações a existência de um serviço público de saúde, de acesso universal e gratuito.

Já os grupos económicos detentores da saúde privada viraram costas, visando lucrar à custa da pandemia.

Apesar das muitas insuficiências e fraquezas reveladas e das dificuldades sentidas pelos serviços públicos de saúde um pouco por todo o mundo, a progressão da pandemia mostrou que, nos países onde não existe um serviço público de saúde e a generalidade das pessoas não tem acesso a serviços de saúde de qualidade, o impacto da doença foi muito mais grave e profundo.

A CGTP-IN rejeitou o Projecto de Decreto-Lei que procedeu à aprovação do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, entendendo que não se mostra adequado à promoção e protecção do Serviço Nacional de Saúde, público, universal e tendencialmente gratuito que a nossa Constituição consagra, designadamente e entre outros motivos:

- a) Porque coloca expressamente em causa o princípio da gestão pública dos estabelecimentos e serviços do SNS consagrado na Lei de Bases da Saúde, ao retirar carácter supletivo aos sectores privado e social prestador de cuidados e serviços de saúde, colocando-os em pé de igualdade com os serviços públicos e abrindo caminho a novas privatizações neste domínio.
- b) Porque prossegue o caminho da municipalização dos serviços de saúde, o que em nosso entender não permite salvaguardar a centralidade do SNS e põe em causa a sua unidade e coesão
- c) Porque não aborda a questão das carreiras profissionais nem incentiva a fixação de profissionais no SNS, promove a precariedade e a desigualdade entre profissionais de saúde, não contribui para a melhoria das suas condições de trabalho e cria regimes de trabalho ao arrepio do direito de negociação colectiva, ignorando por completo que a valorização de todos os profissionais da saúde é um aspecto decisivo para a garantia da qualidade dos cuidados prestados aos utentes.
- d) Porque não valoriza devidamente a área da Saúde Pública, não prevendo quaisquer alterações que vão no sentido de solucionar ou evitar as situações dramáticas ocorridas durante a crise pandémica que ainda estamos a viver

É um facto que as funções sociais do Estado e principalmente o Serviço Nacional de Saúde foram sacrificados em nome de uma política económica cuja directriz essencial assenta na redução do défice público e obtenção de elevados saldos primários. O resultado desta política tornou-se evidente — e inaceitavelmente elevado.

Sucessivos governos, comprometidos com os interesses dos grupos económicos da saúde, têm vindo a optar por uma política de desvalorização do SNS, nomeadamente dos seus profissionais, levando a que milhares destes tenham optado por procurar continuar a sua vida profissional nos grupos privados ou no estrangeiro, esvaziando as unidades de saúde e assim dificultando de forma significativa a prestação de cuidados, neste contexto a CGTP-IN promove a Jornada Nacional de defesa e reforço do SNS, Público Universal e Gratuito.

Degradar o SNS esvaziando-o dos instrumentos necessários e transferir para os privados uma parte substancial da prestação de cuidados, tem sido uma prática constante das opções políticas para área da saúde, cujas consequências se reflectem em cerca de 1,6 milhões de utentes sem médico de família, nos muitos milhares que aguardam uma cirurgia, um exame ou que esperam uma consulta da especialidade, dos quais, quase metade com um tempo de espera que ultrapassa todas as recomendações.

O SNS deve permanecer como um serviço integralmente público, exclusivamente constituído por entidades e serviços prestadores de cuidados de saúde públicos, não se confundindo com entidades e empresas privadas ou de carácter social, que lhe são externas. Tal como está estabelecido na nova Lei de Bases da Saúde aprovada em 2019, o recurso ao sector privado e social tem “carácter supletivo e temporário”, em casos de necessidade fundamentada, e não pode ser a regra.

É absolutamente vital a contratação de mais trabalhadores para a Serviço Nacional de Saúde, o seu papel é essencial e o seu empenho tem que ser valorizado e reconhecido. Desde logo, através da melhoria das suas condições de trabalho, através da valorização de salários e carreiras, mas também mediante a integração efectiva de todos os trabalhadores do SNS contratados a termo ou como prestadores de serviços. Reivindicações que estiveram presentes nas inúmeras e diversificadas acções de luta desenvolvidas.

A campanha contra o SNS, procura afirmar a “complementaridade” como solução de resolver as insuficiências, contratando ainda mais os privados, abrindo caminho à sua integração e uma feroz concorrência para fazer da doença um negócio altamente lucrativo.

A CGTP-IN reafirma a confiança num Serviço Nacional de Saúde cada vez mais forte, de acesso universal e gratuito, capaz de dar uma resposta de qualidade as necessidades em saúde de todos sem excepção, promovendo a igualdade e a justiça social.

5.4. Projecto EURÍDICE - Prevenção e Intervenção nas Dependências em Meio Laboral

Cerca de metade do último mandato ficou marcado pela pandemia, pelo que, as actividades inerentes ao projecto foram quase inexistentes, dada a sua suspensão temporária pelas autarquias.

Ainda assim, no final de 2021 e no primeiro semestre de 2022, voltámos a iniciar as actividades no âmbito deste projecto, na Câmara Municipal do Seixal. As mesmas passaram essencialmente pela realização de reuniões do grupo de trabalho, planificação de acções de formação e edição de um folheto, a ser distribuído nessas acções.

Doravante, essas acções não chegaram a realizar-se, por constrangimentos da autarquia, mantendo-se o grupo inactivo desde finais do primeiro semestre de 2022. No que diz respeito à Autarquia de Loures, fomos contactados no sentido de se reactivar o projecto a partir de 2024. Nesta área, participámos ainda em diversas sessões dinamizadas pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD) e na 15ª reunião do **Grupo Técnico Consultivo da Lei do Tabaco**.

5.5. Política de Educação

Os quatro anos que medeiam entre os XIV e XV congressos ficam marcados por acontecimentos relevantes. Foram os anos da Covid-19, com o encerramento temporário das escolas, deixando a nu as suas fragilidades perante situações excepcionais; é a falta de professores, problema que tem vindo a agravar-se pela conjugação de diversos factores, destacando-se a crescente aposentação de docentes, a fuga dos professores mais jovens e a opção dos jovens por outros cursos no ensino superior.

Os problemas das escolas não foram resolvidos e alguns até tenderão a agravar-se, por força do processo imposto de municipalização e da transferência de significativas parcelas de financiamento para fundos europeus. Consequências desse agravamento são visíveis nas dificuldades das escolas para garantir uma efectiva educação inclusiva ou na falta dos recursos para obter os resultados que os planos de recuperação de aprendizagens previam.

Um dos problemas que tem vindo a agravar-se, com grande visibilidade na sociedade, é o da falta de professores, que acresce à de outros trabalhadores, incluindo técnicos especializados. Na origem desta crescente falta de professores profissionalizados está a desvalorização da profissão e o agravamento das condições de trabalho. A precariedade não foi eliminada, os abusos sobre os horários de trabalho aumentaram, os salários e a carreira tornaram-se ainda menos atractivos e o indispensável rejuvenescimento da profissão docente manteve-se adiada.

Nestes quatro anos, foi forte a luta dos trabalhadores das escolas, docentes e não docentes. Foram lutas fortíssimas, realizando-se em 11 de fevereiro de 2023 a maior manifestação de professores de que há memória, bem como, com organização por distritos ou de índole nacional, as maiores greves de sempre. A razão dos professores sobrepôs-se a todas as tentativas de quebrar a sua unidade e combatividade, fosse o papel do divisionismo de matriz radical, fossem os serviços mínimos impostos que, mais tarde foram declarados ilegais pelos tribunais.

Também ao nível do Ensino Superior e da Ciência, o governo não deu resposta aos problemas principais das instituições, arrastando, mais uma vez, a indispensável revisão do RJIES, e não resolvendo problemas dos docentes e investigadores, em particular a precariedade e a desvalorização das carreiras.

A resolução dos problemas que afetam a Educação, o Ensino Superior e a Ciência passam pela valorização destes setores, tanto a nível político, como de financiamento. Os almejados 6% do PIB para a Educação mantêm-se muito distantes e essa foi a causa principal do arrastamento e agravamento de problemas.

5.6. Política Fiscal

A CGTP-IN reitera como prioritário assegurar mais recursos financeiros oriundos de uma efectiva taxação dos rendimentos de capital e da riqueza, por via da tributação dos dividendos distribuídos, da taxação das transacções financeiras e da tributação da riqueza transferida para paraísos fiscais. A introdução destas medidas da mais elementar justiça fiscal não se opõe, antes complementa, outras medidas dirigidas a progressividade fiscal, incluindo o englobamento obrigatório do rendimento das famílias (IRS), e a um efectivo combate as várias formas de fuga e fraude fiscal, uma das grandes fontes de desigualdade que se mantêm.

O financiamento de uma estratégia de desenvolvimento económico e social do país exige o reforço dos recursos financeiros do Estado, incluindo uma política fiscal justa. Constitui um erro pensar que bastarão os fundos europeus com origem no Quadro Financeiro Plurianual 2021- 2027, o qual é objecto de cortes, e no Plano de Recuperação Económica Europeu. A ideia de que “nunca houve tanto dinheiro” é mistificatória porque o país acumulou um impressionante défice de investimento público e existem debilidades e dependências que não foram ultrapassadas.

Uma das vertentes da ofensiva do capital incide sobre as questões fiscais. Partindo de uma percepção generalizada, sentida pelos trabalhadores e o povo, de que há demasiados impostos, procura-se uma redução ainda maior da receita fiscal, amputando o Estado dos meios financeiros que necessita para cumprir as obrigações que a Constituição lhe atribui.

Importa ainda desmontar a ideia feita que é a de que há impostos a mais, a de que a receita fiscal, junto das contribuições para a segurança social (a chamada “carga fiscal”) é muito elevada no nosso país, isto num quadro em que as respostas que se exigem ao Estado são tão ou mais elevadas que às do conjunto da EU.

A questão não está, assim, num excesso do total da receita fiscal e contributiva em Portugal. Mas está na forma como esta é obtida.

Como a CGTP-IN há muito denuncia, temos uma estrutura fiscal injusta, que tem uma exagerada receita oriunda dos impostos indirectos e um peso reduzido dos impostos directos.

O IRC, que já chegou a gerar receitas de perto de 2/3 do IRS, não chega agora 1/3. O grande capital usa benefícios fiscais, isenções, borlas e outros esquemas para fugir ao pagamento de impostos no nosso país. Deslocaliza a sede de empresas e transfere lucros para paraísos fiscais.

A proposta da CGTP-IN para uma política fiscal mais justa garante mais receita, com o alívio dos impostos que recaem sobre os rendimentos de quem trabalha e trabalhou. Trata-se, também nesta área, de uma opção de classe, pondo o grande capital a pagar aquilo que deve e que hoje, através dos diversos mecanismos que tem à sua disposição, não paga ou paga muito pouco. Há injustiça fiscal, há impostos a mais sobre o trabalho e impostos a menos sobre o capital.

6. A SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO, IGUALDADE, CULTURA E TEMPOS LIVRES

6.1. Segurança e Saúde no Local de Trabalho

O Departamento de Segurança e Saúde no Local de Trabalho, durante todo o mandato que agora finda, procurou, apesar dos vários condicionamentos (neste âmbito, importa sublinhar o período pandémico que vivemos, mas também a parca resposta da generalidade da Estrutura às nossas iniciativas/solicitações), desenvolver um conjunto de contactos, iniciativas e acções de sensibilização, dando resposta, ao nível nacional e internacional, aos pedidos de informação e participação em várias organizações. Assim, da actividade desenvolvida, destacamos:

- a emissão de pareceres e comunicados relativos ao combate à COVID-19 em contexto laboral e, simultaneamente, no contexto interno, a elaboração de um plano de contingência em função das orientações da Direcção Geral de Saúde de combate a infecção por SARS-CoV-2, divulgado por todas as estruturas sindicais;

- a participação e emissão de pareceres, nomeadamente, sobre a actualização técnica da Directiva 2000/54/CE, relativa a exposição a agentes biológicos no trabalho e sobre a proposta de “Estratégia Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho 2021-2027”;
- o apoio dado aos Sindicatos sobre o processo de eleição de Representantes dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho (RTSST);
- o levantamento/diagnóstico, junto da Estrutura, de queixas, apresentadas pelos Sindicatos, que continuam a aguardar resposta por parte da ACT e subsequente exigência junto desta para uma maior celeridade reactiva, assim como na sua acção inspectiva e na promoção da SST;
- o assinalar, todos os anos, do dia 28 de Abril, Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho e, simultaneamente, Dia Nacional da Prevenção e Segurança no Trabalho;
- a participação activa, quer nas discussões do Conselho Consultivo para a Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho, da ACT, quer no Comité Europeu para a Segurança e Saúde no Trabalho, assim como ao nível da Confederação Europeia dos Sindicatos (CES), através de grupos de trabalho ou comités sobre as temáticas da SST. Ainda no âmbito da representatividade institucional, registamos a participação numa formação organizada pelo CEJ e OIT, mais concretamente, no Painel/módulo “Segurança e Saúde no Trabalho: o papel do Diálogo Social”;
- a realização, em conjunto com o Departamento de Formação Sindical, de uma “acção de formação interna”, com vista à capacitação de um maior número de quadros sindicais que possa proceder à sua replicação junto das várias estruturas que procuram capacitar os seus/suas dirigentes e delegados/as para as funções de RTSST;
- a execução da Actividade 2 (Itinerário Sindical para o Trabalho do Futuro: Prevenir + Viver Melhor), no âmbito do PO ISE, que se materializou em várias frentes. Desta forma, foram realizadas 7 acções de sensibilização, subordinadas aos temas “Processo Eleitoral” e “Organização Sindical, monitorização e acompanhamento da actividade sindical da SST nos locais de trabalho”, que contaram com um total de 181 participantes; 3 oficinas temáticas virtuais, onde foram debatidos temas como o amianto, a sinistralidade laboral e os riscos psicossociais, com um total de 91 participantes; a publicação de 4 Guias para a acção sindical, abrangendo temas como o processo eleitoral para RTSST, riscos psicossociais, participação consciente para a SST e o papel do RTSST; ainda no campo das publicações, foram concebidas 5 fichas temáticas e publicadas, no nosso sítio, 10 newsletters; por último, destacamos a realização de um diagnóstico com base nas respostas a um questionário aplicado junto do MSU, entre os meses de Julho e Novembro de 2022, assim como o seminário de encerramento da actividade, que lançou importantes linhas de trabalho para o futuro.

6.2. Igualdade entre Mulheres e Homens

O Departamento de Igualdade entre Mulheres e Homens, em estreita ligação com a Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens - CIMH/CGTP-IN, desenvolveu uma diversificada acção sindical no âmbito da igualdade de direitos e de oportunidades entre mulheres e homens no trabalho, na vida e na sociedade.

As mulheres trabalhadoras participaram massivamente nas pequenas e grandes lutas travadas neste quadriénio, nos locais de trabalho e na rua, no sector privado e no sector público, em defesa dos direitos e garantias contratuais e legais, na luta contra a precariedade, o desemprego e o custo de vida, o bloqueio da contratação colectiva, a destruição das funções sociais do Estado, a desigual distribuição da riqueza, a discriminação, a exploração e a pobreza que persistem e que urge erradicar, no sentido da dignificação das condições laborais e sociais de todos os trabalhadores.

A acção colectiva foi direccionada para a exigência de uma política global de igualdade no trabalho, pela efectivação dos direitos legais e contratuais, pela igualdade remuneratória, pela redução do horário semanal de trabalho para as 35 horas, pela conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e pessoal, pelo combate às discriminações no trabalho, no emprego e na formação, pelo combate ao assédio no trabalho, pela eliminação das doenças profissionais, em particular, das lesões músculo-esqueléticas que afectam maioritariamente as mulheres, pelo exercício dos direitos de maternidade e de paternidade, pelo combate às discriminações a que as mulheres continuam a estar sujeitas, apesar dos avanços legislativos.

As principais linhas de trabalho e as lutas desenvolvidas desenvolveram-se em torno:

- Da efectivação do princípio da igualdade e da não discriminação remuneratória, através da intervenção nos locais de trabalho (cadernos reivindicativos), na contratação colectiva, junto das instituições, em especial da CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego) e da ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho);
- Da defesa do emprego com direitos, do aumento geral dos salários e de horários de trabalho dignos que possibilitem a conciliação entre o trabalho e a vida familiar e pessoal;
- Da exigência do respeito e efectividade dos direitos de maternidade e de paternidade, bem como a criação e reforço de infra-estruturas sociais de apoio, públicas e de qualidade, para crianças e idosos;
- Do combate e eliminação da precariedade laboral, do desemprego e de todas as formas de violência contra as mulheres (assédio, violência doméstica, prostituição, tráfico de seres humanos, etc.);
- Da defesa das funções sociais do Estado (Saúde, Educação, Segurança Social, Transportes) e do acesso à habitação e à justiça, que são indissociáveis da efectiva igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens no trabalho e na vida.

6.3. Igualdade e Combate às Discriminações

Ao longo do mandato, nas questões da igualdade e combate às discriminações, assumimos que ficámos aquém da actividade que podíamos ter desenvolvido, não só pela situação de pandemia, mas também pela impossibilidade de realizar um estudo sobre as questões das discriminações na sociedade e nos locais de trabalho, em função da deficiência, orientação sexual, toxicod dependência, HIV e convicções religiosas.

Quanto à actividade desenvolvida, destacamos:

- O acompanhamento do trabalho desenvolvido por organizações sociais cuja actividade incide sobre áreas comuns ao Departamento de Igualdade e Combate às Discriminações;
- Na tomada de várias posições, nomeadamente sobre o Dia Mundial de Luta Contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia, Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial e sobre o Racismo e a Xenofobia nas forças de Segurança.
- A emissão de pareceres, nomeadamente sobre a estratégia nacional para a inclusão das pessoas com deficiência 2021-2025;
- Participámos, no âmbito do IEF, na Entidade Empregadora Inclusiva;
- Procedemos à apreciação do Relatório *Pessoas com Deficiência em Portugal – Indicadores de Direitos Humanos 2022*

6.4. Cultura e Tempos Livres e Centro de Arquivo e Documentação

No último mandato foi possível impulsionar o trabalho de descrição, preservação e divulgação do património documental e museológico da CGTP-IN.

Os pilares em que assenta o trabalho desenvolvido pelo departamento de Cultura e Tempos Livres e Centro de Arquivo e Documentação (CAD) foram reforçados.

As principais ferramentas para a descrição, a divulgação, a pesquisa e o acesso a todos os tipos de documentação custodiada pela CGTP-IN estão criadas e foram recentemente actualizadas. Neste âmbito e no plano mais geral do seu trabalho, o CAD foi convidado a apresentar a sua experiência em vários fóruns, conferências e congressos.

Avançou-se com a preservação dos fundos documentais, em especial, com o reacondicionamento de parte da documentação, o reforço do controlo ambiental e a digitalização dos negativos fotográficos.

A dimensão do acervo documental tem vindo a ser ampliada. Registou-se, nos últimos quatro anos, um aumento exponencial de doações de espólios documentais e artísticos.

A divulgação deste espólio consolida-se e renova-se através das mais diversas iniciativas, nomeadamente edições, exposições, organização de visitas guiadas, concursos, efemérides sobre a história do movimento sindical, entre outras.

O tratamento deste património e a sua divulgação incrementou o número de consultas documentais, em especial por parte de estudantes universitários, e levou a que a colaboração do CAD tivesse sido solicitada no âmbito de trabalhos académicos, da identificação de acervos sonoros a nível nacional, e de estudos sobre os profissionais da informação.

6.4.1. Centro de Arquivo e Documentação (CAD)

ACERVO MUSEOLÓGICO DA CGTP-IN

Identificação, recolha, inventariação, registo fotográfico e preservação do acervo museológico da CGTP-IN.

Implementação do *software* livre Collective Access, para a gestão do acervo museológico (2020 e 2022).

Organização de uma visita orientada ao acervo museológico da CGTP-IN para pessoas com deficiência visual, em colaboração com a APD, por ocasião das Jornadas Europeias do Património. CGTP-IN, Lisboa, 28 de Setembro de 2021.

ACERVOS DOCUMENTAIS DOADOS À CGTP-IN:

- 1** De Manuel Guerreiro, em Novembro de 2023, documentação de arquivo relativa ao CESP;
- 2** De Fernando Morais, em Setembro e Outubro de 2023, documentação de arquivo referente à Comissão de Trabalhadores da Autosil;
- 3** De Ramiro Nelson Cardoso da Silva, em Maio de 2023, um espólio referente à Sociedade Comercial Guérin, SA;
- 4** do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira (STIV), em Maio de 2022, um acervo sobre a Saint-Gobain Sekurit Portugal, ex-COVINA;
- 5** de Jorge Leite, em Fevereiro e Agosto de 2022, documentos bibliográficos e espólio museológico;

- 6 da FIEQUIMETAL, em Dezembro de 2021, duas placas de aparite de 1974;
- 7 do Sindicato dos Professores da Zona Sul (SPZS), em Outubro de 2021, documentos de arquivo e publicações periódicas;
- 8 do artista André Bernardino, em Agosto de 2021, a obra intitulada *A Falta Dela*, de 2020;
- 9 do artista António Carmo, em Agosto de 2021, a serigrafia intitulada *Carrossel*, de 2006;
- 10 do artista José António da Silva, em Julho de 2021, a escultura cerâmica intitulada *Unidade*;
- 11 do artista José Santa-Bárbara, em Julho de 2021, a pintura intitulada *A Troika*, de 2009;
- 12 do artista plástico Luís Rodrigues, em Julho de 2021, uma aguarela e relevo sobre papel, e, em Janeiro de 2022, 81 obras de pintura e desenho;
- 13 do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Algarve, entre Março e Junho de 2021, um fundo composto por documentação de arquivo e de biblioteca e um acervo museológico.
- 14 de Adelino Gomes, entre Dezembro de 2020 e Setembro de 2021, um acervo composto por documentos textuais, livros e fitas magnéticas sonoras pertencentes a José Gomes, antigo dirigente do sindicato dos bancários de Lisboa, e Maria Alice Almeida.

ARQUIVO DE HISTÓRIA ORAL

- Recolha e transcrição de depoimento do artista plástico Luís Rodrigues, em 2022.
- Recolha de depoimento do artista plástico António Carmo, em Março de 2023.

ARQUIVO FOTOGRÁFICO DA CGTP-IN

Descrição, conservação e digitalização de 3442 negativos da colecção de fotografia Armindo Cardoso (2021).

ARQUIVO INTERMÉDIO DA CGTP-IN

Transferência para depósito de documentação oriunda dos departamentos: Acção Reivindicativa e Contratação Colectiva; Gestão Administrativa e Financeira (GAF), em Fevereiro e Março de 2022 e em Abril de 2023; Informação e Propaganda Sindical, em Setembro de 2022.

Transferência para o CAD do acervo digital do departamento de Informação e Propaganda Sindical;

ATENDIMENTO de utilizadores, internos e externos, com pesquisa orientada e apoio a consultas efectuadas à documentação bibliográfica e de arquivo.

CONFERÊNCIAS

Organização da Conferência Internacional da CGTP-IN “Movimento Sindical: Arquivos, Memória, Património”. CGTP-IN, Lisboa, 12 de Novembro de 2021.

DOCUMENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Transferência da informação do ficheiro kardex (papel) para as bases de dados electrónicas.

Catálogo do fundo bibliográfico Jorge Leite (113 títulos).

Catálogo das colecções de autocolantes, postais e calendários da CGTP-IN (331 títulos).

Catálogo do fundo bibliográfico Américo Nunes (323 títulos).

Catálogo do fundo bibliográfico do Sindicato dos Operários Corticeiros do Distrito de Portalegre (112 títulos).

DIVULGAÇÃO

Criação da rubrica “CGTP Memória”: efemérides da história do movimento operário e sindical.

Criação da rubrica “CGTP, Artes e Cultura”: evoca a actividade cultural da CGTP-IN ao longo da sua história e a relação do trabalho e do movimento sindical com as artes e com os artistas.

Criação da *newsletter* “Vamos ler...”, em Julho de 2023: informação sobre as últimas publicações registadas no CAD.

INTERVENÇÕES EM CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS, ENCONTROS E INICIATIVAS AFINS

No 4.º Congresso da enLeio, Universidade de Évora, 14-15 de Setembro de 2023, com a comunicação “Património Documental e Museológico da CGTP-IN: Memória, Responsabilidade, Partilha”.

Na Festa do *Software* Livre, Universidade de Aveiro, 15 de Setembro de 2023, com a comunicação “Centro de Arquivo e Documentação (CAD) da CGTP-IN: Plataformas de *Software* Livre: AtoM, Collective Access, Koha, WordPress”.

INSTALAÇÕES

Espaço Memória: acompanhamento técnico do processo de reabilitação; elaboração de caderno de encargos para aquisição de materiais (estantes).

PLATAFORMAS TECNOLÓGICAS DO CAD

Actualização da aplicação AtoM; migração de dados; revisão e correcção de registos (2020-2023).

Actualização da aplicação Koha; migração de dados Bibliobase-Koha; revisão e correcção de registos (2020-2023).

Actualização do *site* do CAD (2020-2021).

Apresentação pública das plataformas de acesso electrónico ao património documental e museológico da CGTP-IN (AtoM, Collective Access, Koha, WordPress). CGTP-IN, Lisboa, 3 de Novembro de 2022.

PROJECTOS

Sessão de encerramento do projecto no âmbito do qual se produziu a Exposição Comemorativa do 50.º Aniversário da CGTP-IN (POISE). CGTP-IN, Lisboa, 18 de Maio de 2022.

Sessão de encerramento da Actividade 4: “Património Documental e Museológico da CGTP-IN e do Movimento Sindical Unitário: Contributo para a sua Preservação, Organização e Valorização” (POISE). CGTP-IN, Lisboa, 8 de Julho de 2022.

Acção de encerramento do projecto no âmbito do qual se adquiriu um conjunto de materiais e equipamentos para o Espaço Memória, Seixal (POISE). CGTP-IN, Lisboa, 15 de Julho de 2023.

TRATAMENTO DE ACERVOS DOCUMENTAIS

Inventariação, descrição, reacondicionamento e preservação dos seguintes fundos documentais:

- Sindicato Nacional dos Profissionais das Indústrias da Construção Civil, Pedreiras, Serração de Madeiras e Carpintaria Mecânica do Distrito de Évora, Secção de Portalegre;
- Sindicato dos Operários Corticeiros do Distrito de Portalegre;
- Sindicato dos Operários Metalúrgicos e Metalomecânicos do Distrito de Portalegre;
- Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Portalegre;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias dos Hidratos de Carbono do Sul e Ilhas;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Centro, Sul, Ilhas e Adjacentes e Moagens do Centro e Sul;

- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Distrito de Faro, secções de Olhão, Portimão e Vila Real de Santo António;
- Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos;
- União dos Sindicatos do Norte Alentejano;
- União dos Sindicatos do Distrito de Santarém;
- coleções sonora e audiovisual da CGTP-IN (aguardam descrição).

Arquivo histórico da CGTP-IN: início do inventário.

COLABORAÇÃO COM ENTIDADES EXTERNAS

Com o Arquivo Nacional do Som, em Fevereiro e Julho de 2020: levantamento e diagnóstico do património documental sonoro nacional.

CONCURSOS

Preparação, em 2023, do Concurso Nacional de Fotografia da CGTP-IN que decorrerá em 2024, por ocasião do cinquentenário do 25 de Abril de 1974.

EDIÇÕES CGTP-IN

Publicação de *Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical: 1990-2003* (volume III). Apresentação a 29 de Outubro de 2020, na Casa do Alentejo, Lisboa.

Publicação de *CGTP-IN: 50 Anos de Luta com os Trabalhadores (1970-2020)*, de José Ernesto Cartaxo. Apresentação a 7 de Outubro de 2021, na Aula Magna, em Lisboa.

Publicação, em Setembro de 2020, de um jornal *Alavanca* especial: catálogo da Exposição Comemorativa do 50.º Aniversário da CGTP-IN.

Publicação do boletim *CGTP Cultura* n.º 1, série III, em Agosto de 2022, e n.º 2, série III, em Maio de 2023.

Pesquisa e apoio, em 2023, à edição de *Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical: 2004-2015* (volume IV).

EXPOSIÇÕES

Organização da Exposição Comemorativa do 50.º Aniversário da CGTP-IN, que esteve patente ao público: em Lisboa, Setembro-Outubro de 2020; no Porto, Abril-Maio de 2021; em Setúbal, Junho de 2021. Num formato mais reduzido, esteve patente em várias capitais de distrito do país até Outubro de 2021.

Organização de quatro visitas guiadas à exposição, em Lisboa, em Outubro de 2020: aos trabalhadores e dirigentes da CGTP-IN; à Direcção Nacional e à Direcção Regional de Lisboa do SEP; ao Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria, Turismo, Restauração e Similares do Sul.

Organização de uma exposição documental, em Junho de 2021, na sede da CGTP-IN, em Lisboa, por ocasião do Dia Internacional dos Arquivos 2021.

Apoio à organização da Exposição de Artes Plásticas comemorativa do 50.º Aniversário da CGTP-IN, em Lisboa, entre 3 e 25 de Julho de 2021.

Pesquisa documental, em 2023, para a Exposição Comemorativa do 50.º Aniversário do 25 de Abril de 1974.

RESPOSTA A QUESTIONÁRIOS

Resposta a um questionário, no âmbito da Conservação e Restauro, que contribuiu para a elaboração do artigo “Revelando as Imagens Fotográficas de Roland Oliveira: Desenvolvimento de um Tratamento de Desenrolamento e Planificação para Negativos 35 mm em Gelatina e Prata”, publicado por Joana Silva, Sandra Garrucho e Filipa Carvalho na revista da Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal, Conservar Património, n.º 39, Janeiro de 2022.

Resposta ao questionário “Estudo sobre os Profissionais da Informação e Documentação em Portugal | 2021-2023”, formulado pela BAD, em Outubro de 2023.

FUNDAÇÃO INATEL

Intervenção nos órgãos da Fundação em que a CGTP-IN tem assento, o Conselho Geral e o Conselho Consultivo, pautando a nossa intervenção pela preocupação de dinamizar e preservar um património que consideramos propriedade dos trabalhadores.

7. INFORMAÇÃO, PROPAGANDA SINDICAL; COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

A comunicação sindical continua a ser um instrumento indispensável da organização, da unidade e da luta pela dignificação dos trabalhadores, quer seja dirigida para dirigentes, delegados e activistas sindicais, quer seja dirigida a trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados e à população em geral.

Durante este mandato, numa fase de crescimento exponencial da epidemia (COVID-19) e após decretado o Estado de emergência que contemplou o confinamento obrigatório e restrições à circulação na via pública de trabalhadores e população em geral, a comunicação sindical foi um forte elo de ligação entre as organizações sindicais, os dirigentes, os delegados e os activistas sindicais, bem como um veículo eficaz para chegar aos trabalhadores. Foi um período desafiante para esta frente de acção, tendo em linha de conta as opções políticas do governo do PS, a pandemia, o medo que se foi instalando na sociedade, bem como o aproveitamento do patronato, para explorar e piorar as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e das suas famílias.

A nossa comunicação sindical procurou estar na linha da frente no apoio às dúvidas e incertezas dos trabalhadores, na resposta e esclarecimento de todos aqueles que precisavam de ajuda. Procurámos responder às inúmeras solicitações de trabalhadores de vários sectores, sindicalizados e não sindicalizados, alguns que contactavam a CGTP-IN pela primeira vez. A Área da Informação, Propaganda Sindical e Comunicação Social efectuou um esforço acrescido para difundir com maior regularidade a actividade sindical; combater os bloqueios e distorções da mensagem; criar fontes de comunicação para a denúncia e o esclarecimento; conseguindo aproximar ainda mais a CGTP-IN e o movimento sindical unitário dos trabalhadores e da sociedade.

Foi muito importante a informação sobre a legislação laboral e as medidas extraordinárias tomadas a pretexto da COVID-19, como também o desenvolvimento dos conceitos “alerta denúncia” para trabalhadores cujos direitos estavam a ser atropelados, e “os trabalhadores não estão sozinhos” – a partir do qual se colocou na nossa página institucional e nas redes sociais – depoimentos de dirigentes de diversos sectores e regiões que abordavam os problemas dos trabalhadores e dos sectores.

7.1. Informação e Propaganda Sindical

O trabalho desenvolvido no âmbito da IPS foi reforçado com as melhorias na circulação de informação entre as estruturas sindicais e a Central. Registou-se, uma vez mais, o aumento do número de conteúdos recebidos na conta informacao@cgtpt.pt o que evidenciou a preocupação das estruturas em produzirem mais e melhores conteúdos com o intuito de obterem uma disseminação mais vasta do trabalho efectuado no terreno e, também, o reconhecimento e a valorização do esforço dos trabalhadores, dos dirigentes e delegados sindicais na acção de luta em causa.

Realizou-se, em Lisboa e no Porto, um encontro com dirigentes e trabalhadores sindicais que acompanham a área da informação e propaganda sindical.

Amplificou-se a utilização das novas tecnologias de informação, desenvolveu-se o novo site institucional da CGTP-IN, aspectos gráficos e arrumação da informação. Prosseguiu-se com a aposta nas potencialidades do espaço Acção e Luta (espaço que reflecte e divulga a vida e as lutas dos trabalhadores), atribuindo-lhe maior destaque no site.

Intensificou-se o desenvolvimento de informação e conteúdos audiovisuais que permitiram a introdução de novas técnicas e linguagens gráficas, conseguindo-se um formato de vídeo mais próximo da realidade comunicacional dos tempos correntes.

Passou-se a utilizar ainda mais as redes sociais para divulgar a informação e propaganda e dar combate às posições patronais e governamentais.

A IPS produziu a informação e propaganda própria da CGTP-IN, e fê-la chegar à estrutura e apoiou as organizações específicas (InterJovem; Inter-Reformados e CIMH) na produção e divulgação da sua própria informação.

Promoveu, também, em suporte físico e digital, acções de rua diversas, encontros temáticos, plenários nacionais, debates, comemorações, petições e tribunas públicas,

Foram concebidos, executados, reproduzidos e distribuídos: tarjetas, cartazes, folhetos, trípticos, brochuras, decorações do estúdio móvel, pancartas para as manifestações nacionais, cadernos, livros e autocolantes. Com particular destaque a produção de materiais para a campanha sobre as 35 horas para todos os trabalhadores; Pela defesa e Reforço do Serviço Nacional de Saúde e as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril.

Monitorizou-se a produção/composição gráfica de diversos manuais, guias e outros materiais de propaganda desenvolvidos no âmbito dos projectos do POISE.

O sítio institucional manteve a tendência verificada nos últimos anos para o aumento de visitas – tendo registado uma média de 50 mil visitantes por mês. Porém, uma particularidade, ter alcançado durante os primeiros meses de pandemia um número de visitas muito próximo do milhão.

O espaço “Acção e Luta” foi alimentado com mais de 4.500 novos artigos durante este mandato, continuando a verificar-se o aumento do número de consultas. O espaço “Acção e Luta” consolidou a sua notoriedade junto dos órgãos de comunicação social continuando, também, a ser um espaço privilegiado de consulta de jornalistas e agências noticiosas.

Efectuou-se a renovação do site institucional, apostando num novo grafismo e arrumação da informação mais próximo das tendência comunicacionais.

Seguiu-se com a gestão, no site da cgtp.pt, dos três espaços/sites temáticos “Sítio dos Direitos”, Segurança e Saúde no Trabalho” e “Igualdade” (desenvolvido no âmbito do (POPH) cuja inserção de conteúdos foi positivamente assegurada por nós. Estes espaços mantêm-se continuamente entre os mais consultados do site da CGTP-IN.

Desenvolvemos o espaço “É bom estar sindicalizado” em <http://cgtp.pt/sindicalizar-me> - um sítio onde apresentamos as “10 razões para estares sindicalizado”. Com uma ficha de pré-sindicalização que continua a figurar no topo das pesquisas dos motores de buscas para quem pesquisa sobre esta temática.

Mantivemos a aposta na utilização da rede social Facebook – onde partilhámos os nossos conteúdos e alcançámos os 29.422 seguidores. Continuámos a transmitir via *livestreaming* as grandes iniciativas de rua e os debates e conferências temáticas.

Mantivemos a partilha de conteúdos na nossa conta no Twitter que tem 4.165 seguidores e, iniciamos a conta no Instagram contando com 3.027 seguidores e mantivemos o carregamento de fotos para o Flickr.

No nosso canal Youtube foram publicados 461 vídeos (conferências de imprensa; reacções e posições da CGTP-IN; lutas sectoriais, recortes de clipping, tempos de antena, propaganda e outros).

Produziu-se no âmbito do projecto POISE a actividade - Mais e Melhor Informação Sindical, um conjunto de vídeos para a valorização da actividade sindical nos distritos.

Produziram-se, através de meios exclusivamente próprios, 22 Tempos de Antena de Televisão e de Rádio (a audiência média de cada Tempo de Antena situa-se entre os 600 mil telespectadores).

7.2. Comunicação social

O relacionamento com os órgãos de comunicação social e a construção de uma imagem favorável para a opinião pública constitui um elemento essencial e indispensável na organização e acção sindical.

Tem um papel decisivo no combate à ideologia em curso, que procura adormecer consciências e condicionar o pensamento livre, bem como travar o protesto e a luta consequente e organizada dos trabalhadores e de outras camadas da população.

O Departamento de Comunicação Social em interacção com os demais departamentos procedeu à redacção e emissão de comunicados e notas, respectivamente 168 e 435, exprimindo as posições de diferentes matérias e áreas de trabalho. Informou e apresentou propostas acerca das grandes questões sindicais aos responsáveis dos órgãos de comunicação social, em tempo adequado e oportuno, através de conferências de imprensa e de outros encontros específicos com os órgãos de comunicação social.

Promoveu reuniões com directores de vários órgãos de comunicação social realçando as propostas da central que visavam o desenvolvimento económico e social dos trabalhadores e do país.

Forneceu aos jornalistas estudos e pareceres da CGTP-IN sobre questões de relevância social e económica.

Promoveu reuniões com estruturas sindicais representantes de trabalhadores do sector do audiovisual e das telecomunicações com o objectivo de tomar conhecido sobre a realidade do trabalho e dos trabalhadores dos órgãos de comunicação social, bem como a identificação de respostas para os problemas apresentados.

Prosseguiu com as reuniões do grupo de trabalho composto por dirigentes e técnicos das estruturas sindicais que acompanham a área da comunicação social - para reflectir sobre as insuficiências da comunicação sindical e o tratamento dado pelos media à acção e lutas sindicais, e, identificar soluções para as corrigir.

Assegurou a representação da CGTP-IN no Conselho de Opinião da RTP, SA. e nos demais fóruns, em defesa de um serviço público de rádio e televisão assegurado por uma empresa pública que garanta informação rigorosa, isenta, plural e objectiva; um serviço público que contribua para o aprofundamento e consolidação da democracia nas suas múltiplas vertentes.

Apoiou e interveio em lutas desenvolvidas pelos trabalhadores dos Órgãos de Comunicação Social.

Gravou, editou e alojou na plataforma digital youtube, as conferências de imprensa da CGTP-IN permitindo, aos órgãos de comunicação social, trabalhadores e população em geral, o acesso à informação em bruto.

Seleccionou para partilha, via correio electrónico, pela estrutura sindical e membros do Conselho Nacional, a actualidade noticiosa de TV, Rádio e Imprensa através do serviço de clipping.

7.3. Relações Públicas

Uma das imagens da Central passa pelo processo de atendimento público, independentemente da forma em que o mesmo se realiza. Telefone, correio, correio electrónico ou presencial.

Durante o mandato foi garantido o atendimento qualificado das pessoas e organizações na sua relação com a Central, num quadro de coordenação com os restantes departamentos e sindicatos, com o objectivo que o atendimento satisfaça quem nos procura e de modo a preservar a boa imagem da CGTP-IN; iniciou-se, ainda, a recepção a entidades representantes de organizações externas, com o intuito de as encaminhar para o evento agendado.

8. RELAÇÕES INTERNACIONAIS, ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E MIGRAÇÕES

A actividade de relações internacionais, solidariedade, paz e migrações desenvolvida no último quadriénio deu concretização das orientações e prioridades traçadas pelo 14º Congresso da CGTP-IN. Foi realizada uma actividade multifacetada, assegurando a intervenção e a participação da Central em inúmeros espaços sindicais e institucionais.

Regista-se um alargamento e aprofundamento das relações bilaterais e multilaterais, nomeadamente através do conhecimento mútuo e da solidariedade dos trabalhadores portugueses com as acções e lutas de milhões de trabalhadores de todo o mundo em defesa dos seus direitos, da paz, justiça social, democracia e soberania.

Durante o último mandato evidenciaram-se traços da crise sistémica do capitalismo e o aprofundamento da ofensiva contra os trabalhadores com o aumento da exploração, das injustiças e desigualdades, da destruição ambiental, do militarismo e da guerra. Acentuou-se o processo de concentração e centralização de riqueza e a aposta em projectos reacionários e xenófobos, no retrocesso democrático com o ataque às liberdades e aos direitos nomeadamente ao direito à greve. Apesar das limitações deste período, a CGTP-IN procurou responder aos apelos e convites que se integravam nos objectivos e interesses definidos em Congresso.

Nestes quatro anos, a actividade de solidariedade e luta pela paz alargou-se e intensificou-se tanto em número de iniciativas como também na sua abrangência. Reforçaram-se as acções em defesa da paz, face às agressões contra os trabalhadores e os povos, e à sua soberania e independência nacionais, bem como às ameaças resultantes da crescente militarização das relações internacionais.

8.1. Relações Internacionais

A nível mundial

A CGTP-IN pautou o seu relacionamento no sentido do reforço da unidade na acção com as várias expressões do movimento sindical internacional, com e sem filiação internacional. Associou-se, assim, aos Dias Internacionais de Luta promovidos pela FSM (3 de Outubro) e às Jornadas Mundiais da CSI (7 de Outubro) tendo participado em várias iniciativas regionais, sectoriais ou temáticas, promovidas por ambas as centrais mundiais.

A Central participou em 2022 Congresso da Confederação Sindical Internacional, em Melbourne (Austrália), e da Federação Sindical Mundial, em Roma (Itália), intervindo neste último. Participou ainda no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, Brasil, em 2023, assim como em diversas iniciativas, entre elas as relacionados sobre o acordo UE-Mercosul e outros espaços de cooperação multilaterais como o Congresso do Bicentenário dos Povos do Mundo, na Venezuela.

A CGTP-IN procurou dinamizar iniciativas multilaterais no âmbito do espaço dos países de língua oficial Portuguesa, promovendo reuniões bilaterais e multilaterais. Promoveu uma posição de solidariedade com o povo e os trabalhadores da Guiné-Bissau e contra a repressão e a violação da liberdade sindical, particularmente no caso da UNTG-CS.

A CGTP-IN contribuiu para reactivar a CSPLP, tendo participado no seu Congresso, que se realizou em Agosto de 2023, na Cidade da Praia, em Cabo Verde. A CGTP-IN assumiu a secretaria-executiva.

Realizou em 2020 em conjunto com diversas organizações de todo o mundo o assinalar das comemorações do Dia internacional dos trabalhadores.

A nível Europeu

Num contexto em que se acentuaram as imposições da UE e o seu papel na ofensiva contra os direitos dos trabalhadores - com destaque para a União Económica e Monetária, o Euro, o Tratado Orçamental, a Governação Europeia, o Semestre

Europeu, a União Bancária – e onde se aprofundaram ingerências a matérias da responsabilidade dos Estados, como o Pilar Europeu dos Direitos sociais e a directiva para os salários mínimos adequados na EU, a CGTP-IN procurou, no âmbito da CES e do movimento sindical europeu, dar um contributo específico, com base nos seus princípios e orientações, para o desenvolvimento de uma linha de acção firme e coerente contra as políticas de exploração e empobrecimento e por uma “Europa dos Trabalhadores e dos Povos”.

Foi nesse sentido que a central participou e interveio nos órgãos estatutários da CES – Congresso, Comité de Direcção e Comité Executivo – tal como nos vários Comités e Grupos de Trabalho permanentes e temáticos. Participou ainda em reuniões informais do chamado “Grupo Latino” dos membros da CES. Participou em diversas acções de formação e outras iniciativas do Instituto Sindical Europeu (ETUI).

A CGTP-IN participou ainda nos grupos de trabalho de preparação da Presidência Portuguesa da UE, assim como de diversas reuniões durante o período que o Estado Português assumiu a referida presidência, intervindo de forma independente e afirmando as orientações da CGTP-IN e a defesa dos interesses de classe dos trabalhadores.

Participou na conferência sobre o “Futuro da Europa” e na Cimeira Social Europeia realizada no Porto onde afirmámos as reivindicações dos trabalhadores Portugueses e que se fizeram ouvir na manifestação com o lema “Por uma Europa dos trabalhadores e dos povos – Afirmando a soberania. Lutar pelos direitos. - Mais emprego, produção nacional, salários, serviços públicos” que se realizou pela ocasião.

Acolheu em Portugal o debate sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, organizada pela CES em Maio, e a Cimeira de Meio-Mandato da CES, que decorreu em Lisboa em Outubro de 2021. Participámos no 15º Congresso da CES, realizado em Berlim, em Maio de 2023 e nas reuniões do seu Comité Preparatório. Antes do Congresso, a Central contribuiu com uma análise própria dos 2 principais documentos do Congresso: o “Plano de Acção” e o “Manifesto de Berlim”, expressando posicionamentos de fundo e de princípio, críticos e alternativos, sobre os desafios do movimento sindical europeu, face ao rumo neoliberal e federalista da UE.

Participámos ainda em inúmeras reuniões temáticas, nomeadamente, sobre: economia, crescimento e emprego; negociação colectiva e salários; desenvolvimento sustentável; energia e mudança climática; empregos verdes; higiene, segurança e saúde no trabalho; protecção social; política de reestruturações e deslocalizações; formação ao longo da vida; formação sindical; legislação e política social; normalização; migrações, inclusão e luta anti-racista; participação dos trabalhadores; comércio e globalização; coesão económica e social; fundos estruturais; diálogo social a nível europeu; assédio e violência no trabalho; directivas europeias; serviços públicos; trabalho digno; litigação; NETLEX – rede de juristas; destacamento de trabalhadores; directiva dos salários mínimos adequados na UE; Trabalhadores em plataformas, igualdade de género; imprensa e comunicação; responsabilidade social das empresas; pobreza e desigualdade; digitalização; deficiência. Manteve a sua participação em estruturas específicas, designadamente, na CES/Jovem, no Comité de Mulheres, na FERPA (reformados) e no EUROCADRES (organização de quadros) e, ainda, no Grupo de Trabalho Euromediterrânico.

Participou em manifestações em França e em Bruxelas afirmando as propostas e reivindicações específicas dos trabalhadores Portugueses.

Manteve-se a actividade nos Comités Sindicais Inter-Regionais, de âmbito transfronteiriço, garantida essencialmente pelas Uniãos, e nos Conselhos Europeus de Empresa, através de Federações ou Sindicatos Nacionais.

Reforçaram-se ou retomaram-se relações bilaterais de cooperação com centrais sindicais filiadas na CES, a partir da presença da CGTP-IN nos respectivos Congressos ou outras iniciativas e em contactos multilaterais por ocasião de reuniões estatutárias ou temáticas da CES, assim como com centrais não filiadas como a PEO de Chipre, CIG da Galiza, LAB do País Basco, FTUB da Bielorrússia e USB de Itália.

Participámos reuniões e iniciativas com organizações sindicais filiadas na CES de: França, Suécia, Espanha, País Basco e Galiza, destacando-se a reunião de solidariedade com a CGIL de Itália em 2021 aquando da invasão por forças fascistas da sua sede em Roma.

8.2. Espaço Euromediterrânico

O Norte de África e o Médio Oriente têm sido palco de preocupantes conflitos, mas também de alterações políticas que colocaram novos desafios neste espaço sindical. A CGTP-IN deu, assim, atenção acrescida à cooperação e solidariedade com os trabalhadores e povos desta região, tendo participado em várias reuniões sindicais Euro – Mediterrânicas, promovidas pelo Grupo de Trabalho da CES e pela Rede Sindical de Migrações Mediterrânicas e Subsaarianas. Participámos em várias iniciativas da UpM (União para o Mediterrâneo).

Neste quadro, mantivemos contactos, participações em Congressos, efectuando visitas ou recebendo delegações de: Confederação Internacional de Sindicatos Árabes (CISA), Movimento sindical da Palestina, Síria, Egito, Argélia, Saara Ocidental, Líbano.

8.3. América Latina

A CGTP-IN esteve presente em diversos Congressos e actividades das Centrais Sindicais do Brasil, designadamente da CUT, da CTB e da UGT.

Participou em iniciativas de solidariedade com os trabalhadores do Chile, a convite da CUT do Chile, assim como de conferências, debate e iniciativas organizadas pela CUT do Brasil, CTB do Brasil, o PIT-CNT do Uruguai. Realizou diversas reuniões e contactos bilaterais, nomeadamente com a CTC de Cuba, CUT da Colômbia entre outras.

Participámos e desenvolvemos diversas actividades de solidariedade com os trabalhadores e o povo Brasileiro, nomeadamente no âmbito da acção “Fora Bolsonaro”. Assim como posicionamentos de solidariedade com os trabalhadores do Chile, Peru, Argentina, Colômbia, Uruguai e Venezuela.

Participámos também em Congressos Sindicais da CTA Autónoma da Argentina, do PIT/CNT do Uruguai, da CUT do Chile e da CUT do Brasil.

Participámos, anualmente, nas comemorações do 1º de Maio da CTC de Cuba.

8.4. África

A CGTP-IN manteve contactos com várias organizações sindicais de África e participou no Congresso da Organização de Unidade Sindical Africana (OUSA), assim como em diversas conferências e teleconferências. Reuniu com as organizações

dos países de Língua Oficial Portuguesa como a UNTA-Angola, Consilmo-Moçambique, OTM-Moçambique, UNTC-CS – Cabo Verde, UNTG-CS – Guiné-Bissau, assim como a UGT da Argélia e a ETUF do Egipto.

Tomou ainda posicionamento de solidariedade com o povo de Moçambique e da África do Sul.

8.5. Outros continentes

A CGTP-IN procurou estreitar relações com as centrais de outros continentes desenvolvendo contactos com as centrais sindicais Indianas, Chinesas e Vietname.

8.6. Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A CGTP-IN participou nas 3 sessões anuais da Conferência Internacional do Trabalho, de 2021 a 2024, assegurando (ora com delegado efectivo, ora com suplente) a representação dos trabalhadores portugueses. Em 2020, e num contexto de Pandemia, participou nas sessões especiais da OIT.

Para além das participações nas sessões plenárias e comissões específicas das Conferências anuais, a CGTP-IN interveio activamente na discussão das grandes temáticas dos últimos anos que, face à crise do sistema, se centraram no Pacto Mundial para o Emprego, aprovado na OIT

A CGTP-IN participou em eleições do Conselho de Administração. Os delegados e Conselheiros da CGTP-IN participaram em actividades promovidas, durante a Conferência da OIT, por diversas organizações sindicais.

A Central participou em várias iniciativas temáticas e sectoriais que tiveram lugar no Centro de Formação da OIT, em Turim e, em Portugal, em iniciativas do Escritório de Lisboa da OIT.

A CGTP-IN elaborou, com regularidade, pareceres e respostas a inquéritos e solicitações da OIT e do Governo Português, em preparação das Conferências e para reuniões técnicas ou temáticas.

8.7. Solidariedade Internacional e Paz

Durante este período assistiu-se ao aprofundamento da agressividade do imperialismo norte-americano e dos seus aliados, nomeadamente da NATO e da UE, ganhando preponderância a militarização das relações internacionais, com a instigação da guerra, o cerco militar, tensões, ingerências, sanções e bloqueios, visando sobretudo a China e a Rússia.

A CGTP-IN desenvolveu uma actividade de paz e solidariedade própria e conjuntamente com outras organizações portuguesas, particularmente com o CPPC, o MPPM, a Associação de Amizade Portugal-Cuba, o MDM, a Juventude Operária Católica / Pastoral Operária), a Liga Operária Católica - Movimento dos Trabalhadores Cristãos, o Movimento dos Municípios pela Paz e a União dos Resistentes Antifascistas Portugueses. Dinamizou a petição pela adesão de Portugal ao tratado de proibição das armas nucleares. Assim como manifestações contra a NATO aquando da realização das suas cimeiras e perante o aumento da sua agressividade.

Neste âmbito, destaca-se a co-organização de duas edições do Encontro pela Paz, em Setúbal e Vila Nova de Gaia, respectivamente em 2021 e 2023.

Desenvolveu acções de solidariedade com a Palestina. Participou enquanto co-organizadora na iniciativa “Não à anexação. Fim dos Crimes de Israel!”. Realizou diversas manifestações e concentrações por todo o país, nomeadamente durante a recente barbárie imposta por Israel à população de Gaza.

Dinamizou no quadro nacional uma posição comum pela libertação das patentes e a produção massiva de vacinas contra a Covid-19 com o lema: A vida à frente do Lucro.

Desenvolveu a solidariedade com o Sahara Ocidental, pelo fim da ocupação marroquina e em defesa do seu direito de auto-determinação.. Participou numa sessão pública do Parlamento Europeu sobre o Sahara Ocidental ainda em 2 Conferências Europeias de Solidariedade com o Povo Saharai (EUCOCO), e visitou, por mais de uma vez, os Acampamentos de Refugiados Saharais na Argélia, nomeadamente aquando do Congresso da UGTsario.

Em torno da acção reaccionária e golpista do imperialismo na América Latina e das tentativas de travar os avanços progressistas nestes países, a CGTP-IN publicou tomadas de posição, desenvolveu acções em defesa da democracia no Brasil, nomeadamente a concentração junto à Assembleia da República, aquando da vinda do Presidente Lula da Silva. Foram também realizadas acções e tomadas de posição em solidariedade com os povos e os trabalhadores do Equador, do Chile, da Colômbia, da Argentina e da Venezuela Bolivariana e contra a ingerência e agressão do imperialismo Norte-Americano.

Como expressão de solidariedade com o povo e os trabalhadores cubanos, a CGTP-IN contribuiu para a dinamização de diversas acções, entre elas a recolha de seringas para entregar ao povo Cubano – impedido de as adquirir por conta do bloqueio - para vacinar a sua população contra a COVID-19; e apoiou uma campanha para recolha de fundos para Cuba – ambas as iniciativas desenvolvidas pela Associação de Amizade Portugal-Cuba.

8.8. Assuntos Comunitários

A Central mantém dois representantes no Comité Económico e Social Europeu (CESE), que participam nas reuniões do Grupo de Trabalhadores e no Plenário, participando também em Grupos de Estudo e Secções Temáticas.

A Central participou em diversas reuniões regulares de Agências Especializadas da UE: Agência de Bilbao (Saúde e Segurança no Trabalho), Fundação de Dublin (Emprego e Condições de Trabalho) e CEDEFOP (Formação Profissional), bem como em Comités Consultivos e Paritários da UE: Comité do Diálogo Social, Fundo Social Europeu, Formação Profissional, Segurança e Saúde no Trabalho, Mercado de Trabalho, Livre Circulação de Trabalhadores, Segurança Social e Educação e Formação. A CGTP-IN participou ainda em várias reuniões da UE: do Comité Político do Diálogo Social e do Comité do Mercado de Trabalho do Diálogo Social

8.9. Migrações

O mandato iniciou-se num contexto de grandes desafios, decorrentes da pandemia. Um contexto onde se acentuaram os problemas que temos vindo a denunciar ao longo dos anos, relacionados com políticas anti sociais da UE e de outros Estados-Membros, nomeadamente no que respeita às políticas de asilo e imigração, que muitas vezes violam direitos fundamentais. Este tipo de políticas, não só têm vindo a reforçar atitudes repressivas, responsáveis por um grande número

de refugiados e imigrantes mortos no Mediterrâneo, como também têm criado grandes obstáculos à livre circulação e à igualdade de direitos dos trabalhadores da e na UE.

Durante estes 4 anos, a CGTP-IN interveio, com diversas propostas e tomadas de posição sobre estas matérias, com o objectivo de combater o tipo de políticas acima referidas, quer em Portugal, quer ao nível europeu. A título de exemplo, tomou posição sobre o caso dos trabalhadores na agricultura de Odemira, os alojamentos partilhados e o caso flagrante da Mouraria, as sucessivas mortes no Mediterrâneo, a nova vaga de Imigrantes Timorenses e a falta de condições no acolhimento em Portugal; entre muitas outras.

A nível **europeu** participou-se nas reuniões dos comités de Migrações da CES e no Comité Consultivo Europeu para a Livre Circulação de Trabalhadores.

Dando cumprimento aos planos anuais de actividades, o trabalho do Departamento de Migrações desenvolveu-se em duas vertentes: Na imigração e na emigração e também no combate ao racismo e xenofobia.

Na imigração foi criado um grupo de trabalho, composto por dirigentes e delegados, dos sectores de actividade que integram mais imigrantes em Portugal. Este grupo foi seleccionado através de um questionário enviado ao MSU, e tem como objectivo o apoio no planeamento/desenvolvimento das actividades do departamento; assegurou a sua participação nos organismos institucionais da imigração, nomeadamente no *Conselho para as Migrações (CM)*; participou no Fórum Social Europeu das Migrações, em 2021; dinamizou a sub-actividade 8 do POISE - Trabalhadores Migrantes com direitos mais efectivos. No âmbito deste projecto, procedeu-se a duas actualizações de 2 Guias – Guia Jurídico da Imigração em Portugal e Manual para o Trabalho Sindical com os Trabalhadores Imigrantes; participou em seminário sobre sindicatos, negociação colectiva e a luta pelos direitos dos imigrantes; realizou uma sessão de esclarecimento sobre “*Direitos sociais, laborais e sindicais dos imigrantes em Portugal*”, na Casa do Brasil.

Na emigração participou no Conselho Regional das Comunidades Portuguesas para a Europa, assim como na cerimónia comemorativa dos 40 anos do Conselho Permanente das Comunidades Portuguesas; organizou uma acção de sensibilização sobre Discriminação Racial (para o GT Migrações), com o apoio da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial – CICDR; participou nas comemorações do 30.º aniversário do Acordo de Cooperação entre a CGTP-IN e a OGB-L, em 2022, e co-organizou, também com a OGB-L, o 5.º ENCONTRO DE SINDICALISTAS, CONSELHEIROS DAS COMUNIDADES E DIRIGENTES ASSOCIATIVOS DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EUROPA, realizado no Luxemburgo, em Novembro de 2023.

Assegurou a sua participação no organismo institucional da e na *Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR)*; tomou posições para assinalar o *Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial*; tomou posição sobre manifestações racistas ocorridas bem como as ameaças públicas fascistas proferidas contra Deputadas à Assembleia da República e outros activistas de diferentes organizações anti-racistas e antifascistas; pronunciámo-nos sobre alegadas manifestações de racismo e xenofobia e de incitação ao ódio e à violência no seio das forças de segurança nacionais.

9. ORGÃOS ESTATUÁRIOS E O CUMPRIMENTO DO MANDATO

9.1. Plenário de Sindicatos

O Plenário de Sindicatos reuniu regularmente, quer em sessões ordinárias para aprovação dos orçamentos e planos gerais de actividade, quer em sessões extraordinárias, perfazendo um total de 8 sessões.

Nas reuniões realizadas, registou-se, em média, a presença de 52 associações sindicais, contando-se, entre estas, os sindicatos não filiados que, nos termos estatutários, apenas não participam nas deliberações sobre as contas e relatórios, bem como os orçamentos e planos gerais de actividade e, ainda, as federações, uniões e as organizações específicas (Interjovem, Inter-Reformados e Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens).

As reuniões do Plenário de Sindicatos tiveram, em média, a presença de 217 delegados.

O Plenário de Sindicatos aprovou o seu Regulamento de Funcionamento, na sessão de 10.07.2020 e elegeu o Conselho Fiscalizador, na sessão de 28.01.2021.

No âmbito do cumprimento das suas obrigações estatutárias, o Plenário de Sindicatos analisou com regularidade a situação político-sindical e aprovou um importante conjunto de resoluções e moções com vista a definir, em cada momento, quer as grandes orientações político-sindicais, quer os objectivos reivindicativos da CGTP-IN. O Plenário de Sindicatos teve ainda um papel importante na definição e concretização da acção da Central ao longo do mandato.

O Plenário de Sindicatos continuou a desempenhar um importante papel para o conhecimento da realidade sócio-laboral do país, constituiu-se como um espaço privilegiado de debate sindical e um elemento aglutinador da análise e das respostas a dar aos problemas específicos dos trabalhadores, contribuindo, dessa forma, para o reforço da capacidade de acção e coesão de todo o movimento sindical. De destacar, ainda, a promoção de várias iniciativas para debate de questões temáticas com interesse para a acção sindical, algumas das quais contaram com a participação de especialistas de reconhecida competência nas matérias tratadas.

O Plenário de Sindicatos cumpriu com eficácia o seu papel de órgão máximo entre congressos.

9.2. Conselho Fiscalizador

O Conselho Fiscalizador, eleito pelo Plenário de Sindicatos, na reunião de 28.01.2021, ficou constituído pelas seguintes associações sindicais: Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local – STAL; Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos – SITAVA; Sindicato dos Enfermeiros Portugueses – SEP; Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário; Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte - STFPSN; Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Actividades do Ambiente do Norte – SITE Norte; Sindicato dos Professores da Grande Lisboa - SPGL.

O Conselho Fiscalizador exerceu com regularidade e eficácia as suas competências estatutárias.

9.3. Conselho Nacional

O Conselho Nacional, eleito pelo 14º Congresso, tomou posse em 14.02.2020 e na sua primeira reunião, realizada nesse mesmo dia, aprovou por maioria o seu Regulamento de Funcionamento e elegeu a sua Comissão Executiva, o Secretariado e a Secretária-Geral.

Ao longo do exercício, o Conselho Nacional reuniu regularmente, perfazendo um total de 25 reuniões, registando-se uma participação média de 89 conselheiros, tendo ainda adaptado o seu funcionamento, mas nunca parando de reunir, no contexto da pandemia. Verificaram-se diferenças de entendimento que originaram um problema de participação de alguns membros do Conselho Nacional que foram superadas através do diálogo.

Durante este mandato deixaram de fazer parte do Conselho Nacional, os conselheiros José Manuel Costa Silva (29.06.22), Eduardo Manuel Nogueira Chagas (18.07.23), que pediram demissão.

Dando cumprimento aos princípios programáticos da central, o Conselho Nacional desempenhou com empenho as suas competências estatutárias, assegurando uma eficaz e participada acção de direcção e coordenação da actividade sindical, de acordo com as orientações definidas pelos órgãos competentes. Reuniu, em média, 6 vezes ao ano, para analisar a situação político-sindical e definir as acções a desenvolver. Deliberou sobre as posições a assumir pela CGTP-IN, face às principais questões sindicais e aprovou as linhas de orientação a apresentar ao Plenário de Sindicatos.

Regista-se, assim, um balanço positivo, em termos gerais, do exercício do mandato.

9.4. Secretariado do Conselho Nacional

O Secretariado do Conselho Nacional, eleito em 14.02.2020, ficou constituído pela Secretária-Geral Isabel Maria Robert Lopes Perdigão Camarinha, pelos membros da Comissão Executiva Fernando José Machado Gomes; Filipe Manuel Santos Marques; Joaquim Manuel Silva Brito Mesquita; José Augusto Tavares Oliveira e Válder Ricardo Borralho Lóios.

O Secretariado aprovou as normas do seu funcionamento em 28.02.2020 e aprovou os objectivos e a distribuição das Responsabilidades e Tarefas Específicas pelos membros do Secretariado.

O Secretariado respondeu às diversas tarefas que lhe estão atribuídas e revelou-se um importante instrumento de execução da gestão corrente da CGTP-IN e da situação financeira da Central.

Com regularidade, o Secretariado deu andamento às diversas solicitações provenientes de organismos públicos e privados, no sentido de assegurar a representação e participação da CGTP-IN em eventos de natureza diversa.

O Secretariado reuniu, em regra, semanalmente e extraordinariamente sempre que as circunstâncias o exigiram, cumprindo cabalmente as funções cometidas pelo Conselho Nacional.

9.5. Comissão Executiva do Conselho Nacional

A Comissão Executiva do Conselho Nacional, eleita em 14.02.2020, ficou constituída pelos seguintes dirigentes: Adelino Silva Nunes Pereira; Américo Monteiro Oliveira; Ana Isabel Lopes Pires; Andrea Isabel Araújo Doroteia; Fernando José

Machado Gomes; Filipa Alexandra Marques da Costa; Filipe Manuel Santos Marques; Isabel Cristina Lopes Tavares; Isabel Maria Robert Lopes Perdigão Camarinha; João Pedro Isidro Barreiros; Joaquim Daniel Pereira Rodrigues; Joaquim Manuel Silva Brito Mesquita; José Augusto Tavares Oliveira; José Carlos Correia Martins; José Joaquim de Miranda Correia; José Manuel Rodrigues Oliveira; Juan Carvalho Ascensão; Libério Violante Domingues; Luís Alberto Pinho Dupont; Luís Manuel Barreto Leitão; Maria de Fátima Marques Messias; Maria Fernanda Alves Santos Moreira; Maria Luísa Marques Pinto Batista; Mário Oliveira Nogueira; Rogério Paulo Amoroso da Silva; Sebastião José Pinto Santana; Sérgio Dias Branco; Tiago Daniel Costa Oliveira e Vivalda Rodrigues Henriques Silva.

A Comissão Executiva propôs ao Conselho Nacional a eleição de Isabel Camarinha para o cargo de Secretária-Geral.

Na sua reunião de 02.03.2020, a Comissão Executiva aprovou, em definitivo, o seu Regulamento de Funcionamento, definindo as funções de cada um dos seus membros, as áreas e departamentos de acção sindical e a estrutura de acompanhamento da actividade ao nível das regiões e sectores.

Ao longo do seu mandato, a Comissão Executiva reuniu com regularidade quinzenal, em sessões ordinárias, e extraordinariamente, perfazendo um total de 92 reuniões, tendo ainda adaptado o seu funcionamento, mas nunca parando de reunir, no contexto da pandemia.

A Comissão Executiva (CECO) garantiu o cumprimento e execução das tarefas que lhe estavam ou foram cometidas, em cada momento, pelo Conselho Nacional e pelo Plenário de Sindicatos, assegurou a direcção político-sindical permanente da Confederação, a direcção das áreas e frentes de trabalho constituídas e a coordenação da acção sindical nas diversas regiões e sectores.

A CECO deu sequência às grandes orientações aprovadas no XIV Congresso e delineou a estratégia sindical a apresentar ao Plenário de Sindicatos e ao Conselho Nacional e que foi relevante para a resposta que foi dada aos problemas dos trabalhadores.

No quadro das suas funções, assegurou a representação da CGTP-IN nos múltiplos contactos institucionais e outros decorrentes da actividade sindical. Do mesmo modo, garantiu a intervenção da Central no Conselho Económico e Social e na Comissão Permanente de Concertação Social, actividade que exigiu uma participação constante, qualificada e determinada na defesa das posições sindicais, face à natureza destas instituições e ao significado das questões em debate e ao contexto político vivido. Assegurou, igualmente, a intervenção da CGTP-IN nos diversos órgãos e organismos de participação sindical, quer nacionais, quer comunitários, directamente ou por via dos representantes por si designados, acompanhando a sua actividade.

Por intermédio dos seus membros e, por vezes também, de membros do Conselho Nacional, participou em inúmeras iniciativas (conferências, seminários, colóquios, debates) promovidas, quer por entidades oficiais, quer outras, para que a Confederação foi convidada, bem como uma ampla intervenção e presença na actividade e realizações sindicais no plano internacional, dando concretização à postura de solidariedade internacionalista que a Central assume.

A Comissão Executiva teve uma actividade intensa e procurou eficácia no tratamento e resolução dos problemas inerentes às suas funções, na articulação do debate ao nível das áreas de acção sindical e no próprio seio destas, no acompanhamento e controle de execução das decisões tomadas, no acompanhamento dos sectores e regiões não representados na CECO, bem como no acompanhamento dos representantes sindicais, nos órgãos e organismos de participação sindical.

O exercício da direcção político-sindical e de coordenação da actividade da estrutura sindical, atribuído estatutariamente à Comissão Executiva, revelou-se eficaz.

9.5.1. Secretária-Geral

A Secretária-Geral, eleita pelo Conselho Nacional em 14.02.2020, exerceu as competências regulamentares que lhe foram atribuídas, assegurando a coordenação e articulação da actividade dos órgãos da Central, promovendo a representação da CGTP-IN, no plano nacional, a nível europeu e internacional garantindo a execução das orientações e decisões tomadas e o andamento dos assuntos carecidos de resolução imediata.

No quadro das suas funções e em representação da Direcção da Central, integrou inúmeras acções de protesto e luta dos trabalhadores, ao nível de empresas, sectores de actividade e a nível nacional, promovidas pelas respectivas organizações sindicais.

A sua participação em múltiplas e variadas iniciativas promovidas por entidades oficiais, organizações cívicas, sociais e profissionais e movimentos sociais, bem como os convites da comunicação social para intervir em debates comprovam o prestígio da CGTP-IN e o reconhecimento da importância da sua actividade na sociedade.

9.6. Apreciação geral

Como já desenvolvemos, o mandato de 2020/2024 foi condicionado por uma série de acontecimentos, nomeadamente a pandemia, mas a marca essencial é a de uma forte movimentação reivindicativa dos trabalhadores dos sectores privado e público. Neste contexto releva-se: i) a acção e luta reivindicativa que se tornou decisiva para a defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, num contexto em que o capital tentou potenciar as condições existentes para incrementar a exploração ; ii) a continuação da luta contra os aspectos estruturantes da política laboral de direita, nomeadamente as normas gravosas da legislação laboral; iii) a realização das comemorações do cinquentenário da CGTP-IN.

Os órgãos da central cumpriram com empenho e eficácia as funções que lhes foram atribuídas, muito contribuindo o apoio inestimável de todos aqueles que participaram nas actividades da CGTP-IN.

O rejuvenescimento nos diferentes níveis da organização contribuiu para reforçar dinâmicas de acção e capacidade de iniciativa, mobilização, luta e proposta, ao mesmo tempo que se fortaleceu e consolidou os elementos essenciais da Central – um sindicalismo de classe e massas, alicerçado nos princípios da unidade, democracia, independência e solidariedade.

Aos representantes sindicais nos órgãos e organismos de participação sindical, nacionais e comunitários, aos técnicos do Gabinete de Estudos e aos que, habitualmente, colaboram com a CGTP-IN, bem como a todos os funcionários da Central, os órgãos de direcção da CGTP-IN enaltecem e agradecem o empenho e a disponibilidade da sua participação, e a elevada qualidade dos seus contributos, para o desenvolvimento da acção sindical.

A acção desenvolvida pela CGTP-IN comprovou a validade e perenidade do sindicalismo de classe e de massas que preconizamos, reforçou a sua implantação no seio dos trabalhadores e consolidou o seu prestígio na sociedade.

No termo do seu mandato, a Direcção da CGTP-IN está convicta de que a intervenção global de toda a sua estrutura foi um factor determinante na defesa dos direitos dos trabalhadores portugueses, um elemento fundamental para combater a política de exploração e empobrecimento e um contributo valioso e decisivo para o progresso do país, num quadro em que a situação política nos convoca a todos para concretizar a esperança e lutar pela mudança necessária, rompendo com a política de direita e abrir caminho para uma nova política de Esquerda e Soberana.

10. ANEXOS

10.1. Lutas realizadas no período do Mandato

2020

Empresas

A Jimo e Omos

Aeroporto de Lisboa

Agência LUSA

Agrupamento de Escolas Vergílio Ferreira

Agrupamentos de Escolas de V Franca de Xira

Algar

Amtrol-Alfa / Guimarães

APAPOL

Aptiv

ARMATIS- Call-Centers

Armazéns DHL

ARS Lisboa e Vale do Tejo

ARS Norte

Arsenal do Alfeite, SA

Auchan Retail Portugal

Autoneum Portugal

Avipronto

Beralt Tin & Wolfram (Portugal)

Bingo do Vitoria Futebol Clube / Vitoria de Setúbal

C.A.T. - Companhia de Afretamentos e de Transportes

CaetanoBus (Ovar)

Camo-Indústria de Autocarros, S.A.

Cantinas das Escolas de Barcelos

CarrisTur

Carteiros de Coimbra

Casas da Misericórdia e UMP

Centro Comercial UBBO

Centro de Bem Estar Santa Cruz
Centro Hospital Universitário do Algarve - SUCH
Centro Hospitalar Médio Tejo
Centro Hospitalar Tondela de Viseu
Centro Hospitalar VN Gaia - (Hospital Santos Silva)
Centro Logístico da Azambuja (CLA)
Centros de Saúde e Hospitais do Algarve
Chefias Guarda Prisional
CHU de Coimbra
CHU de S. João | Porto
CMN – Refinaria de Sines
Complexo Industrial de Sines
Continente Modelo em Peso de Régua
CTT
CTT – CDP Abrantes
CTT – CDP Amora
CTT – CDP Elvas
CTT – CDP Faro
CTT – CDP Montemor-o-Novo
CTT de Santarém de Rio Maior
CTT do Centro de Distribuição Postal 3000 Coimbra e do Centro de Produção e Logística do Centro
CTT Expresso
DHL Exel Supply Chain Portugal SA
Dia Portugal - Armazém de Valongo
Dia Portugal – Lojas e Armazéns
Dia Portugal – Supermercados – Armazéns Vialonga
Dia Portugal – Supermercados de Valongo
Direcção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária
DLH
DS Smith (antiga Europac)
ECALMA/WEMOB
EL Corte Inglês

Empresas da IP (Infraestruturas; Telecom; Engenharia; Património)

Entidades Públicas Empresariais da Saúde dos Centros Hospitalares das Regiões Norte e Centro, Lisboa, Vale do Tejo, Alentejo e Algarve

Entrepósito – Maia (Armazém e Centro de Distribuição)

Entrepósito LIDL & CIA

Entrepósitos do LIDL da Marateca e Ribeirão

Entrepósitos Norte e Sul do Lidl

ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro

Estabelecimento Prisional de Lisboa (EPL)

Estabelecimentos de Hotelaria, Turismo, Restauração do distrito de Faro

Estaleiro da Mitrena - Setúbal

EUREST - Município do Porto

Fabricação de material Eléctrico e Electrónico

Fundação INATEL

GI Group

Global Média Group

Grupo Efacec

Grupo EGF – ERSUC, Resiestrela e Resinorte

Grupo Global Media

Grupo JJW Hotels & Resorts

Grupo Lusitana-Restauração

Grupo Somelos Mix – Fios Têxteis

Grupo SONAE

Guardas Prisionais

Hanon Systems

HERDMAR

Higiene Urbana da Câmara Municipal de Lisboa

Hospital Beatriz Ângelo

Hospital de Abrantes

Hospital de Aveiro (Centro Hospitalar Baixo Vouga)

Hospital de Beja

Hospital de Braga

Hospital de Bragança

Hospital de Évora
Hospital de Leiria
Hospital de S. José em Lisboa - CHULC
Hospital de Santarém
Hospital de Vila Real
Hospital Distrital da Figueira da Foz
Hospital Garcia de Orta
Hospital Guarda
Hospital S. Sebastião - Sta Maria da Feira
Hospital Santa Maria – CHULN
Hospital São João
Hospital São Teotónio - Viseu
Hotel Beta Porto
HUC Coimbra e Rovisco Pais – Tocha
Hutchinson Borrachas de Portugal - Campo Maior
Inatel - Manteigas
Instituto de Segurança Social, IP
INTELCIA - Call-Centers
IPO
IPSS
IPSS – Centro de Bem Estar Infantil de V Franca de Xira
Jac Products
Lactogal
Lactogal - fábrica de Modivas - Vila do Conde
Lavandaria do Hospital de Fundão
Leica
LETA, adstritos ao serviço de picking da SUPER BOCK - Leça do Balio
Lidl & CIA dos Entrepostos - Torres Novas e Linhó
LIDL (Lojas e Entrepostos do Lidl & Cia)
Lidl Entrepasto - Porto Alto
Lisnave Yards
LOOMIS
Makro Cash & Carry - Vila Nova de Gaia e Matosinhos

Manpower (NOS e lojas EDP)
MANPOWER- Call-Centers
Martifer– Refinaria de Sines
Matadouros Públicos - R.A. Açores
Metropolitano de Lisboa
Motoristas do Grupo Horários do Funchal
Motoristas do TVDE
NOVA DS SMITH EMBALAGEM
Petrogal
Pingo Doce - Pachancho - Braga
Pingo Doce - Vila Nova de Gaia
Pingo Doce - Vila Real
PIZZA HUT
Plural Entertainment
Prosegur e Noite e Dia
Quinta da Balaia e Villas d'Água - Albufeira
Randstad – Call Center - NOS - Coimbra
RANDSTAD - Call-Centers
RANDSTAD II (NOS e lojas EDP)
RH MAIS- Call-Centers
Risto Rali, Lda – pertencente ao grupo LSG/Lufthansa
Rodoviária do Tejo - Torres Novas
Santa Casa da Misericórdia de Olhão
Santa Casa de Misericórdia de Lisboa
Santa Casa Misericórdia de Moscavide
Santas Casas de Misericórdia de Viana do Castelo
Sector do Táxi
Sectores industriais do distrito de Évora
Seixadis – Sociedade de Distribuição
Sicman ACE (Grupo Siemens)
SNA Europa
Sociedade Filarmónica União Artística Piedense - SFUAP
Sousa Camp

Super Bock
Supermercado IA – Portugal – Armazéns Torres Novas
TALENTER- Call-Centers
Telecomunicações
Tranquilidade/ Generali
União Freguesias Charneca, Sobreda da Caparica
UNISELF - Porto
Universidade de Coimbra
VERTENTE HUMANA - Call-Centers
Vilanova Resort Albufeira
Vista Alegre Atlantis (Alcobaça)

Sectores / Administração Pública

- Lutas sectoriais diversificadas
- Lutas na Administração Pública Central, Regional e Local (Função Pública em geral; sectores da Saúde, da Educação, da Segurança Social, Autarquias Locais e outros)

Lutas Gerais

2 a 6 de Março - Semana da Igualdade

8 de Março – Dia Internacional da Mulher

1 de Maio -Dia Internacional do Trabalhador

22 a 26 Junho - Semana Nacional de Luta

4 Julho - INTERJOVEM - Grande Piquenique – Ribeira das Naus, Lisboa

26 Setembro - Acção de Luta Nacional – descentralizada – em todos os distritos e nas regiões autónomas sob o lema “Aumentar os salários! Desenvolver o País”

7 a 11 Dez – Semana de “Acção e Luta em todos os sectores!” – sob o lema Proteger os Trabalhadores! Aumentar salários! Garantir direitos! - Em luta pelo emprego com direitos, contratação colectiva, 35 horas, reforço dos serviços públicos

Empresas

AEROSPHERE

Agromerchant

AHRESP

ALTICE

Amarsul

Ambiente e Jardim

Amtrol-Alfa

Amtrol-Alfa (Guimarães)

ANTROP

APTIV - Braga

APTIV - Castelo Branco

AREPAL

ARS Algarve

ARS de Lisboa e Vale do Tejo

ARS do Centro

ARS Norte

Ascenza Agro

Atlantic Ferries

Atlantiline

Auchan - Amadora

Autoeuropa

Avipronto-Produtos Alimentares S.A

Banco Comercial Português (BCP)

Banco Santander Totta

Bares dos comboios Alfa Pendular e Intercidade

Berrelhas - Transportes Urbanos de Viseu

Bimbo

Bingo Boavista

Bingo do Belenenses

Bombeiros Profissionais

Cantina da Escola Camilo Castelo Branco - Vila Nova de Famalicão
Cantina do IEFP - Bragança
Carl Zeiss - Setúbal
CARRISBUS
CarrisTur
Casa da Música - Porto
Centrais Técnicas da RTP de Lisboa e Porto
Central Cervejas
Centro Comercial UBBO
Centro Comunitário Paroquial de Famões
Centro de Apoio a Deficientes de Santo Estevão e Centro de Apoio a Deficientes Profundos
Centro de Reabilitação e Integração Torrejano
Centro de Vacinação de Viseu
Centro Hospital Universitário de Lisboa Central
Centro Hospitalar Barreiro Montijo
Centro Hospitalar Lisboa Ocidental
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa
Cerealís
Cervejaria Galiza
CGD
CHS João
CJP – II - Fátima
Coelima
Comércio a Retalho do distrito de Braga
CP - Comboios de Portugal
CP no Entroncamento
CTT
CTT - Celorico de Basto, Setúbal, Fronteira, Grândola
CTT - Póvoa de Varzim, Cabeceiras de Basto, Rio Maior
CTT de Santarém, Almeirim e Alpiarça
Dancake
DHL
DHL – armazéns de Alverca

DHL SUPPLY CHAIN

Dia Minipreço – Armazéns de Valongo

Dia Minipreço - Armazéns em Vialonga, Torres Novas e Valongo

Dia Minipreço - Vila Real de Santo António

Dia Portugal - Armazéns

Dia Portugal - Loja do Montijo

Dia/Minipreço

DOCAPESCA

DS SMITH EMBALAGEM

DS SMITH Embalagem

EDP

El Corte Inglés

Elo Automotive - no Casal do Marco (Seixal)

Empresa de Cervejas da Madeira

Empresa Novadis - Lisboa

Empresas do Grupo Águas de Portuga

Empresas do Grupo IP

Entrepasto do Lidl - Marateca

Entrepasto Lidl - Torres Novas

EUREST

Euromex - Hospital São João - Porto

Euroresinas

Exide Technologies

FNAC

Fundação INATEL

Fundação Joaquim Honório Raposo

Gestamp

GROUNDFORCE

Grupo Barraqueiro - Algarve

Grupo EDP

Grupo Efacec

Grupo EGF/Mota&Engil

Grupo EVA/Barraqueiro

Grupo JJW - Unidades Hoteleiras: D. Filipa, São Lourenço; Pinheiros Altos; Penina Hotel Golfe & Resort; Hotel Formosa Park.

Grupo Madureira's

Guardas-Florestais do SEPNA/GNR

Hospitais da Universidade de Coimbra

Hospital Beatriz Ângelo em Loures

Hospital Curry-Cabral – sector da limpeza

Hospital da Cruz Vermelha

Hospital das Forças Armadas de Lisboa (HFAR)

Hospital de Campanha

Hospital de Santo António

Hospital Pedro Hispano

Hospital Sousa Martins – Guarda

Hotel Dona Filipa - Vale do Lobo

Hotel Pestana – Alvor Praia

Hotel Pestana Dom João II

Hotel PortoBay Falésia - Albufeira

Hotel Vila Galé – Tavira

HUELGA

Hutchinson

Iberol

INATEL

INTELCIA

Interpeso - Supermercados Lda

IP, SA

IPO, DRL

IPSS's

Isidoro Montijo, Empresa do Grupo Montalva.

Junta de Freguesia da Estrela

Junta de Freguesia de Belém

Knower Projects

Lactogal

Lauak

Lisnave Yards
Makro
Makro Cash & Carry
Mar Alto
Massimo Zanetti
MDA – Moldes de Azeméis, do Grupo Simoldes
Mecahers
MECAHERS
MEDWAY
Metropolitano de Lisboa
Mina de Neves-Corvo
Minas da Panasqueira (Beralt Tin & Wolfram -Portugal) - Covilhã
Misericórdias do Algarve
Modalfa – SONAE Fashion
Motoristas/operadores TVDE
MTS – Metro Transportes do Sul
NOVADIS
NOVADIS - em Canelas - Vila Nova de Gaia
Otis Elevadores
Parque da Floresta - Santo Antonio Villas, Golf & Spa
Pastelaria Louripan
Petrogal (Grupo Galp Energia)
Politécnico do Porto
Probar
PXM (Faro) do Grupo Barraqueiro
Rauschert Portuguesa
Refinaria da Petrogal - Matosinhos
Refinaria do Porto
Resinorte
Rodoviária de Lisboa
Sá Limpa - Hospital de São José
Saint-Gobain Sekurit Portugal, Vidro Automóvel SA
Santa Casa da Misericórdia de Guimarães

Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova
Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia
Santa Casa da Misericórdia Lisboa
Santos Barosa - Marinha Grande
Schnellecke Logistics Portugal, Unipessoal
Science4you
SCIOPERO
SCML
SCOTTURB
Sicman
SIDUL
Siemens
Sociedade Central de Cervejas e Bebidas
Soflusa
Somincor
SPdH/Groundforce
Statusvoga
STCP
STRIKE
SUCH
SUCH - Hospitais de Viseu, Leiria e Coimbra
SUCH -Instituto Politécnico do Porto (IPP)
SUCH/Talenter – nos Hospitais de Almada, Coimbra e Viseu
Sumol/Compal de Pombal
Super Bock.
Thyssenkrupp Elevadores
Transporte de passageiros na rede urbana de Faro
TST – Transportes Sul do Tejo
UMP Centro João Paulo II
Uniself - Hospital de Santo André - Leiria
UPFIELD
Venerável Ordem Terceira de São Francisco em Vila do Conde
Viroc
WTPLAY

Sectores / Administração Pública

- Lutas sectoriais diversificadas
- Lutas na Administração Pública Central, Regional e Local (Função Pública em geral; sectores da Saúde, da Educação, da Segurança Social, Autarquias Locais e outros)

Lutas Gerais

25 Fevereiro - Jornada de Luta Nacional – CGTP-IN

8 de Março – Dia Internacional da Mulher

de 8 a 12 de Março - Semana da Igualdade - CIMH

25 Março - Dia de Luta Nacional dos Jovens Trabalhadores - Manifestações em Lisboa e Porto

1 de Maio -Dia Internacional do Trabalhador

8 Maio - Manifestação Nacional – Porto - Contra a falta de resposta do Governo e da União Europeia à crescente precariedade de emprego e aos baixos salários

de 21 Junho a 15 Julho - Jornada de Acção e Luta

27 Junho - Interjovem/Lisboa - Denúncia da situação em que vive o sector da cultura

20 Novembro - Manifestação Nacional – CGTP-IN

Empresas

AAPICO

Accenture

Accenture - Consultores de Gestão SA

Accenture 2 Business Process Services, SA

Accenture Technology Solutions - Soluções Informáticas Integradas SA

ACES Cascais

ACES Lisboa Central

ACES Lisboa Centro

Adecco

Aeroporto Cristiano Ronaldo (Madeira)

Aeroporto da Horta

Aeroporto de Faro

Aeroporto de Humberto Delgado (Lisboa)

Aeroporto de Porto Santo

Aeroporto de Santa Maria

Aeroporto Francisco Sá Carneiro (Porto)

Aeroporto João Paulo II (Ponta Delgada)

Agrupamento de Escolas Alfredo da Silva - Sintra

Águas de Portugal

Águas de S. João

Águas do Algarve

Águas do Tejo e Atlântico

Águas Douro e Paiva

Águas e Resíduos da Madeira

Águas Gondomar

AIS - Montemor

AIS Portugal

ALDI's

Algar

Alkion

ALSA/TODI
Altice
Amarsul
Ambital
Amendoeira Golf Resort
Amorim Florestal
ANA/VINCI
ANIME - Associação Patronal Mat. Elec. e Electrónico
APCC
Apeadeiro 2020
APED
APHORT
APICAPS
APIFARMA
APIGRAF - Associação Patronal Gráficos
APTIVPORT
ARM
Armatis Portugal
Arquivo Municipal de Lisboa
ARS Algarve
Arsenal do Alfeite
ARSLVT
Associação Patronal Agacri
Associação Patronal UACS
Atla Logística SA - Armazém Quarteira
Atlantic-Ferries/Sonae (Setúbal)
AtlânticoLine
Atouguia da Baleia - Peniche
Auchan
Aunde Portugal
Autarquias e Serviços Municipais de Almada
Auto Pereira Mendes
Auto Viação Cura

Autoeuropa
Autoneum
Autosueco
Aviludo, SA
Axios Recursos Humanos
Bar do Hospital de S. João
Barraqueiro
Blueotter
Bombeiros Gaia
Bombeiros Sintra
Bosch Car Multimédia Portugal
BRAVAL
Brintons
BRISA
C.C. Acqua Roma
Caetano Auto
Caetano Auto Barreiro
Caetano Auto Montijo
Caetano Auto Setúbal
Caetano Bus
Caetano Formula
Caetano Formula Barreiro
CAL – Câmara Municipal de Lisboa
Câmara Municipal da Amadora
Câmara Municipal da Azambuja
Câmara Municipal da Lourinhã
Câmara Municipal de Alenquer
Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos
Câmara Municipal de Cadaval
Câmara Municipal de Cascais
Câmara Municipal de Mafra
Câmara Municipal de Oeiras
Câmara Municipal de Sintra

Câmara Municipal de Sobral
Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço
Câmara Municipal de Torres Vedras
Câmara Municipal de Valongo
CAMO
Cantina do Hospital de Portalegre
Cantina Hospital de Guimarães
Cantina ICA - EB1 Ermida Sto Tirso
Cantinas Eurest Porto (1º ciclo) - Capitais de distrito e regiões autónomas
Carris
CARRISTUR
Casa do Alecrim
Casa Pia Lisboa
CAT – Centro de Acolhimento Temporário
CC Amoreiras
CC EDP
CED Nª Sra Conceição
Celcat
Centro Hospitalar do Médio Tejo
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra
Centro Saúde -ICA
CEREALIS
Cerealto
CH Baixo Vouga
CHTMAD
CHU Cova da Beira
CIMPOR
CISEC - Sede
CM- Câmara Municipal de V F Xira
CME - Carnaxide
Coelho & E Dia Pint. Valadouro
COFACO - Rabo de Peixe
COINDU - Famalicão

Compal
Contibérica
Continental Lammerez
Continental Mabor
Copam
CORALFISH
CP
Cristiano, LDA
CTT
CTT Cabo Ruivo
CTT de Faro
CTT do Centro de Distribuição Postal de Barcelos
CTT no CDP de Faro
CUF Descobertas
CUF Tejo
CUF Torres Vedras
CURPIC- Comissão Unitária Reformados e Pensionistas da Charneca da Caparica
DGAV
DGEST - Guimarães
DH - Armazém da Azambuja
DHL - Exel Supply Chain, SA
DHL Armazém
DHL Supply Chain
Dia Portugal - Armazém de Vialonga
Dia Portugal - Supermercados SA
Docapesca
DRMM Oficinas Câmara Municipal de Lisboa
DS SMITH
DS Smith Packaging
E.Leclercs
EB2/3 Amadeu Souza Cardoso – Amarante
EB2/3 Amarante
EDP

EDP - Abrantes/Olho de boi
EDP - Belver
EDP - Carenque
EDP - Castelo Bode
EDP - Despacho Palhavã
EDP - Faro
EDP - Laranjeiro
EDP - Leiria
EDP - Loulé
EDP - Pombal
EDP - Portalegre
EDP - Portimão
EDP - Santiago do Cacém
EDP – Setúbal
EDP - Sintra
EDP - Tavira
EDP - Tomar
EDP - Torres Vedras/Matos Velhos
EGEAC
ELO – Automotive
EMAC – Cascais Ambiente
EMAP
EMEL
EPAL - Asseiceira
EPAL - Olivais
EPAL - Sede
EPAL - Vale da Pedra
EPAL - Vila Franca de Xira
ESIP - European Seafood Investments Portugal
Estaleiros Municipais da Câmara Municipal da Amadora
Eurest - Hospital Sta Cruz
Eurest - Hospital Sta Marta
EUREST – Sociedade Europeia de Restaurantes. Lda

Eurest - Tabaqueira
Euromex
Euroresinas
EXIDE
Faurécia
Faurécia Metal
Faurécia Moldados
FCC Environment Portugal
FICOCABLES
GEBALIS
Gertal - Hospital de Santarém
Gertal Ref
Golfe Dom Pedro Pinhal
Golfe Quinta da Ria
Grande Hotel do Luso
GROZBECKERT
Grupo Águas de Portugal
Grupo Ardo – Alpiarça
Grupo CAT LV
Grupo CUF
Grupo Efacec
Grupo Lusíadas
HACO Etiquetas
HAWORTH
Hospital Beatriz Ângelo - Loures
Hospital Beja
Hospital Cruz Vermelha
Hospital da Luz
Hospital da Praia
Hospital de Caldas da Rainha, do Centro Hospitalar do Oeste (CHO)
Hospital de Portimão
Hospital de S. José
Hospital de Vila Franca de Xira

Hospital de Vila Real
Hospital Évora
Hospital Júlio de Matos
Hospital Loures
Hospital Lusíadas
Hospital Luz
Hospital Orto.Sant´ana (Parede)
Hospital Penafiel
Hospital Portalegre
Hospital S. João
Hospital Santa Maria
Hospital Santarém
Hospital Tondela Viseu
Hospital Vila Franca de Xira
Hotéis NH Rallye Portugal
Hotel Casino Chaves
Hotel Club Med da Balaia
Hotel do Mar Sesimbra
Hotel Dom Pedro Vilamoura
Hotel IBIS
Hotel Luna
Hotel Marriott
Hotel Oura Praia
Hotel Palácio (Estoril)
Hotel Palácio Seteais
Hotel Pestana Alvor Praia
Hotel PortoBay Falésia
Hotel Praia Mar
Hotel Tivoli Lisboa
Hotel Tivoli Oriente
Hotel Vila Galé Cerro Alagoa
Huber Tricot
ICA - Cantina escolar da EB1 e EB2/3 Sto Tirso

ICA – Centro de Saúde de Sete Rios
Inapal Metal
INATEL - Albufeira
INCM
Indubeira
Intelcia
Intermarché - S.M. Agraço e VFX
IPO
IPO Coimbra
IPSS, Misericórdias e Mutualidades
ITAU
ITAU - Hospital Sta Maria
ITX (Grupo Inditex)
ITX Portugal - Confeções
Izidoro
Jardins de infância da Câmara Municipal de Almada
João de Deus & Filhos, SA - Arados - Samora Correia
Junta de Freguesia de Alvalade
Junta de Freguesia de Benfica
Junta de Freguesia de Carnide
Junta de Freguesia de Casal de Cambra
Junta de Freguesia de Ermesinde
Junta de Freguesia de Santa Clara
Junta de Freguesia de Santa Maria Maior
Junta de Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães
Junta de Freguesia de Santo António
Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica
Junta Freguesia da Ajuda - Posto de Limpeza da Ajuda
Junta Freguesia de Alcântara - Posto de Limpeza de Alcântara (Pavilhão Ajuda)
Junta Freguesia de Belém
Junta Freguesia de Campolide - Posto de Limpeza da Serafina
Lar do Montepio Rainha D. Leonor
Lauak

LIDL
LIDL Entrepósito - Torres Novas
LIPOR
LISMARKTING
Lisnave
Lisnave Yards
Logísticas Worten
Luna Hotel Serra da Estrela
Mahle
Makro Cash&Carry -
Malau
Manpower
MC Alimentar
MEO ALTICE
Mercadonas
METALSOC
Metropolitano de Lisboa, EPE
Minor Hotéis Portugal
Misericórdia de Castelo Branco
Misericórdia de Serpa
Misericórdia de Vila Nova de Famalicão
Montemor-o-Novo
Motel Terra Cálida - Viseu
Movijovem
MTS
MULTITRAB - Resíduos do Nordeste
Narest
Novadis, Unipessoal Lda
Núcleo Operacional de Remoção – Garagem Olivais III
Oficinas Contumil
Oficinas DRMM Câmara Municipal de Lisboa
Oficinas Guifões
Oficinas Maia

Opção Eleita, Lda.ª
ORFAME
Orica
Orona - Algarve
Orona - Mem Martins
ORONA - Sintra
Otis - Setúbal
Palace do Bussaco
Palácio Estoril Hotel
Parques Tejo (Oeiras)
Pastéis de Belém
Pastelarias USPOT
Paulo Oliveira
PCM-Refeitório Narest
PEMEL METAL
Penteadora
Petrogal - Sines
Pingo Doce - EUA
PMO II
PMO III - Sidónio Pais
POLIPOLI
Port'Abiente – Tratamento de Resíduos Industriais
Portugália
Portway
Preh Portugal
Promotorres
Radio Popular
Randstad
Randstad II – Prestações de serviços
RANGEL / Super Bock - Matosinhos
Refinaria Sines
Renova
Restflight (Aeroporto de Faro)

RH+

RIOX

Robbialac

Rodoviária de Lisboa

Romsegur

Santa Casa da Misericórdia de Idanha a Nova

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão

Sapadores Baião

Sardão

Schindler - Ascensores e Escadas Rolantes

Schnellecke

Science4You

SCML

Serlima Wash II

Serlima Wash II – Montijo

Serra da Estrela

SERVIGAIA

SGL

Sicman

Sika

SILO-AUTO

Silos de Leixões

SIMAR - Loures

Simarsul

SIMAS

Simdouro

SMAS - Torres Vedras

SMAS Mafra

SMAS Sintra

SNA EUROPE

SNEF - Portalegre

Sofarimex

Soflusa
Sogrape
Solverde - Hotel Casino de Chaves
SONAE
SRU
SUCH – Hospital Amadora Sintra
SUCH - Hospital de Sto. António
SUCH - Hospital de Viseu
SUCH - Hospital Egas Moniz
SUCH – Hospital Santa Cruz
SUCH - Hospital São Francisco Xavier
Sulpasteis
Sumol
Sumos
Super Bock Bebidas
Teijin Automotive
Telepizza Portugal S.A.- Areeiro
Telepizza Portugal S.A.- Baixa Banheira
Telepizza Portugal S.A.- Braamcamp
Telepizza Portugal S.A.-Barreiro
Tessimax
TKE - Algarve
TKE - Castelo Branco
TKE - Coimbra
TKE - Porto
TKE - Setúbal
TKE - Sintra
TKE Santarém
Totalis
Transtejo
Tratolixo
Tratolixo - Cascais
Tratolixo - Mafra

Tyco

UMP

União das Freguesias da Pontinha

União das Freguesias da Ramada

União das Freguesias de Alverca

União das Freguesias de Caneças

União das Freguesias de Pova de Sto Adrião

União das Freguesias dos Odivelas

Unicer Assistência Técnica

Unidade Hoteleira Amendoeira Golfe Resort - Alcantarilha

Unidade Hoteleira Clube Me da Balaia – Albufeira

Unidade Hoteleira Tivoli Marina Vilamoura

Uniself

Uniself - Cantina Escolar da EB2/3 Luciano Cordeiro

Uniself - Cantinas das escolas

Uniself - Escolas Básicas de Lagos

Uniself - Hospital Capuchos

Uniself - Hospital Dona Estefânia

VALORSUL

Vanpro

Varandas de Sousa

Vertente Humana

Vigilantes na DGEEC

Vila Nova da Rainha

Vitrohm

Volkswagen Autoeuropa

VW Autoeuropa

Wemob

Worten

Worten – Armazém

Worten - Azambuja

Worten do Amoreiras Plaza

Zara

Zoo Maia

Sectores / Administração Pública

- Lutas sectoriais diversificadas
- Lutas na Administração Pública Central, Regional e Local (Função Pública em geral; sectores da Saúde, da Educação, da Segurança Social, Autarquias Locais e outros)

Lutas Gerais

De 7 a 11 Março - Semana da Igualdade

8 de Março – Dia Internacional da Mulher

31 Março – Interjovem - Manifestação Nacional da Juventude Trabalhadora

8 Abril – CGTP-IN - Iniciativas descentralizadas

1 de Maio -Dia Internacional do Trabalhador

27 Maio a 7 Julho - Acção de luta nacional

27 Maio – CGTP-IN – Concentração na AR

9 de Junho lançamento da Campanha Nacional de defesa e reforço do SNS, sob lema “Defender e Reforçar o Serviço Nacional de Saúde Público, Gratuito e Universal”

22 de Junho em discussão pública, a proposta de lei 15/XV que procede à alteração da legislação laboral, no quadro da denominada “Agenda para o trabalho digno” - acção sindical nos locais de trabalho, a informação e esclarecimento dos trabalhadores sobre esta matéria

7 Julho – CGTP-IN - Manifestação Nacional em Lisboa

15 de Setembro a 15 de Outubro - Mobilização e luta

15 Outubro - Acção Convergente Manifestações em Lisboa | Porto

25 Novembro – CGTP-IN – Concentração - Assembleia da República

7 Dezembro – Debate – Por uma Legislação Laboral que garanta o trabalho com direitos, o progresso e a justiça social! !
Marinha Grande - Leiria

10 a 17 Dezembro - Semana de luta nas empresas e serviços

Empresas

AAPICO

Accenture

ACIF

ACT - Bragança

ACT - Porto

ACT- Vila Real

Aeroporto Humberto Delgado

Águas de Santo André

Águas do Algarve

Águas Vimeiro

AH Bombeiros Voluntários de Alcácer do Sal

AH de Bombeiros

Algar

Altice – Call Center - Vieira do Minho

AMBILITAL

Ancor

Americold

Amorim Florestal

Amtrol Alfa

APADIL

Apeadeiro 2020

APHP

APPTIV

Aptiv - Braga

Aptivport Services - Castelo Branco

ARS Centro

ARS Lisboa e Vale do Tejo

ARS Norte

Arsenal do Alfeite

Aspock

Associação Alzeimer (casa Lecrim)
Associação Solidariedade Social Vencer
Atlantic Ferries
Atouguia da Baleia (Peniche)
Aucham - Amadora
Aucham - Amoreiras
Auchan - Guimarães
AUNDE Portugal
Autoeuropa
Autoviação Feirense
Avani
AVIPRONTA
BA GLASS Portugal
Barbot - Indústria de Tintas
Barraqueiro Oeste
Barraqueiro Transportes
Beralt tin and Wolfram
Berrelhas - Transportes Urbanos de Viseu
BIOTEK
Blueotter
Boa Viagem
BOSCH CAR
Brigada de Coletores
Brose
Browning - Viana
Bruno Janz
Cafeteria Mundo do Café - CC Fórum Algarve
Câmara Municipal de Alcanena
Câmara Municipal de Lisboa
Câmara Municipal de Moita
Câmara Municipal de Mora
Câmara Municipal de Oeiras (CMO)
Câmara Municipal de Palmela

Câmara Municipal de Penacova
Câmara Municipal de Portel
Câmara Municipal de Setúbal
CAMO
Carnes Nobre
Carris - Musgueira
Carrisbus - Cabo Ruivo
Carrisbus - Miraflores
Carrisbus - Musgueira
Carrisbus - Pontinha
Carrisbus – Santo Amaro
CARRISTUR
Casa Alecrim (alzheimer)
Casa Popular Damaia
Casas de Acolhimento da DIIJF, motoristas e logística
CATERINGPOR
CDP – Centro de Distribuição Postal dos CTT no Barreiro
Celcat
Centro de Contacto do Grupo EDP
Centro Escolar de Urgeses - Guimarães
Centro Hospitalar de Leiria
Centro Hospitalar de Setúbal
Centro Hospitalar Médio Tejo
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa
Centro Saúde Ajuda
Centro Saúde Alameda
Centro Saúde Alenquer
Centro Saúde Alverca
Centro Saúde Amadora
Centro Saúde Carnaxide
Centro Saúde Cascais (S. João Estoril)
Centro Saúde Damaia
Centro Saúde Loures (Mealhada)

Centro Saúde Mafra
Centro Saúde Massamá
Centro Saúde Odivelas (Ramada)
Centro Saúde Parede
Centro Saúde Sete Rios
Centro Saúde Torres Vedras
Centro Social da Paroquia de S. Lazaro - Braga
Centro Social e Paroquial de Ferreiros - Braga
Centro Social Mozelos
Centros de Saúde de Almada e Seixal
CEREALIS - Trofa
Cerealto
CEX - Complete Entertainment Exchange, Unipessoal
CGD
CH do Médio Tejo
CH do OESTE
CH Setúbal
CH Tondela
CH Viseu
CHL Ocidental
CHLO
CHU Cova da Beira
CHU de Coimbra
CHU do Algarve
CHUA - Hospital de Faro
CIMPOR
CNS Fundação Inatel
Coca-Cola
CODAN
Cofaco Açores
Cofisa
Confecções R. Piairo Unipessoal, Lda
Conserveiras do Sul

Contact Center
CONTINENTAL MABOR
Continente de Buarcos
Continente de Fiães
CORALFISH
Coralfish II
CP
CRISAL – Cristalaria Automática - Marinha Grande – Leiria
Cristiano, Lda
CTR - Samora Correia
CTT - Barcelos
CTT - Centro de Produção do Prior Velho
CTT - Prior velho
CUF Descobertas
CUF Tejo
CUTIPOL
Dan Cake
De Heus
DE PRADO Portugal
Delphi/Borgwarner
DGAV
DHL
DHL - Alverca
DHL - Azambuja
DHL - Vialonga
DHL Excel Supply Chain Portugal
DHL Supply Chain Portugal
Dia Minipreço - Armazém de Torres Novas
Dia Minipreço - Armazém Valongo
Dia/Minipreço - Almirante Reis
Dia/Minipreço - Carlos Mardel
Dia/Minipreço - Estefânia
Dia/Minipreço - Jardim Constantino

Direcção Regional de Cultura do Centro - Coimbra

Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária

DMHU/DRMM - Oficinas

DMHU/DRMM- Garagem dos Olivais I e II

DOMINÓ

DS SMITH

DS SMITH GUILHABREU

DS SMITH PAPER VIANA

DS SMITH VIANA

Dura Automotive

ECCO'LET (PORTUGAL) – Fábrica de Sapatos, LDA

Edifício NOS - Campanhã

EDP

EDP e Randstad

EDP Laranjeiro

EDP Refeitório

EDP Santiago Cacém

EGIS - Road Operation Portugal, SA

EGOR

Egor/ Synchro Outsourcing, SA

EIKON

Elo

EMEL

Empresa Cristiano, Lda - Açores

Empresas do Grupo IP

Empresas do subsector das cutelarias

Ensino Automóvel

Entrepasto de Lisboa- Comércio de Viaturas

Entrepasto LIDL – Torres Novas

EPAL

EPAL/VT

ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, S.A.

Escola EB 123 Gomes Azurara - Mangualde

Escola Secundária Felismina Alcântara – Mangualde

Escolas de São Torcato - Guimarães

ESEL

Estaleiro Alto do Índio, SMAS - Almada

Etermar – Setúbal

Eugster & Frismag

Eurest - Universidade Católica

Euroresinas

EVA Transportes

EVA/Barraqueiro

EXIDE

EZIP

Faurecia - Sistemas de Escape Portugal

Faurecia Moldados

FCC Environment Portugal

FCC Environment Portugal -Marco de Canaveses

Fehst Componentes

Fico Cables

Fima-Olá (Unilever Fima)

Fit Indústria de Tomate - Setúbal

Forno Tijolo

Forvia

Freitas Mar - Beja

Frismag

Frulact no Tortosendo Covilhã

Frupor

Funfrap

GalpGeste

Gateleven, Lda

Generali

Gesloures – Piscina Loures

GESTAMP

Grohe

GROZ-BECKERT
Grupo Altice Intelcia
Grupo Barraqueiro
GRUPO CAT
Grupo EDP
Grupo EDP - Algarve
Grupo EDP - Call Centers
Grupo EDP – Zona Norte
Grupo Inditex - Almada Fórum
Grupo Luz Saúde
Grupo Montalva
Grupo Trofa Saúde - Call Center
Guardas Florestais
H&M
Hanon Systems Portugal
Haund
Haworth
HaWurh
HBP Campo Maior
Herdmar
Hospital Barreiro
Hospital Beja
Hospital Capuchos - limpeza
Hospital Cruz Vermelha Portuguesa
Hospital CUF Cascais
Hospital CUF Descobertas
Hospital CUF Tejo
Hospital da CUF – Almada
Hospital da Figueira da Foz
Hospital da Luz - Coimbra
Hospital das Forças Armadas
Hospital de Braga
Hospital de Cascais

Hospital de Chaves
Hospital de Elvas - Cantina
Hospital de Évora
Hospital de Loures
Hospital de São João
Hospital de Torres Vedras
Hospital de Vila Franca de Xira
Hospital de Viseu
Hospital Distrital de Santarém
Hospital Dona Estefânia
Hospital dos Capuchos
Hospital Egas Moniz
Hospital Júlio de Matos
Hospital Lusíadas - Amadora
Hospital Lusíadas - Lisboa
Hospital Luz - Lisboa
Hospital Luz - Torres Lisboa
Hospital Pulido Valente
Hospital S. Francisco Xavier
Hospital Santa Cruz
Hospital Santa Maria
Hospital São Francisco Xavier
Hospital São José
Hospital Vila Franca de Xira e Loures (em conjunto com FP)
Hospitalização Privada
Hotel Alcazar
Hotel Aquashow Park
Hotel do Mar Sesimbra
Hotel Epic Sana
Hotel IBIS Alfragide
Hotel Marriot
Hotel Oriente
Hotel Palácio Estoril

Hotel Porto Bay Falésia
Hotel Praia Mar
Hotel Ritz
Hotel Sofitel
Hotel Tivoli Lisboa
Hotel Vila Galé Cascais
HUSQVARNA
Hutchinson Borrachas Portugal
IBEROL
IGFSS
INAPAL METAL
INCM
Indorama
Indubeira
Instituições Privadas de Saúde
Instituto Gestão Financeira Segurança Social
Intelcia
IPL/ESEC
IPMA
IPO Lisboa
IPSS's
IPSS-SOLAMI
ISEL
ISS
ITX - Massimo Dutti
ITX - Zara
ITX Forúm Almada
IZIDORO
JAC
Janz
JANZ – Contagem e Gestão de Fluidos
JAP/CARBY - dos Olivais e Loures
João Deus

Junta de Freguesia de Arroios
Junta de Freguesia de Campo de Ourique
Junta de Freguesia do Lumiar
Junta de Freguesia do Pinhal Novo
Junta Freguesia Arroios
Junta Freguesia de Telheiras
Junta Freguesia do Areeiro
Junta Freguesia do Lumiar
Junta Freguesia dos Olivais
Junta Freguesia Penha de França
Kirchhoff Cucujães
Knower
Kone – Lisboa - Porto
KWD
Lar Conde Agrolongo - Braga
Lauak
LEICA
Lidl - Sintra
Lidl Marateca
Lidl Portimão
Lidl Silves
Lidl's no Algarve
LINDE Portugal
Lisboa Hotel Marriott
LISMARKETING
Lisnave Yards
LNEC refeitório
Loja Rádio popular - Loures
Lojas da EDP
Lojas e Call Centers
LUSA
MAAT/Fundação EDP
Mafil

MAIAAMBIENTE

Makro Cash e Carry

Manitowoc

Manpower - Marinha Grande – Leiria

Marktel

Marriot

Massimo Zanetti

Maternidade Alfredo da Costa

MatSel - Beja

Matutano

MBO

MCG

Metalonicho

Metro do Porto

Metropolitano de Lisboa

Misericórdia de Torres Vedras

MITSUBISHI

Monliz

Montepio Rainha D. Leonor - Caldas da Rainha

MoviCovilhã/Transdev

Mutualista Lacobrigense

My Auchan da Amadora

NANTA

NAREST - CS Sete Rios

Narest - Palácio FOZ

Narest - Palácio Justiça Lisboa

NAVEPRINTER

Navigator Company

Nobre – Rio Maior

Nobre Alimentação - Unidade de Rio Maior

NOVADIS - Porto

NOVADIS - Setúbal

NOVADIS – V.N. Gaia

OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal

Ordem de S. Francisco - Braga

OTIS

P. Nally

Panpor

Parques Sintra - Monte da Lua

PEMEL

PEMEL METAL

PETROGAL

PETROTEC

Pingo Doce - Évora

Pingo Doce – Quinta do Conde

Pingo Doce da Boavista

Pinto Valouro

Piscinas Municipais de Coimbra

Plasfil

Plasman

Plastaze

Polipoli

Poolplaca

Port´Ambiente

Portway

Pré Portugal

PREH PORTUGAL

PREVINIL

PSML

PUREVER / FRIEMO

Quinta Conde de Arcos

Quinta do Beirão - oficinas

Quinta do Contador Mor

Rádio Popular - Loures

Rádio Popular do Algarve

Rádio Popular -Electrodomésticos S.A

Randstad
Randstad/project
Rangel
Rauschert Portuguesa – S. Domingos de Rana - Oeiras
Reditus
Região de Saúde do Norte (Centros de Saúde, DICAD e serviços centrais)
Riox
Rodoviária de Lisboa
RTP
SABGAL
Sagres
Salm
SAMS
SAMSIC
Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel
Santa Casa da Misericórdia de Guimarães - Braga
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Santa Casa da Misericórdia de Mangualde
Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde
Santa Casa da Misericórdia de Viseu
Santa Casa de Guimarães
Santa Casa Misericórdia Monção – Viana do Castelo
Santa Casa Póvoa Varzim
Santas Casas das Misericórdias - Distrito de Viana do Castelo
SAS
Schindler Elevadores
SCHMITT SOHN Elevadores
SCM – Vendas Novas
SCM Vila Nova de Gaia
Seda Ibérica -Setúbal
Sicman
SIEMENS
Sience4you

Sika
Silicália Portugal
Silopor - Empresa de Silos Portuários
SMTUC - Coimbra
SOARPLÁSTICOS
Sociedade do Golfe da Quinta do Lago - Almancil
Sofarimax
Soflusa
Solverde - Hotel Casino de Chaves
Somincor
Sonae - Azambuja
Sonae - Lisboa
Sonae - V Nova da Rainha
Sovena Consumer Goods - Barreiro
Sovena Oilseeds - Almada
SUCH - Hospital Amadora/Sintra
SUCH - Hospital Egas Moniz
SUCH - Hospital S F Xavier
SUCH - Vialonga
Sulpasteis
Sumol+Compal - Almeirim
Super Bock - Matosinhos
Tabaqueira - EUREST
Teijin Automotive Technologies Portugal
Telepizza Baixa Banheira
Telepizza Barreiro
Telepizza Paivas
Telepizza Setúbal
TESCO
Tintas Barbot
Tintas Barbot - Porto
Tivoli - Avenida/Lisboa
Tivoli - Oriente

TKE Elevadores
Todas as autarquias do distrito de Portalegre
Totalis (IPL/ESEC)
TSF
TST
Tudor
UCHIYAMA
UMP - União das Misericórdias e Misericórdias Associadas
União Mutualista Nossa Senhora da Conceição - Montijo
UNICER
Uniself – Cantinas Escolares
Universidade de Coimbra
V. Nova da Rainha
Vale da Rosa
Valnor
Valorsul
Varandas de Sousa - Bragança
Varandas de Sousa - Vila Real
ViaPorto/Barraqueiro
VIGIEXPERT – Amadora
Vinci
Viroc
Visteon
Vitacress
Vizur, Transportes Unipessoal
VW Group
Worten - Azambuja
Worten - Lisboa
Worten - Póvoa Sta Iria
Zara Braga Parques

Sectores / Administração Pública

- Lutas sectoriais diversificadas
- Lutas na Administração Pública Central, Regional e Local (Função Pública em geral; sectores da Saúde, da Educação, da Segurança Social, Autarquias Locais e outros)

Lutas Gerais

9 Fevereiro – Dia Nacional de Indignação, Protesto e Luta

8 e 10 Março – Semana da Igualdade

8 de Março – Dia Internacional da Mulher

18 Março – Manifestação Nacional em Lisboa

28 Março – Manifestação Nacional da Juventude

1 de Maio -Dia Internacional do Trabalhador

20 Maio – Marcha pelo direito à saúde, mais SNS, melhor saúde – Lisboa – Porto – Coimbra

2 Junho – Encontro Sindical: Acção Sindical Integrada

28 Junho – Dia Nacional de Luta

16 Setembro - Jornada Nacional de defesa e reforço do SNS, público, gratuito e universal

25 Outubro a 11 Novembro – Luta geral pelos salários

27 Outubro – Greve Nacional da Administração Pública

11 Novembro – Manifestação Nacional – Lisboa e Porto

29 Novembro – Concentração AR